

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**Ensino de história do tempo presente na era das redes
sociais**

-

Vanessa dos Reis Domingues

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

**Ensino de história do tempo presente na era das redes
sociais**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História, sob a orientação do professor Temístocles Cezar.

Porto Alegre, 18 de dezembro de 2018.

VANESSA DOS REIS DOMINGUES

**ENSINO DE HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NA ERA DAS
REDES SOCIAIS**

Trabalho de conclusão de curso à Universidade Federal do Rio Grande do Sul com o objetivo de obter o título de mestre em Ensino de História, sob a orientação do professor Temístocles Cezar

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Temístocles Cezar, UFRGS/RS

(Orientador)

Prof.^a Dr. Caroline Pacievitch, UFRGS/RS

Prof. Dr. Luciana Boeira, SEDUC/ RS

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó, UFRGS/RS

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Domingues, Vanessa dos Reis

Ensino de história do tempo presente na era das
redes sociais / Vanessa dos Reis Domingues. -- 2018.
103 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de
História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Ensino de História. 2. História do tempo
presente. 3. Golpe de 2016 e nova direita no Brasil.
4. Disputas de narrativas. 5. Redes sociais. I. Cezar,
Temístocles, orient. II. Título.

Nossa existência é atravessada pelo tempo e por pessoas.

Não há história sem esses dois.

A história da minha dissertação não pode deixar de homenagear três pessoas que não estão mais aqui, no tempo cronológico, porém permanecem no tempo histórico que compõem a minha vida.

Dedico esta dissertação ao meu pai, Nelson Domingues, que na época de minha graduação, me chamava de “cdf”. O que diria ele se aqui estivesse durante o período do mestrado? Ele partiu um ano e meio antes de eu concluir o curso de história. Pai, dedico a ti essa dissertação.

E o que a minha querida avó materna, Gelci Lopes dos Reis, em seu abraço carinhoso, diria a sua neta mais velha e afilhada, agora mestra em ensino de história, se o tempo a trouxesse de volta? Vó, dedico a tí essa dissertação.

Se 2018 é o ano da realização de um sonho da professora de história da educação básica pública, que conclui o mestrado é também um ano de tristezas com a partida prematura da minha prima Bárbara Luana Röbers dos Reis. Acadêmica do curso de ciências sociais da UFRGS, minha companheira de estudos na área das humanidades, que tão transformada e feliz foi pelos gramados, pelos corredores, pelas salas de aula, pelos professores, pelos colegas e pelos conhecimentos proporcionados pelo IFCH. Todos os dias penso em ti priminha, todos os dias tenho um encontro com o tempo que passou, e viajo por ele a te encontrar nas lembranças da minha adolescência e tua infância, onde te pego no colo, brinco e canto contigo. Bárbara, dedico a ti essa dissertação.

Agradecimentos

Chegar ao fim de uma etapa como o mestrado só é possível se contarmos com uma rede de apoio e carinho. Sendo assim, agradecer as pessoas que estiveram conosco é indispensável.

Agradeço a minha família, célula de amor, resistência e suporte: mãe Sonia Domingues, irmã Paula Domingues, sobrinho Alexandre Domingues e pai Nelson Domingues (*In memorium*), amo vocês imensamente e ao infinito.

Ao companheiro de vida João Ives, agradeço as dicas, os puxões de orelha e a escolha de dividir comigo a existência e as lutas por uma sociedade igualitária e justa, o carinho e cuidados com nossos sete bebês gatos e três cachorros, amo-te.

Aos demais familiares, tias, tios, primas, cunhado e todos os amigos que fazem parte da minha vida e que conviveram comigo nesse período, muito obrigado!

À minha amiga-irmã Angelita Michelin, minha gratidão pela amizade, pelo apoio em tantas frentes, desde a ideia sobre o tema da pesquisa, o apoio material e a todos os momentos felizes que sempre encontro ao teu lado, minha gratidão imensa.

À Diovane Alves, amada amiga, meu profundo “muito obrigado” pela dica do edital do ProfHistória e ao incentivo para encarar a seleção. Também te agradeço Dio, pelo exemplo de força e amor pela vida.

Não poderia deixar citar o apoio recebido durante esses dois anos dos colegas professores e da equipe diretiva da escola Tereza Francescutti, em especial ao professor Adolfo Simon (ex-diretor), professor Tadeu Carpes (diretor atual) e a amiga Maola Vargas (vice-diretora atual). Aos alunos das turmas que fui professora nesses dois anos, obrigado pelas trocas, aprendizados e percepções que contribuíram para a escrita dessa dissertação.

Gratidão especial aos meus mestres professores. Às minhas professoras do ProfHistória, Natália Pietra, Mara Rodrigues e Caroline Pacievitch, sem vocês não teria chegado até aqui.

Aos colegas da turma 2016/2 do ProfHistória UFRGS, todo o meu carinho.

Ao meu orientador Temístocles Cezar, agradeço o acolhimento. Grata pela dedicação, paciência, empatia e a gentileza que sempre demonstrou durante a orientação.

Muito obrigado por compartilhar todo o teu conhecimento comigo. É uma honra ser tua orientanda.

E finalmente, todo o meu reconhecimento e gratidão ao ex-ministro da educação Fernando Haddad, ao ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva e a ex-presidenta Dilma Rousseff, se não fosse por eles o ProfHistória não existiria! Obrigado por proporcionar aos professores da educação básica, com a democratização da pós-graduação nas universidades federais, a oportunidade de concluírem o mestrado em ensino de história numa das melhores universidades públicas do país: a UFRGS.

"A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nestes período de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens." Karl Marx, 18 Brumário de LUIZ BONAPARTE.

Resumo

Esta dissertação versa sobre o ensino da história do tempo presente na era das redes sociais. As análises aqui apresentadas buscam articular o campo historiográfico, o ensino de história e o imediato brasileiro em tempos de recuo democrático. Compõe esse estudo revisão bibliográfica sobre a consolidação da história do tempo presente como campo de pesquisa, sua presença dentro do currículo da educação básica nos últimos anos e o impacto das reformas educacionais em implantação para o ensino da história do tempo presente. A influência das narrativas sobre o imediato brasileiro, a partir da atuação do MBL em sua página no *Facebook*, insere na dissertação os debates sobre as disputas de memórias disseminadas na *internet*, com a propagação dos falseamentos históricos e das *fake news* que institui um ambiente de ataques à ciência e principalmente ao conhecimento histórico.

Palavras-chave: ensino de história; história do tempo presente; imediato brasileiro; redes sociais, *Facebook*; narrativas; disputa de memória; *fake news*; falseamento histórico.

Abstract

This dissertation deals with the teaching of the history of the present time in the era of social networks. The analyzes presented here seek to articulate the historiographic field, the teaching of history and the Brazilian immediate in times of democratic retreat. This study compares this bibliographical review about the consolidation of the history of the present time as a field of research, its presence within the curriculum of basic education in the last years and the impact of the educational reforms in implantation for the teaching of the history of the present time. The influence of the narratives on the Brazilian immediate, from the performance of the MBL in its page on Facebook, inserts in the dissertation the debates about the disputes of memories disseminated in the internet, with the propagation of the historical falsifications and the fake news that establishes an environment of attacks on science and especially on historical knowledge.

Keywords: history teaching; present-time history; immediate Brazilian; social networks, Facebook; narratives; memory dispute; fake news; historical falsification.

Sumário

Introdução: O tempo presente: do real ao virtual	1
1. O real	1
2. O virtual.....	4
3. Estrutura da dissertação.....	8
Capítulo 1. A história do tempo presente e o tempo presente tornando-se história.....	9
1. HTP: Uma tendência na pesquisa acadêmica e uma preocupante fragilidade na educação básica.....	9
1.1 A Base Nacional Comum Curricular, a HTP e o ensino de história	16
1.2. Outra reforma do Ensino Médio?	21
1.3 Sobre o ESP.....	24
2. O Brasil do tempo presente: da eleição do primeiro presidente operário, ao golpe contra primeira mulher presidenta do Brasil.	28
2.1 O ciclo Lula / Dilma e a crise	28
2.2. Do junho de 2013 ao “Fora Dilma”	31
Capítulo 2. Rede Sociais, Facebook e o MBL	37
1. Redes Sociais e Facebook: Alguns conceitos.	37
2. O ideário do MBL, surgimento e organização.....	40
3. As redes sociais como o habitat do MBL.....	49
Capítulo 3. Construção de narrativas e disputas de memórias nas redes sociais: HTP, História Pública e Ensino de História na página do MBL no Facebook.	53
Conclusão	70
Referências Bibliográficas	72
Anexos.....	80

Introdução: O tempo presente: do real ao virtual

Este capítulo tem como objetivo apresentar o tema da dissertação articulando a conjuntura atual do país com o impacto das redes sociais sobre o tempo presente. Além disso, busco refletir teoricamente sobre o desenvolvimento da história do tempo presente (HTP) na historiografia e o lugar desta no ensino de história. Mais especificamente pretendo analisar o uso da *internet* como espaço de construção de narrativas sobre a HTP, ou seja, *sites* da grande mídia e mídia alternativa, *blogs*, páginas e perfis do *Facebook* e *Twitter* e canais *Youtube*. As análises serão centradas na atuação de grupos que fazem parte do que se tem chamado de “Nova Direita”, notadamente o caso do Movimento Brasil Livre (MBL), e por meio de páginas no *Facebook*, investigando como estas versões do imediato político brasileiro impõem uma nova dinâmica e relação com o ensino de história, e, conseqüentemente, como as redes sociais produzem e reproduzem uma determinada versão sobre temas da atualidade, se tornando um canal com grande audiência potencializando o "des" ensino de história, principalmente da HTP.

A inspiração sobre a temática desta dissertação deu-se a partir do sentimento de incomodo, que frequentemente me acompanhava em sala de aula, pois repetidamente alguns alunos se apropriam da narrativa histórica disseminada pelas redes sociais sobre o HTP. A crítica se dá em razão de que essas narrativas históricas são manipuladas e distorcidas para legitimar a “verdade” desses grupos, que utilizam de mentiras e deturpações para se legitimar. A matança indígena, a escravidão, o racismo, a sociedade patriarcal, o machismo, a homofobia, o neocolonialismo, o nazifascismo, as torturas e mortes orquestradas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil, e todas as demais temáticas no campo dos direitos humanos, assim como as experiências socialistas, o nazifascismo, são temas que geram “polêmicas” em publicações, seja no *Facebook*, *Twitter*, *Youtube* ou *WhatsApp*, expandindo-se do virtual ao real.

1. O real

Em matéria, intitulada, “Crise Política aumenta o interesse pela chamada história do tempo presente”, publicada na Folha de S. Paulo, em 11/08/2017, lê-se:

Primeiramente... “Fora Temer”, disse o mestre de cerimônias ao abrir

o 29º Simpósio Nacional de História no fim de julho, arrancando aplausos dos mais de 600 historiadores apinhados num auditório da Universidade de Brasília (UnB). O encontro, o maior do gênero na América Latina, reuniu mais de 4.000 historiadores. Durante cinco dias de comunicações e debates, diversas vezes a atualíssima conjuntura política ocupou o centro das atenções – um fenômeno aparentemente novo. Em um contexto de polarização política, historiadores têm tomado a dianteira de debates públicos sobre, por exemplo, o *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) em 2016 (que alavancou o movimento Historiadores pela Democracia, uma página do *Facebook* que se tornou livro publicado pela editora Alameda) e o programa Escola sem Partido (que mira a suposta doutrinação ideológica em sala de aula). (SAYURI, 2017, online)¹

De fato, o Brasil vive uma conjuntura de absoluta insegurança nos campos político, socioeconômico e do direito desde, pelo menos, a última eleição presidencial de 2014, cujo ápice parecia ser o golpe jurídico-parlamentar-midiático de 2016 e seus desdobramentos que se anunciam a cada dia. Nas palavras de Luiz Alberto Grijó:

Em 2016, é clara a tomada de posição *en bloc* da grande mídia empresarial brasileira ao lado dos agentes do golpe de estado que se desenrola. No momento da escrita deste artigo, início de maio de 2016, ainda é presidenta da república Dilma Rousseff, mas na mídia já se anuncia e prenuncia o ‘novo governo’ de Michel Temer, seu vice, que deverá assumir caso o processo de *impeachment* que corre no Senado a condene à perda do mandato. É quase unanimidade que o ‘governo do PT’ acabou e que o ‘novo’ já se apronta para assumir. Em um programa de rádio, pôde-se ouvir que o ‘time’ de Temer’ já se encontra ‘fardado’, aquecendo à beira do gramado, aguardando para ‘entrar’ em campo’ (RÁDIO GAÚCHA, 2016). Independentemente do que venha a ocorrer, as posições já estão tomadas, mais ou menos cristalizadas e em confronto. No caso da grande mídia, não só o apoio, mas seu protagonismo no desenrolar do golpe de estado foi ficando cada vez mais claro e explícito. Em dezessete de abril, um domingo, a Câmara dos Deputados votou pela permissão da abertura do processo de *impeachment* da presidenta, passo decisivo no sentido do desfecho esperado pelos articuladores do golpe: o afastamento de Dilma Rousseff. (GRIJÓ, 2016, p.69).

1 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/08/1908986-crise-politica-amplia-interesse-pela-chamada-historia-do-tempo-presente.shtml>>. Acesso em: 19 set. de 2017.

Interpretando os tempos atuais, a HTP brasileira expõe algumas correspondências de condutas de setores sociais, políticos e econômicos no método que levou a efetivação da retirada de Dilma Rousseff da Presidência da República do Brasil, com conjunturas anteriores, nas quais governos eleitos democraticamente passaram por rupturas drásticas.

Como lidar com a incômoda coincidência de atores, sejam indivíduos, sejam instituições, que protagonizaram não só o golpe de 2016, mas estiveram igualmente presentes na deposição de João Goulart em 1964 ou mesmo na desestabilização final do governo de Vargas em 1954? (MACHADO; TOLEDO, 2017, p. 07).

Nesse sentido, segundo Marieta de Moraes Ferreira (2013), a HTP que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético, político e pedagógico. Mesmo na mídia, esta mutação historiográfica, embora com um pouco de atraso, não passou despercebida. Por exemplo, na reportagem “Crise Política aumenta o interesse pela chamada história do tempo presente”, citada anteriormente, constata-se que houve uma transformação no campo profissional da história: a defesa da HTP, uma linha que se dedica a estudos do passado recente.

Logo, a partir de 2016, o desassossego está na ordem do dia. O debate em torno da necessidade de denúncia do golpe colocou o tempo presente do Brasil no centro das atenções acadêmicas e sociais, sendo exemplar o já citado movimento *Historiadores pela Democracia*, que desde o início posicionou-se contra o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Nas palavras de Céli Pinto (2017), “vivemos tempos de pós-democracia, ou seja uma crise política, expressa pelo esgotamento do modelo liberal representativo de democracia”.² Nesse sentido, destacamos dois importantes pontos assinalados pela autora para caracterizar o momento político em que vivemos:

1. despolitização da vida política, manifestada na negação do dissenso e do antagonismo como essencial para o regime democrático (Rancière, 2010);

2 Conceito trabalhado por Céli Pinto para caracterizar o período em que vivemos no Brasil no contexto do Golpe de 2016 e seus desdobramentos.

2. surgimento do cidadão despolitizado como modelo, o que Dardot e Laval (2016) chamam de sujeito neoliberal e Brown (2015) de *homo oeconomicus*.³ Há outras definições para o contexto atual. Alguns falam em “estado de exceção”, outros afirmam que estamos “às portas do fascismo”. Nas palavras de Luis Felipe Miguel (2016) o contexto em que hoje o Brasil está inserido é de um “Golpe de novo tipo” e de “Transição a Ditadura”. Não sendo o objetivo, desse trabalho, aprofundar as reflexões sobre os conceitos que definem o momento atual, o descreverei como um período de crise da democracia ou de recuo democrático, abarcados dentro de um conceito mais complexo que é o de pós-democracia.

2. O virtual

Referências a fatos e conjunturas históricas é uma realidade nos meios de comunicação. As abordagens sobre a HTP são pautas constantes nos telejornais, portais de notícias, jornais e revistas impressos e *on line*. Um exemplo emblemático são os editoriais do jornal *O Globo* de 2 de abril de 1964 “*Ressurge a Democracia*”;⁴ e o texto de 7 de outubro de 1984 no qual Roberto Marinho, em editorial do mesmo jornal, exalta as conquistas políticas e econômicas supostamente obtidas pela ditadura.⁵ Em 2013, perante acusações de que “A verdade é dura, a rede Globo apoiou a ditadura”, durante as manifestações que se espalharam pelo país, a emissora se retratou em editorial de 31 de agosto de 2013.⁶ Portanto, a HTP habita os mais diversos espaços, além das salas de aula.

Da mesma forma, as redes sociais são inundadas de notícias sobre os eventos do imediato político do país. Portanto, pode-se afirmar que as mídias digitais se constituem como espaços de construção de versões da história, tendo a HTP, uma expressiva audiência nesse meio. Logo, a dimensão do público atingido é grandiosa e preocupante, visto que se alcança um maior número de pessoas em menor tempo, usando estratégias apelativas, com informações muitas vezes de origem duvidosa (*fake news*).

Para exemplificar a abrangência das redes sociais na conjuntura pós-golpe de 2016 no Brasil, é oportuno lembrar que no início de setembro de 2017, grupos e indivíduos atuantes nessas redes organizaram uma campanha contra a exposição *Queermuseu* em Porto Alegre. A

3 A autora Celi Pinto, ao conceituar a pós-democracia, leva em consideração os autores citados.

4 Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/editorial-globo-celebra-golpe-militar-de-1964.html>>. Acesso em: 03 ago. De 2018.

5 Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-editorial-de-Roberto-Marinho-que-exaltou-a-Ditadura-Militar/4/27682>>. Acesso em 03 agosto de 2018.

6 Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 03 agosto de 2018.

discussão acalorou o debate sobre a liberdade artística, mobilizando a comunidade intelectual dos mais variados setores, que, em geral, a defenderam. No outro extremo, o discurso moralizante de grupos como o MBL, líderes religiosos neopentecostais e sua bancada evangélica, atuaram incessantemente contra o evento.

A polêmica causou embaraço para a grande mídia, sempre, supostamente, atenta às violações da liberdade de expressão., a *Revista Época* retratou o acontecimento como o do seguinte título: “*Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu*”.

Eram 8h21 da quarta-feira, dia 6 de setembro, quando Cesar Augusto Cavazzola Junior publicou um texto no site Locus, com o título “Santander promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre”. Dias antes, Cesar visitara, com três amigos, a exposição *Queermuseu*, no Santander Cultural, na capital gaúcha. Algumas das 263 obras da mostra sobre o universo LGBTQ o chocaram. “Fiz as imagens e escrevi o texto porque algumas crianças e adolescentes circulavam pelo local e não havia qualquer restrição ou indicação do teor sexual da exposição”, ele diz. Cesar, um jovem advogado e professor de Direito que escreve para o portal conservador de Passo Fundo cuja página no Facebook tem pouco mais de 1.900 seguidores, discorreu em seu post sobre o que considerou “os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar”. É possível que Cesar desejasse que sua opinião repercutisse, como deseja a maioria dos que se expressam em rede. É improvável que ele imaginasse o tamanho da reverberação que sua publicação, rastreada como a primeira da celeuma que viria a seguir, causaria. Postagens e comentários contrários à exposição se alastraram. Grupos liberais e ultraconservadores passaram a se manifestar. O Santander decidiu encerrar a exposição no domingo, dia 10. Artistas e militantes se manifestaram em frente ao centro cultural do banco contra o fim da mostra. O debate na imprensa e na virtualidade de caixas de comentários e redes sociais se acirrou e se concentrou na questão dos limites da liberdade de expressão. No plano real, o embate envolveu ameaças, agressões e medo. (TAVARES; AMORIM, 2017, online)⁷.

Incidentes como este desencadeia a reflexão sobre como as narrativas produzidas e compartilhadas nas redes sociais por grupos ligados ideologicamente a um determinado

7 Disponível em: <<http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>>. Acesso em: 20 set. de 2017.

espectro político, no caso em questão a “nova direita”, são utilizadas para influenciar o público, despertando reações especificamente programadas a eventos que abordam temas sensíveis, visto que o ambiente político é de tensão, de polarização e ascensão do discurso moralizante, muitas vezes transformado em simples discursos de ódio.

Ao realizar uma busca rápida no *Twitter* ou *Facebook* inúmeras páginas e perfis pessoais e coletivos regozijavam-se com a aprovação no Senado da Reforma Trabalhista e com a condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vários *memes* ironizam Lula relacionando o tempo da pena exarada pelo juiz Sérgio Moro ao fato dele ter perdido parte de um dedo da mão esquerda em acidente de trabalho quando era torneiro mecânico em empresa metalúrgica no ABC paulista.

Figura 1 – Meme sobre a condenação de Lula



Fonte: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/07/os-melhores-memes-da-condenacao-de-lula-9839686.html>> . Acesso em: 22 set de 2017.

Constata-se a parcialidade da grande mídia em trazer como matéria destaque, nos seus canais virtuais, a disseminação de *memes* que atingiam diretamente a imagem de Lula. A manchete abaixo vinculada pelo Grupo RBS, em seu portal virtual, intitulado ClicRBS, é um exemplo claro e vivaz do contexto acima explicitado:

Figura 2 – Página do site ClicRBS do dia 12/07/2017 com o título “Humor na Redes”, abordando os memes referentes a condenação de Lula.



Fonte: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/07/os-melhores-memes-da-condenacao-de-lula-9839686.html>>. Acesso em: 22 set de 2017.

Essas narrativas na forma de imagens ou textos curtos, e de fácil compreensão, são produzidas e propagadas no mundo virtual, alcançando com rapidez milhares de pessoas. Utilizando-se, muitas vezes, de um tipo de “humor” que ganham a atenção do público, impactando na concepção sobre os fatos do presente imediato, assim como de outros temas históricos, e influenciando a percepção dos alunos e das alunas. Esta constatação empírica está baseada não só no cotidiano da sala de aula, mas nas interações em diferentes espaços com os jovens. Esse fenômeno transborda para as rodas de conversas entre amigos e familiares, colegas de trabalho, até mesmo entre desconhecidos. Percebendo-se que as reações nas próprias redes sociais, por meio de compartilhamentos e “tempo de tela” dispensados pelo público a estes tipos de narrativas, reitera a hipótese desenvolvida nessa dissertação: a de que há um tipo de “ensino” sobre a HTP nesses espaços virtuais.

No que se refere à sala de aula, na maioria das vezes, essas narrativas podem ser problematizadas, sobretudo com a mediação dialógica do/a professor/a. Entretanto, há situações em que o público reage como se os *posts* de determinados perfis constituíssem-se

verdades absolutas, no qual o conhecimento científico é refutado, já que não se pode negar, como já foi citado, que o momento é de acirramento do debate político, de negação dos dissensos e de uma típica “caça às bruxas” aos professores/a, por meio de projetos tais como o Escola sem Partido (ESP), cuja origem e pressupostos, exporei adiante.

Um *locus* bastante ocupado por esse tipo de narrativa é as páginas do *Facebook* pertencentes aos apoiadores do golpe de 2016. A página do MBL possui um grande número de seguidores (mais de 2 milhões) e vem se caracterizando pela divulgação de notícias que nem sempre são comprovadas (*fakes news*). Patrocinados por *think tanks* internacionais, o MBL ocupa um lugar de centralidade quando se analisa o impacto das redes sociais no ensino de história.⁸

3. Estrutura da dissertação

A escrita da dissertação, além da introdução apresentada, estrutura-se em: capítulo 1; capítulo 2; capítulo 3; conclusão e anexos.

O “capítulo 1: A história do tempo presente e o tempo presente tornando-se história” apresenta uma análise sobre a HTP na historiografia, assim como a relação dos jovens com a *Internet* e com o tempo. O currículo da educação básica e as reformas na educação pós-golpe de 2016, também são explorados. Encerrando o capítulo 1, as reflexões sobre o imediato brasileiro, que analisa o recorte temporal entre a eleição de Lula e o golpe de 2016, são expostas.

Já a segunda metade da dissertação, capítulo 2 e 3, tratam dos temas sobre as redes sociais, o *Facebook*, a atuação do MBL (da sua origem, passando pelo junho de 2013, pelo “fora Dilma” aos dias atuais). A construção de narrativas e disputas de memórias através dos *posts* do MBL também compõem esse capítulo.

A conclusão retoma as reflexões centrais dos capítulos anteriores articulando-as com as análises finais do estudo. Por fim, as reportagens e documentos citados no texto são

8 Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/estudo-responsabiliza-site-de-opiniao-politica-e-mbl-por-espalhar-fake-news-sobre-marielle/>>. Acesso em: 01 maio de 2018.

Como *think tanks* queremos nos referir às instituições de pesquisa e de análise política que atuam em nossa sociedade, “procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas” (ROCHA, 2015, p. 262). Com linguagens acessíveis e de formato fácil de ser compreendido, estes grupos compartilham suas visões de mundo em busca de moldar as condições políticas existentes, não apenas as divulgando e promovendo debates, mas também com o intuito de dissolver qualquer pensamento que seja de cunho progressista, a fim de derrubar seus opositores. (MORAES, 2015, *apud* MARQUEZ; LIMA, 2016)

Disponível em: <<http://conferencias.fflch.usp.br/SDB/simposiodireitas/paper/download/2199/510>>. Acesso em: 26 jul. de 2018.

apresentados nos anexos.

Capítulo 1: A história do tempo presente e o tempo presente tornando-se história

1. HTP: Uma tendência na pesquisa acadêmica e uma preocupante fragilidade na educação básica.

Se a história é um campo em litígio (JENKINS, 2005), então se faz necessário compreender como se opera a relação entre a análise das fontes e as diferentes narrativas históricas no mundo digital. Para tanto é indispensável que se relacione aspectos historiográficos sobre a HTP. O reconhecimento dessa tendência pode ser mensurado pela sua presença no espaço público. Assim, lemos no jornal *Folha de São Paulo* que:

Atualidades e disputas políticas candentes não faziam parte de suas inquietações intelectuais. Acreditava-se que era preciso esperar o tempo passar para estabelecer distanciamento capaz de garantir um olhar objetivo sobre a realidade. De um lado, o historiador, a história e o passado. Do outro, o presente. Nas últimas décadas, porém, historiadores de vários países vêm encampando uma transformação teórica nas universidades: a defesa da história do tempo presente, uma linha que se dedica a estudos do passado próximo, dos séculos 20 e 21, dialogando com antropologia, ciência política e sociologia. (SAYURI, 2017, online)⁹.

Para Delgado e Ferreira (2013, p.20), essa demanda social e historiográfica se firmou de forma mais efetiva recentemente entre nós, sendo que em outros países já se encontra afirmada tanto no nível do ensino quanto no da pesquisa. Assim, tanto a chamada história imediata, aquela que segundo Chauveau e Tetard (1999), cujo desfecho ainda não é conhecido, quanto à interpretação de Hobsbawm (2011) de que a HTP é entendida como a história do nosso próprio tempo, do período de vida do historiador, independente de rupturas, tornam-se campos de saber fundamentais à compreensão do contemporâneo, tendo por característica básica, segundo François Bédarida:

9 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/08/1908986-crise-politica-amplia-interesse-pela-chamada-historia-do-tempo-presente.shtml>>. Acesso em: 19 set. de 2017.

De acordo com o historiador François Bédarida (em Ferreira, 2012, p.109) sua característica básica a presença de testemunhos vivos, que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de ter estado presente no momento do desenrolar dos fatos. O desdobramento desse argumento é que a história do tempo presente possui balizas móveis, que se deslocam conforme o desaparecimento progressivo de testemunhas. (*apud* DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 22).

Tanto o imediato, quanto o tempo presente, estão dentro do que a historiografia tradicional chamada de história contemporânea, o que não impede, contudo, que se perceba certa indefinição quanto à noção do que seria o “recente”.¹⁰ No entanto, para facilitar a compreensão, visto que o objetivo desse estudo se coloca além dessas querelas semânticas, história do tempo presente, a história recente e a história imediata, serão aqui abordadas como sinônimos, compreendendo que tanto o recente quanto o imediato compõem o tempo presente. É importante ressaltar, contudo, que escrever sobre a história de seu próprio tempo é uma prática que acompanha os historiadores desde a antiguidade. Nesse sentido, esclarece Marieta Moraes Ferreira:

É preciso lembrar que a história dos fatos recentes nem sempre foi vista como problemática. Na Antiguidade clássica, muito ao contrário, a história recente era o foco central da preocupação dos historiadores. Para Heródoto e Tucídides, a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos. Não havia, portanto, nenhuma interdição ao estudo dos fatos recentes, e as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas para a pesquisa. (FERREIRA,

10 Assim, para Padrós, “dentro da HTP, estaria inserida a História Imediata (HI), que corresponde ao instante, ao agora já. René Rémond diferencia a história de um instante (da instantaneidade), da história da proximidade (do tempo presente); nesta, segundo ele, há duração, há tempo cronológico. O desenvolvimento da HI está vinculado ao intenso crescimento tecnológico, nos últimos anos, dos meios de comunicação e apresenta novos desafios aos historiadores diante da dinâmica colocada ao grande público, quais sejam: imediatismo da veiculação das informações – simultaneamente à realização do evento –; a amplitude do seu alcance – direcionado à opinião pública mundial –; e uma relação, aparentemente paradoxal, entre subinformação e superinformação (quantidade de informação em detrimento da sua qualidade), o que, geralmente, resulta na construção de um conhecimento fragmentado, assistemático e que banaliza os elementos significativos para a sua compreensão. “(PADRÓS, 2004, p. 201).

2000, online)¹¹

Logo, se na antiguidade a história se traduzia em fatos do presente, então não haveria, segundo François Hartog, “história verdadeira senão no presente. Assim, o futuro historiador da guerra do Peloponeso se pôs ao trabalho, ao mesmo tempo em que começavam as hostilidades” (*apud* ROUSSO, 2016, p. 44). Ou seja, “desde os seus primórdios, a HTP enfrentou resistências” (ROUSSO, 2016, p. 51). Na idade média, segundo Bernard Guénée, a noção de HTP já pode ser apreendida, concedendo aos relatos orais uma importância determinante ao testemunho direto do observado (GUÉNÉE, 1978, p. 25-35; ROUSSO, 2016, p. 51). Reinhart Koselleck observa que na língua alemã a expressão aparece e se desenvolve desde o século XVII. Desse modo, mesmo no século XIX, momento em que certas perspectivas historiográficas procuravam a identidade científica definindo a História como simplesmente conhecimento do passado (onde paradoxalmente Tucídides, historiador por excelência do tempo presente, era tido como mestre e modelo), encontram-se tentativas de se escrever sobre o presente, mesmo no Brasil (KOSELLECK, 2001, p. 119-120)¹².

Por conseguinte, a HTP participa da maturação da história como disciplina (ROUSSO, 2016, p. 67). Apesar de sua permanência na longa duração, a partir do século XIX, o século em que a História como disciplina acumula seu status mais glorioso, a HTP é, em geral, renegada historiograficamente. Tanto a chamada Escola Metódica, quanto os *Annales*, já no século XX, debruçaram-se, ao criticar a HTP, na defesa da necessidade absoluta, do que chamavam de “visão retrospectiva” a qual atrelava a objetividade à tomada de distância em relação aos acontecimentos presentes. De acordo com Gérald Noiriel:

A afirmação da concepção da história como uma disciplina que possuía um método de estudo de textos que lhe era próprio, que tinha uma prática regular de decifrar documentos, implicou a concepção da objetividade como uma tomada de distância em relação aos problemas do presente. Assim, só o recuo no tempo poderia garantir uma

11 Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em: 20 set. de 2017.

12 Para o caso brasileiro, ver: TIBURSKI, Eliete Lucia. A ESCRITA DA HISTÓRIA E O TEMPO PRESENTE NO BRASIL OITOCENTISTA. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/90171>>. Acesso em: 17 nov. de 2018.

distância crítica. Se acreditava que a competência do historiador devia-se ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Desde que um evento era produzido ele pertencia à história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados e catalogados. (*apud* FERREIRA, 2000, online).

É com a nova HTP, a partir do final da Segunda Guerra, que começa seu processo de ascensão como campo de pesquisa, consolidando-se com a criação, em Paris, em 1979, do “Institut d’histoire du temps présent” (FREIAS, SEMEÃO, OLIVEIRA, 2013), em uma conjuntura em que as respostas aos fatos recentes eram uma exigência não só da academia, mas do debate político em relação às memórias traumáticas da guerra. Aqui um elemento indispensável à HTP – a memória – é posto no centro das análises:

Muitos pensadores têm se dedicado a estudar a memória, identificando-a de diferentes formas. Ela seria o registro de vivências de grupos sociais, e a memória individual constitui-se como ponto de vista da memória coletiva, como nos quadros sociais da memória de Halbwachs (1990). Também é entendida como uma dialética da presença e da ausência, e da organização do esquecimento (Ricoeur, 2007). E pode ser ainda um registro de experiências e vivências, plenas de significado (Benjamin, 1985). Essa dinâmica complexa, em que história e memória se alimentam e simultaneamente se diferenciam, tem ensejado um diálogo fértil da história com diferentes áreas de conhecimento como psicologia social, antropologia, sociologia e ciência política. (DELGADO; FERREIRA, 2013, p 26).

Não é por acaso, portanto, como já exposto, que o início de uma nova HTP se fortalece a partir das Grandes Guerras. Para Rousso a catástrofe que a grande guerra significou, possibilita o fim do paradigma da suposta objetividade do século XIX, e o surgimento da testemunha, sobrevivente de uma experiência de violência extrema que fala em nome de um coletivo, no caso os mortos e desaparecidos, vítimas dessa violência, impregnados pela experiência direta da guerra, que se torna, segundo Bédarida, característica diferencial da

HTP. Isso fica evidente nas narrativas sobre a história recente do Brasil que envolve o período da ditadura civil-militar (1964-1985) e a implantação da lei 12528/11 que instituiu a Comissão Nacional da Verdade.

O estudo da história do tempo presente, que durante tanto tempo foi objeto de resistências e interdições, entrou na ordem do dia no Brasil, não só como objeto de pesquisa acadêmica, mas também como um tema desafiador para os historiadores, do ponto de vista ético e político. Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada. (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 19).

É nítido como as narrativas midiáticas adentram o campo da HTP do Brasil, sendo um dos temas mais recorrentes nas redes sociais, justamente, o período ditatorial. Essas diferentes mídias, estão marcadas pela disputa de memórias. Verbetes na *Wikipédia*, perfis e páginas do *Facebook*, *memes* e tantos outros elementos da cultura digital são acessados e ocupam um lugar privilegiado no gosto tanto de jovens quanto de adultos, atuando como uma forma corriqueira de ensino de história.

Nesse sentido, segundo Mateus Pereira “as guerras de memórias pressupõem a visibilidade que a mídia pode agregar ao debate público”. O autor analisa as estreitas e complexas relações entre mídia e historicidade, expressas nas disputas de memória presentes na *Wikipédia* (PEREIRA, 2016, p. 869). Consequentemente, as salas de aula das escolas públicas e particulares são afetadas por narrativas bastante duvidosas do ponto de vista epistemológico, impactando de forma preocupante a aprendizagem histórica do alunado. Porém, esse impacto se estende para além dos muros das escolas. Segundo Ferreira, a Comissão Nacional da Verdade traz à tona discussões que ficavam restritas a alguns especialistas (pesquisadores e professores da educação básica) passando a ter desdobramentos mais amplos, o que exige novas estratégias para enfrentar esse debate. Como ressalta Delgado e Ferreira, as discussões que antes ficavam restritas a alguns especialistas e acadêmicos passam a ter maiores repercussões, atingindo diferentes segmentos sociais e exigindo dos historiadores e professores de história maior vigilância. No caso deste trabalho, lembremos, o uso dessas disputas de narrativas referentes as conjunturas mais imediatas da HTP.

Assim sendo, é corrente o domínio do imediato sobre o passado e também sobre o futuro que ele tende a esvaziar. O ensino de história é atingido por essa forma de se relacionar

com o tempo. O agora, o imediato, o tempo real e cronológico marcam e determinam a relação dos jovens com os acontecimento coletivos e individuais cotidianos, portanto o conhecimento trabalhado na escola, em especial a disciplina história, são perpassados e atingidos por essa dinâmica de propagação de verdades. Consequentemente, problematizações que reflitam sobre o tempo cronológico, o tempo histórico e os regimes de historicidade são necessidades urgentes. Nas palavras de Delgado e Ferreira, a HTP é tomada por um novo fazer histórico, que incluem dimensões quase sobrepostas de passado e presente, assim como o predomínio de uma temporalidade rápida e muitas vezes efêmera, configuração que François Hartog tem chamado de presentismo:

Se ao longo do século XIX os historiadores acreditavam que as sociedades caminhavam em direção ao progresso e que o futuro se avizinhava como algo promissor, no contexto atual a crença no futuro torna-se cada vez mais incerta, transformando esse futuro em presente, o que o autor denomina 'presentismo'. O desdobramento desse quadro é uma supervalorização da memória e de temas como identidades e comemorações. Testemunhos ganham novas dimensões. (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 21).

Tal percepção está intimamente ligada aos fenômenos que os autores classificam como terceira revolução nos suportes de informação: a forte presença do tempo real. Ou seja, o fácil acesso à informação faz com que se tenha a impressão que todas as respostas estão ao alcance de todos. No nosso caso, merece preocupação as opiniões sobre diferentes fatos ou conjunturas históricas.

De acordo com a *Tic Kids Online Brasil 2015*, pesquisa sobre o uso da *internet* por crianças e adolescentes no Brasil, divulgada no segundo semestre de 2016 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 80% da população brasileira entre 9 e 17 anos usam a rede mundial de computadores. Segundo a reportagem publicada no *site* da Agência Brasil o percentual dos que se conectam mais de uma vez por dia subiu de 21% em 2014, para 66% em 2015, ano em que os dados foram coletados, entre os usuários da rede de 9 a 17 anos¹³.

13 Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil [livro eletrônico]: TIC Kids online Brasil 2015 = Survey on internet use by children in Brazil: ICT Kids online Brazil 2015 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em:

Outro estudo, apresentado em novembro de 2016 sobre o comportamento dos jovens na *internet*, a pesquisa *Juventude Conectada*, realizada pela Fundação Telefônica Vivo, em parceria com a Escola do Futuro da USP, IBOPE Inteligência e Instituto Paulo Montenegro, aponta que 58% dos entrevistados, acessam redes sociais e 45% mensagens instantâneas a todo momento. Sobre a mudança do hábito por busca de informações provocado pelo uso da *internet*: 49% dos jovens acreditam que a rede mudou o hábito de buscar informações e 21% dos jovens entrevistados a usam para se informar sobre política¹⁴.

Enfim, o uso intensivo de tecnologias digitais, teria influenciado o modo de pensar e comportamento do *Hommo Zappiens*, na medida em que, para ele, a maior parte da informação que procura está a apenas um clique de distância (...) Ele tem uma visão positiva sobre as possibilidades de obter informação certa no momento certo, de qualquer pessoa ou de qualquer lugar. (CAIMI, 2014, p. 67).

Logo, não podemos negar o impacto dessa nova maneira de se relacionar com as informações e conseqüentemente com a HTP. Nessa perspectiva, de acordo com Marco Antônio Silva e Selva Guimarães Fonseca (2010) não se pode deixar de destacar a importância do que é ensinado e aprendido fora do ambiente escolar por diferentes linguagens artísticas, publicações de difusão, associados à informática na formação de uma cultura histórica.

Já Nilton Pereira (2007) ressalta a importância do presente em sala de aula, justificando que este permite uma melhor compreensão do conteúdo estudado. Não apenas dos temas da HTP, mas também de outros mais afastados no tempo, atentando para a construção dos relatos históricos, que em algumas vezes são contrários entre si.

<<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC Kids 2015 LIVRO ELETRONICO.pdf>>. Acesso em: 30 set. de 2018.

14 O estudo entrevistou 1.440 jovens de 16 a 24 anos, de todas as regiões do Brasil, e buscou entender o comportamento da juventude na era digital, por meio de quatro eixos: comportamento, empreendedorismo, ativismo e educação. Inclusive, criaram-se momentos de debate entre os participantes e entrevistas com especialistas para ajudar a analisar as inovações impulsionadas pelo uso da tecnologia.

Disponível em: <http://cdn-fund.fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventude_conectada-online.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

Nesse sentido, o presente na sala de aula está justificado porque permite aos alunos uma melhor compreensão do conteúdo estudado. Ao perseguir o método do historiador, os estudantes compreendem como, com o pé no presente, o intelectual produz conhecimento histórico. Assim, os alunos são levados a concluir que não há uma verdade última e que é possível que os historiadores criem dois relatos diferentes e, por vezes, antagônicos, sobre um único acontecimento. O objetivo do ensino consiste em mostrar aos alunos o método que levou os historiadores a contar a história do passado. (PEREIRA, 2007, p. 157).

Parto, portanto, da noção de que a realidade atual é um condutor para a compreensão dos processos históricos tanto imediatos, quanto os recuados no passado mais distante. Entretanto, ao analisar os Guias do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) 2008 e 2011, para os anos finais do ensino fundamental, Silva e Fonseca, apontam que a perspectiva curricular dominante, legitima a concepção didática da história pelo critério temporal, linear, com base na cronologia da história europeia, articulada, quando possível, à história do Brasil, à da América e à da África. Isso revela a força de uma concepção tendencialmente conservadora de história e de organização curricular em nossas escolas (SILVA, FONSECA, 2010, p. 18). Não é por outra razão que a abordagem dos conteúdos, de antiguidade, de medieval, a formação dos Estados Nacionais em moderna, tomam grande espaço nos currículos da educação básica, utilizando um extenso tempo das aulas de história.

Conforme Itamar Freitas, Jane Semeão e Margarida Oliveira (2013), que analisam os currículos e os livros didáticos de História de vários estados do Brasil para as séries finais do Ensino Fundamental, seus conteúdos encontram-se organizados, majoritariamente, a partir da clássica divisão: pré-história, história antiga, idade média, idade moderna e idade contemporânea, cuja origem remontaria aos primeiros programas de ensino produzidos no século XIX (FREITAS; SEMEÃO; OLIVEIRA, 2013, online).¹⁵ O tempo presente não é abordado como uma temporalidade específica, estando na maioria das vezes sob o guarda-chuva da história contemporânea.

1.1 A Base Nacional Comum Curricular, a HTP e o ensino de história

Não podemos deixar de destacar, nesse sentido, a última versão da Base Nacional

15 Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/download/2759/2404>>. Acesso em: 01 out. 2017.

Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental o componente curricular de história. O documento apresenta uma unidade temática específica nomeada de história recente, compartilhando com as demais unidades temáticas que abordam a história dos séculos XX e XXI, segundo o documento:

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, entre outros, permite uma compreensão circunstanciada das razões que presidiram a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade. Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente. (BNCC, 2017, online)¹⁶

Analisando esse ponto da BNCC de História para o Ensino Fundamental, os temas políticos que englobam o final do século XX e as primeiras décadas do século XXI da história do Brasil são apresentados na unidade temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”; nos objetivos de aprendizagem: “A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais; nas habilidades: “Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos”. (BNCC, 2017, online)

É interessante destacar que o documento estabelece uma unidade temática específica para a história recente, que é a última unidade temática do nono ano (e, portanto do Ensino Fundamental). No entanto é emblemático que nessa unidade temática, nos seus respectivos

16 A BNCC para o Ensino Fundamental está organizada na seguinte lógica: unidade temática – objetos de conhecimento – habilidades, tendo entre os fundamentos pedagógicos o foco no desenvolvimento de competências. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#fundamental/historia-no-ensino-fundamental-anos-finais-unidades-tematicas-objetos-de-conhecimento-e-habilidades>> Acesso em: 20 jul. de 2018.

objetos de conhecimento, não conste especificado a história do Brasil a partir da Nova República, eximindo-se assim de pontuar objetivamente a necessidade do estudo dos períodos mais imediatos da HTP brasileira.

Esse tratamento um tanto “indiferente” aos temas que focam na realidade efetiva das últimas duas décadas brasileiras, a ausência de uma unidade temática comprometida com a análise mais pontual e direta dos governos e conjunturas políticas, econômicas e sociais mais recentes do Brasil, oportuniza alguns questionamentos e reflexões, sendo oportuno discutir a invisibilidade que atinge os temas referentes às conjunturas sócio-políticas que envolvem os últimos anos da história do nosso país. O ciclo neoliberal implementado no Governo Fernando Henrique Cardoso, seus acertos e erros não poderia estar nomeado como um objetivo de aprendizagem? Assim como a grande relevância para a nossa história republicana, já que somos um país de tantas desigualdades, das eleições de Luís Inácio Lula da Silva, o primeiro presidente operário do Brasil, e de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil, e seus respectivos governos, estariam melhor destacados na BNCC de História, se estivessem reunidos em um objeto de aprendizagem específico. Por que deixar esses temas soltos dentro de uma temporalidade ampla, contrariando a lógica da sistematização do mesmo documento aplicada aos períodos Vargas e JK, que se apresentam de forma destacada na composição da nova Base Curricular de História? Considero que não há uma única resposta para essa questão, porém, a problemática que envolve as concepções de história em que o imediato não é considerado importante, ou não é considerado história, ainda é um argumento muito presente para uma considerável parte dos formuladores dos currículos. Há também que se atentar para o elo que a HTP estabelece com seus estudiosos, pesquisadores e professores, uma relação tênue entre a objetividade e a emoção que envolve quem vivencia o evento histórico como testemunha. De acordo com Marieta Ferreira:

Outra singularidade do tempo presente é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunho e ator de seu tempo e, muitas vezes, está sobremaneira envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças, em detrimento dos fenômenos de longa duração que necessitam de maior recuo. O tempo presente, definido segundo esses critérios é, portanto, um período

móvel que se desloca com o desaparecimento progressivo das testemunhas. (FERREIRA, 2018, p.87).

Nilton Mullet Pereira e Mara Cristina de Matos Rodrigues (2018), chamam, por outro lado, a atenção para a especificidade do campo do ensino de história na produção da BNCC desde a primeira versão, que “procurou romper com décadas de um ensino eurocêntrico de história e promover o destaque para as histórias do Brasil, da África, dos afrodescendentes, dos latino-americanos e dos povos indígenas”, sofrendo uma mudança drástica pós-golpe de 2016. “O currículo de história é um produto de escolhas que estabelece um modo de recortar e contar o passado, de criar referências ao presente e estabelecer o que deve se tornar uma memória, compondo, conseqüentemente, uma base para a identidade de todos os brasileiros” (PEREIRA; RODRIGUES 2018)¹⁷. Dito isso, é importante salientar que a elaboração de uma base curricular nacional, iniciada em 2015, está relacionada a uma demanda colocada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 e prevista nas metas do Plano Nacional de Educação, com vigência desde 2014. A BNCC voltada para o Ensino Fundamental, contou com três versões que envolveram um longo processo que implicou lutas políticas intensas em torno dos currículos para o Ensino de História, nos diferentes níveis da escolarização básica, até a disponibilização pelo MEC da terceira versão da BNCC, que significou um retrocesso em relação à primeira versão, pois retoma o foco no desenvolvimento de competências. Sobre esse ponto a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) se manifestou, atentando ao retorno do currículo por competências e habilidades, “é preocupante também a retomada de um modelo curricular pautado em competências. Esta “volta” das competências ignora todo o movimento das Diretrizes Curriculares Nacionais construídas nos últimos anos e a crítica às formas esquemáticas e não processuais de compreender os currículos (*apud* PEREIRA; MATOS, 2018, p. 12). Os autores ainda destacam:

Além disso, tal posicionamento apresenta-se como um modo liberal de

17 Para um aprofundamento sobre as controvérsias sobre as versões da BNCC de História para o Ensino fundamental, ver o artigo de Nilton Mullet Pereira e Mara Cristina de Matos Rodrigues, BNCC e o Passado Prático: Temporalidades e Produção de Identidades no Ensino de História, disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/download/3494/2119>>

considerar o conhecimento, na medida em que sugere uma leitura individual do processo de aquisição de competências, sem levar em consideração, ou escamoteando, os elementos políticos e sociais implicados nos processos de aprendizagem. Esse retorno às competências demonstra um retrocesso no modo como se compreende, especificamente, a aprendizagem histórica. (PEREIRA; MATOS, 2018, p. 12).

Se a construção de um currículo comum a todo país, já é por si só desafiador em virtude da extensão territorial e do formato federativo da nossa República, a conjuntura atual é um ingrediente a mais a ser considerado. A gestação da base foi envolta por um contexto de golpe, de recuo da democrático, de acirramento político e ideológico, de fundamentalismo religioso, de ESP, de *fakenews*. É neste momento que a primeira versão da BNCC de história para o Ensino Fundamental sofre ataques e é totalmente modificada nas versões posteriores

Em países federativos como o Brasil, de grande dimensão territorial e de enorme diversidade regional e cultural, sabemos como são difíceis os consensos e como são complexas as tomadas de decisões acerca de uma estrutura curricular comum. A complexidade toma proporções ainda maiores se considerarmos o momento de profunda polarização política que vivemos no país, aliado a graves desigualdades econômicas e sociais que vêm sendo enfrentadas. Sem espaço para adentrar em uma análise de conjuntura, é preciso ao menos registrar algumas (tristes) cenas da nossa época, como o processo de *impeachment* da Presidente da República, a destituição de presidentes das casas legislativas, as prisões de senadores da República, a corrupção desenfreada e escancarada nos mais variados âmbitos da gestão pública, as reações conservadoras de toda a ordem, os retrocessos nos debates e conquistas sociais, o trágico crescimento de movimentos como Escola sem Partido e Escola Livre, as tentativas de cerceamento e até mesmo de criminalização do exercício da docência, para citar alguns. (CAIMI, 2017, p. 02)

A autora expõem de forma bastante esclarecedora, a dinâmica que envolve a construção de uma base curricular nacional: “conhecimento e currículo podem ser entendidos, então, como campos ’sujeitos a disputas e a interpretações, nos quais diferentes grupos tentam

estabelecer sua hegemonia'.” (SILVA, 1999: p. 135 *apud* CAIMI, 2017). Há uma preocupação constante, o que não é novidade, que permeia diferentes instâncias, sobre o que se deve ou não ser trabalhado no currículo de história. Christian Laville (1999), já chamava atenção para essa relação, em artigo publicado há mais de quinze anos:

É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis. A história é certamente a única disciplina escolar que recebe intervenções diretas dos altos dirigentes e a consideração ativa dos parlamentos. Isso mostra quão importante é ela para o poder. (*apud* CAIMI, 2016).

O ensino de história por abordar temas sensíveis como racismo, questões de gênero, de desigualdades sociais, preconceitos é, portanto, potencialmente crítico, então como afirmam os autores, as esferas de poder tem como foco atacá-lo, como acontece na conjuntura atual, com a reforma do Ensino Médio e da imposição de uma Base Nacional Curricular Comum, bem como com o fortalecimento de movimentos cerceadores como o Escola Sem Partido.

1.2. Outra reforma do Ensino Médio?

É oportuno, neste momento, traçar uma conexão entre as reformas do currículo de História, no qual a BNCC está diretamente articulada com a Reforma do Ensino Médio, imposta pela Lei nº 13.415/17¹⁸ e o movimento ESP.

Em termos gerais a reforma do Ensino Médio é fruto das demandas do capital que impõem um ensino médio instrucionista para as classes populares, focado na formação de mão de obra barata. A reforma liquida com a conquista de um Ensino Médio que compõe a última etapa da educação básica como um direito universal, já que 85% frequentam a escola pública. É substituída a educação como direito universal, por uma divisão entre escolas para ricos e escolas para pobres, de acordo com a lógica do mercado/capital.

18 Disponível em: <<http://www2.camara.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso 05 set. 2018.

Com efeito, por rezarem e serem coautores da cartilha dos intelectuais do Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, etc., seus compromissos não são com direito universal à educação básica, pois a consideram um serviço que tem que se ajustar às demandas do mercado. Este, uma espécie de um deus que define quem merece ser por ele considerado num tempo histórico de desemprego estrutural. O ajuste ou a austeridade que se aplica à classe trabalhadora brasileira, da cidade e do campo, pelas reformas da previdência, reforma trabalhista e congelamento por vinte anos na ampliação do investimento na educação e saúde públicas, tem que chegar à escola pública, espaço onde seus filhos estudam. (FRIGOTTO, 2018, online)¹⁹.

Mais uma vez, o imediato político do país nos mostra a necessidade deste debate, visto que a Reforma do Ensino Médio e a BNCC, são resultados diretos de um processo mais amplo, gestado pelos mesmos grupos de interesses que arquitetaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 2016. Portanto, é visível a vinculação entre BNCC, reforma do Ensino Médio e ESP, que defendem o modelo de educação do setor privado mercantil e neoconservador.

Sob o projeto pós-golpe no Brasil, as reformas educacionais não são debatidas com associações de professores, sindicatos, pesquisadores, e estão sendo aprovadas sob sua resistência, como no caso da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do ESP, que vêm demonstrando a disputa por projetos distintos e que tem como foco a direção e o conteúdo da educação pública brasileira. (PERONI; CAETANO; LIMA, 2018, p. 418).

As autoras citadas acima ainda ressaltam: “A educação, como parte de um projeto de nação, é disputada por visões antagônicas, tanto no sentido da sua direção, quanto na execução. Diferentes formas de privatização vêm ocorrendo a partir e/ou como consequência das reformas da gestão pública, instituindo reformas educativas de forma global” (PERONI; CAETANO; LIMA, 2018, p. 418).

Essas reformas na educação somam-se às demais reformas, desvelando o caráter

19 Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/cnte-informa/1756-cnte-informa-817-31-de-julho-de-2018/20109-reforma-do-ensino-medio-e-retrocesso-para-a-educacao.html>>. Acesso 05 set. 2018.

classista do golpe. A educação, sem dúvida, está na centralidade desse projeto ultraliberal, no qual o ataque às ciências humanas, com destaque para a história, com conhecimentos e objetos de aprendizagens estruturados na lógica conteudista e meritocrata na composição do currículo e da carga horária na educação básica. Consumando essa intencionalidade, a Medida Provisória (MP) da reforma do Ensino Médio, estabelece o fim da obrigatoriedade da oferta da disciplina de história, que passa a ser ofertada na área de conhecimento ciências humanas e sociais aplicadas, em caráter optativo, conforme possibilidades da escola ou sistema de ensino. O que na prática significa “em caráter optativo conforme possibilidades da escola ou do sistema de ensino”. A saber, que o Ensino Médio, obrigação dos estados da federação, que no caso do Rio Grande do Sul (RS), mantém os salários dos professores da rede estadual há 33 meses (até setembro de 2018) parcelados/ atrasados e sem aumento, reajuste e reposição da inflação. Uma realidade caótica, com escolas sucateadas sem manutenção, com atrasos no repasse de verbas da alimentação escolar, falta de professores, orientadores e supervisores escolares. Não é muito difícil prever o caráter devastador dessa MP, que pode significar o fim da oferta da disciplina de história e das ciências humanas no currículo do Ensino Médio.

A reforma do Ensino Médio tem como um dos principais sujeitos o Instituto Unibanco (IU). A Fundação Lemann é principal articuladora da BNCC, junto ao Movimento pela Base Nacional Comum Curricular. O “Todos pela Educação”, movimento atuante na Reforma do Ensino Médio “reúne empresas que somam quase 80% do PIB nacional, fazem parte das quinze famílias mais ricas do Brasil, e têm como objetivo claro pesar decisivamente na correlação de forças em nossa sociedade”(PERONI; CAETANO; LIMA, 2018, p.420). Perante isso, constata-se a hegemonia do empresariado nas decisões sobre as reformas educacionais no país.

As reformas na educação brasileira fazem parte de um projeto que não dialoga com os principais envolvidos nas propostas em curso – professores, alunos, comunidade escolar – e apresenta-se como uma afronta à democracia. Os principais envolvidos no processo de construção de uma base nacional comum curricular e do novo ensino médio se apresentam como sujeitos individuais ou coletivos através de instituições públicas e privadas que atuam no setor educacional, institutos e fundações ligados a grandes empresas nacionais e internacionais, bem como instituições financeiras ligadas ao mercado de capitais, visando construir um projeto hegemônico de educação e de sociedade. (PERONI; CAETANO; LIMA, 2018, p. 418).

Compondo essa tríade perversa, temos o ESP, que junto com a BNCC e com a reforma do Ensino Médio, constituem o misto de neo/ultraliberalismo e neoconservadorismo, expostos no projeto de educação patrocinado pelo capital.

1.3 Sobre o ESP

O ESP coloca no centro do debate a falácia da “neutralidade”, influenciando em como a história “deve ser ensinada” na escola, incentivando a proposição de projetos de lei que na prática buscam instituir a censura nas salas de aula, “as pautas do ESP, que se originam a partir de ideias neoliberais, assumem um caráter neoconservador, especialmente no que diz respeito à regulamentação do trabalho dos professores, que se torna padronizado e policiado” (APPLE (2003) *apud* PERONI; CAETANO; LIMA 2018, p. 423), que tanto nos conteúdos, quanto nos métodos, sofrem num regime de controle e uma suspeita sistemática sobre a competência dos professores.

Nas palavras de Harvey (2008), encontramos a compreensão da relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo:

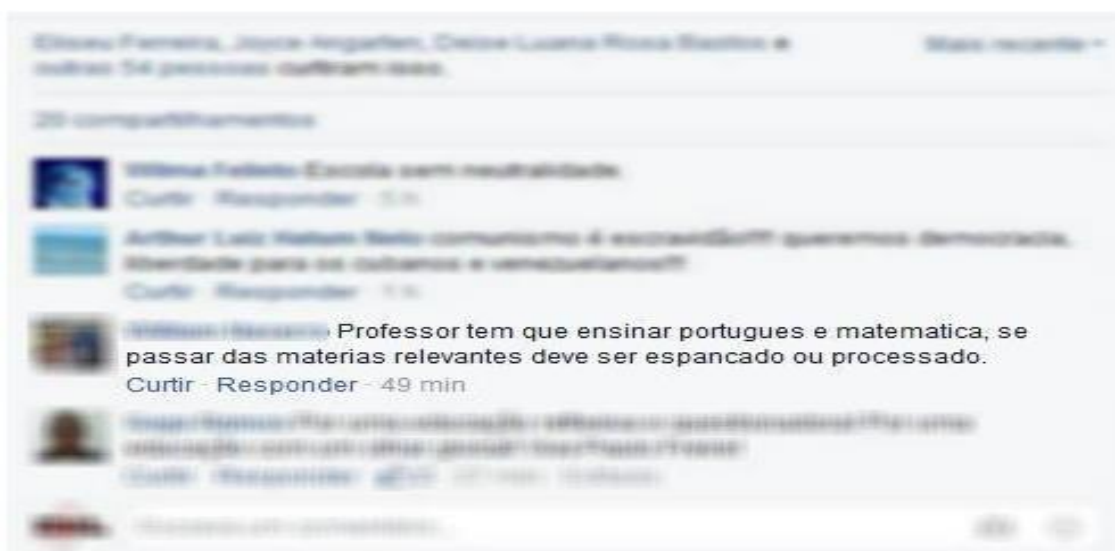
Em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre. Mas também propõe respostas singulares a uma das contradições centrais desse último. Se ‘a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais’, como disse de início Thatcher, o caos individual pode vir a se sobrepor à ordem. A anarquia do mercado, da competição sem peias (esperanças, desejos, ansiedades e temores individuais; escolhas de estilo de vida de hábitos e orientações sexuais, formas de auto – expressão e comportamentos com relação aos outros) gera uma situação cada vez mais ingovernável. (Harvey, 2008, *apud* PERONI; CAETANO; LIMA, 2018, p. 423).

Movimento criado em 2004, por iniciativa do advogado Miguel Nagib,²⁰ o “Escola

20 Miguel Francisco Urbano Nagib é o fundador do movimento ESP e, portanto, figura central entre os demais adeptos. Sendo, a principal figura pública do movimento, participa de programas, entrevistas e

Sem Partido” se apresenta como uma organização da sociedade civil apartidária e sem vínculo com qualquer instituição acadêmica ou científica. O objetivo principal do ESP seria: “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos” (ESP, 2018).²¹ Tal movimento enquadra-se na lógica antidemocrática que se perpetua nos dias atuais de criminalização de manifestações, de censura das atividades artísticas e do livre pensar.

Figura 3 - Comentário em uma publicação da página do Facebook “Professores contra o Escola Sem Partido.



Fonte: <<https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/06/03/o-odio-aos-professores/>>
Acesso em: 09 jul. De 2018.

O ódio ao professor é instigado por meio de publicações no *site* do ESP e em sua

audiências públicas, com um repertório de argumentos prontos que são frequentemente repetidos nos diferentes espaços (MOURA, 2016). Ele também é Advogado e procurador do estado de São Paulo, proprietário da Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento (Eireli – ME), cuja atividade principal está ligada ao treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, e da Associação Escola Sem Partido, responsável por atividades de associações de defesa de direitos sociais. Miguel Nagib foi articulista do Instituto Millenium (IMil), do qual trataremos mais tarde, tendo chegado a publicar, em 2009, um artigo intitulado “Por uma escola que promova os valores do Instituto Millenium”. Depois que Nagib se desvinculou do IMil, a assinatura do texto foi modificada para “Comunicação Millenium” e hoje o texto já não está mais disponível no site do instituto, “certamente porque se percebeu a contradição entre o combate à ‘doutrinação nas escolas’ e a defesa de um programa pedagógico tão ostensivamente doutrinário” (MIGUEL, 2016 *apud* PERONI; CAETANO; LIMA, 2018 p. 425).
21 Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/objetivos>> . Acesso: 09 de julho, 2018.

página no *Facebook*, inibindo os debates em sala de aula sobre o tempo presente.

No caldo da radicalização política, por sua vez, assistíamos ao fortalecimento do movimento Escola sem Partido, que passava do discurso à ação, espalhando dezenas de Projetos de Lei por todo o país que defendiam suas premissas. Rapidamente, a missão dos seguidores do Escola sem Partido confundiu-se com um combate ao Partido dos Trabalhadores, aos professores e aos seus sindicatos. Por trás de uma suposta perseguição à doutrinação nas escolas, estava um cerceamento à liberdade de ensino e aprendizagem. E, obviamente, o alvo preferencial de ataques eram os professores dedicados ao ensino de disciplinas ligadas às ciências humanas, particularmente a História. (MACHADO; TOLEDO, 2017, p. 08).

Com o movimento ESP, a liberdade docente é colocada em risco, afetando principalmente os professores que atuam na área das ciências humanas. O professor torna-se vítima, como dito antes, de uma verdadeira “caça às bruxas”, incentivada por postagens e comentários em *sites*, *blogs* e redes sociais.

Os projetos de Lei tramitam nas Casas Legislativas, ainda inconclusos, e também sem posição definida da Suprema Corte acerca da constitucionalidade das propostas. De qualquer forma, a difusão pública de uma proposta desta natureza já abre espaço para que, na prática, o controle da fala política do professor seja exercido nas salas de aula – seja por meio da pressão de pais afinados ideologicamente aos ideais do “Escola Sem Partido” ou por meio de escolas, especialmente privadas, temerosas em perder matrículas. (SILVA, 2016, p. 28).

Nesse sentido, Fernando Nicolazzi (2016), alerta para os interesses que estão por trás do “Escola sem Partido”, que apesar do nome um tanto palatável, é um movimento não tão alheio à participação partidária:

Em comum, todos incidem diretamente sobre as formas de atuação de professores e professoras em diferentes níveis de educação. Além disso, vinculam-se, em graus variados, ao programa defendido pelo

movimento intitulado “Escola sem partido”, criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, cujo mote principal é “educação sem doutrinação”, que tem entre seus defensores a família Bolsonaro e foi apresentado ao Ministro da Educação, Mendonça Filho, pelo ator Alexandre Frota e por representantes do grupo Revoltados Online. (Nicolazzi, 2016, p. 82)²².

O ESP exprime uma concepção de educação contrária àquela expressa na Constituição Federal, art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.²³ O movimento além de criminalizar professores, incentivar o denunciamento, reforçando uma visão que trata a educação formal de forma utilitarista, baseada na instrução para o mercado de trabalho, travando uma cruzada contra a formação para cidadania. No entendimento de seus defensores, a palavra cidadania é usada pelos professores como pretexto para uma doutrinação.

Estabelecer relações entre a realidade cotidiana dos alunos e os conteúdos específicos de cada matéria escolar é um dos requisitos para propiciar uma aprendizagem significativa por parte dos estudantes durante o diálogo nas aulas. Como formar um aluno capaz de interpretar a sua realidade se não se pode falar dela? “O resultado da aprovação desses projetos de leis país afora não será o de ‘escola sem partido’, mas sim escolas sem voz. E sem sentido”. (PENNA, 2016, online)²⁴.

Em comum ao conjunto de proposições está o veto à voz política do professor e uma negação da sala de aula como lugar de incorporação de debates públicos contemporâneos. O professor padrão é o doutrinador, mais especificamente o doutrinador alinhado a princípios considerados “esquerdistas”. Mas, afinal, qual projeção de aluno/leitor o “Escola Sem Partido” visa formar? Certamente não é o cidadão, minimamente preparado para lidar com o constante desafio à

22 Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/79154/45987>>. Acesso em: 23 jul. de 2018.

23

Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 24 jul. de 2018

24 Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/escola-sem-ensino>>. Acesso em: 20 maio de 2018.

diferença, ao dissenso e aos conflitos que a vida política contemporânea lhe impõe. (SILVA, 2016, p. 32).

É apropriado ressaltar que as pesquisas sobre o ensino de história, ao contrário do que o movimento ESP reivindica, apontam para centralidade do debate sobre o fazer docente conectado com a realidade política e social em que nos inserimos. A escola não está desconectada da realidade concreta.

No final da primeira década do século XXI, pesquisadores, formadores, gestores e professores possuem uma clara compreensão de que a escola constitui espaço complexo de disputas políticas, debates intelectuais, fontes históricas e diferentes propostas de saber. A escola pode constituir um espaço democrático, onde diversas possibilidades de ensinar e aprender estão presentes. Nesse sentido, a concepção de História como disciplina formativa aponta para a construção de novas práticas e possibilidades metodológicas que potencializam, indicam outras relações educativas no ensino de História, desde o processo de alfabetização da criança nos primeiros anos de escolaridade. (SILVA, FONSECA, 2010, p. 31).

Não há como negar o caráter corrosivo que a BNCC, a Reforma do Ensino Médio e o ESP oferecem ao Ensino de História, já que a disciplina histórica é atacada nessas três frentes. Aliado a isso, temos as narrativas duvidosas produzidas nas redes sociais sobre temas históricos, agindo de forma assídua e feroz sobre temas sensíveis: gênero, escravidão, nazismo/fascismo, socialismo, ditadura civil militar etc., configurando um contexto de ataques à educação democrática e à liberdade de ensinar.

2. O Brasil do tempo presente: da eleição do primeiro presidente operário, ao golpe contra primeira mulher presidenta do Brasil.

2.1 O ciclo Lula / Dilma e a crise

Em 2003, o Brasil inaugurou um novo ciclo com a chegada à presidência da República de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois de quatro eleições disputadas desde 1989, ano do primeiro pleito eleitoral com votações diretas para presidente

após a ditadura civil-militar,²⁵ um partido identificado com as demandas da classe trabalhadora chega ao executivo nacional. Segundo o site oficial do Partido dos Trabalhadores (PT), “o PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado como partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral”.²⁶

Esse novo ciclo, é definido por alguns estudiosos como “neodesenvolvimentismo” (Giovanni Alves, 2016),²⁷ outros o nomeiam como “governos pós neoliberais” (Emir Sader, 2013),²⁸ ou ainda como Lulismo (André Singer, 2009).²⁹ Utilizarei o conceito “neodesenvolvimentismo” de Alves (2016) por compreender que é o conceito mais adequado na análise dos governos Lula e Dilma.

Em 2010, Dilma Rousseff, ex ministra das Minas e Energia e da Casa Civil no segundo governo Lula, vence a eleição presidencial, elegendo-se como a primeira mulher (que militou em uma organização combatendo a ditadura civil-militar BR asileira, sendo inclusive feita presa política na década de 1970) presidenta do Brasil.

Nos anos em que o Partido dos Trabalhadores esteve à frente do governo federal, numa ampla coalizão partidária, políticas sociais nas diversas áreas fizeram parte das ações governamentais. Complementação de renda, acesso ao crédito facilitado, valorização real do salário mínimo aumentando o poder de compra da população trabalhadora, incluíram parcelas significativas da população brasileira pelo consumo. No campo do acesso à educação superior, programas de financiamento estudantil, bolsas de estudos em universidades privadas, e uma política de ações afirmativas que envolviam cotas sociais e raciais para estudantes de escolas públicas nas universidades federais, tornaram os espaços acadêmicos mais plurais e democráticos.

Ao longo dos governos Lula e mesmo no primeiro mandato de Dilma

25 Optei pelo uso da terminologia Ditadura civil-militar, já que o período ditatorial de 1964 a 1985, contou com a participação direta e indireta de agentes civis (empresas, organizações políticas e religiosas, entre outras.

26 Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

27 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

28 Disponível em: <<https://edebcufabc.files.wordpress.com/2017/07/sader-2013.pdf>>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

29 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

Rousseff, houve uma política redistributiva constante no país, ainda que tímida, que elevou o consumo individual, por conta de um quase pleno emprego, do aumento real do salário mínimo e de políticas de crédito com juros baixos. Através de políticas sociais, uma parcela importante do país foi tirada da miséria absoluta. Na educação houve um aumento significativo das vagas no ensino superior possibilitando a entrada de setores da baixa classe média e mesmo das camadas populares na universidade. Programas como “Minha Casa Minha Vida” e “Mais Médicos” possibilitaram acesso à casa própria e uma maior possibilidade de atendimento a saúde. (Pinto, 2018, online)³⁰

A Crise internacional de 2008/2009, chega ao Brasil um pouco mais tarde, e com ela uma instabilidade política fortemente articulada por interesses estrangeiros derivados da recessão do capitalismo neoliberal. Sabemos que o sistema capitalista vive com elas. Foi assim na crise de superprodução de 1873, durante a segunda Revolução Industrial, e na década de 1930, pós quebra da bolsa de valores de nova Iorque em 1929. Em ambos os casos o sistema se reinventou e superou a estagnação, não poupando a ocupação e exploração de novos território (Neocolonialismo e Imperialismo na Ásia, África e América Latina) e a deflagração de guerras regionais e mundiais. Com a crise neoliberal de 2008/2009,³¹ uma retomada de controle das áreas que desde o início da década de 2000 seguem uma orientação contra-hegemônica na política internacional (a fundação e o fortalecimento do BRICS é um exemplo), torna-se urgente para a Casa Branca.

Em contexto global, mas especialmente na geopolítica sul-americana, a eleição de Lula foi mais uma, com impactos talvez decisivos em alguns casos do subcontinente, para uma virada considerada “progressista”, voltada a algumas demandas populares. No início do século XXI, além do Brasil, diversos países passaram a eleger governos que, de uma forma mais ou menos incisiva, contrapuseram alguns efeitos das medidas neoliberais em voga desde a década de 1990. As características desses governos, assim como o grau de enfrentamento ao grande capital e do aprofundamento de experiências democratizantes e todos seus limites, foram bastante variados. Em todos esses casos, porém, essa guinada pode ser entendida como

30 Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/ceci-pinto/2018/06/e-como-diria-quincas-borba-aos-vencedores-as-batatas/>> Acesso em: 18 junho de 2018.

31 Ao dizermos “crise do capitalismo neoliberal”, é importante salientar que não nos referimos a um bloqueio terminal da possibilidade de reprodução da ordem burguesa mundial. Muitas vezes, a ideia de “crise” remete a noção de estagnação e queda. Mas, pelo contrário, as “crises” do capitalismo histórico

resposta aos esgotamentos da agenda neoliberal imposta pelas agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a complacência das elites políticas e econômicas nacionais, que entendiam que a única alternativa viável era a obediência cega às normas do mercado livre de fronteiras, tal qual constava na cartilha dos Chicago Boys, executada por Augusto Pinochet, Margareth Thatcher e Ronald Reagan entre as décadas de 1970 e 1980. Os impactos sociais devastadores para a maioria da população pobre dos países que receberam eufemisticamente a alcunha de “em desenvolvimento”, indicava o esgotamento da política econômica fundada em uma “teologia do mercado”, ao menos no início do século XXI. Os governos ditos “progressistas” seriam, portanto, uma resposta política reformista, que embora não rompesse com a lógica capitalista e as estruturas de classe, trouxe algumas modificações nas relações sociais cotidianas de classe no continente latino-americano, historicamente fundadas na superexploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2016, p. 208).

Consoante a essa ideia, Giovanni Alves (2016) argumenta que no início da segunda década do século XXI, o que se disputava é o modo de resolução das contradições abertas pela crise financeira de 2008/2009 no plano histórico mundial. Uma disputa no interior da ordem burguesa, tal como ocorreu, por exemplo, na década de 1930 a partir da crise de 1929. A necessidade dessa nova reestruturação da ordem do capital global, característica da crise do capitalismo neoliberal, tem na ruptura da institucionalidade democrática no Brasil em 2016, um dos objetivos do centro hegemônico estadunidense para o Brasil, alcançado com sucesso.

2.2. Do junho de 2013 ao “Fora Dilma”

Uma caldeira fervente, caracterizada pelo acirramento ideológico submerge o país a partir de junho de 2013. As chamadas “Jornadas de Junho” iniciam como manifestações contra o aumento da tarifa do transporte público. Tais manifestações espalham-se em pouco tempo pelo país, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), através das redes sociais, sobretudo, o *Facebook* e o *Twitter*. Em 17 de junho, na capital paulista, ocorre a maior das manifestações. A Folha de São Paulo divulga uma pesquisa sobre o perfil dos manifestantes: 84% dos manifestantes paulistas não tinham preferência partidária; 71% participavam pela primeira vez de um protesto; 53% eram menores de 25 anos; 77% estavam ou fizeram Universidade; 85% informaram-se sobre a manifestação na *internet*. Mobilizam-se num curto espaço de tempo mais de três milhões de manifestantes, pelo Brasil, no entanto a pauta inicial

foi deixada de lado, pois as reivindicações tomavam outros rumos.

O sujeito das manifestações eram indivíduos que a elas chegaram por mobilização das redes sociais e lá estavam em pequenos grupos com cartazes feitos à mão expressando um conjunto disperso de demandas. A cada cartaz era o exemplo vivo da dispersão. Mas havia neste mundo desarticulado, dois inimigos, a política enquanto tal e o governo, que em um momento posterior vão se articular no discurso pró-impeachment. Os significantes antipolítica estavam em cartazes que diziam “Direita? Esquerda? eu quero ir pra frente”; “o povo unido não precisa de partido”; “sem partido, fora militante”; “eles não nos representam”. Mas havia cartazes que se dirigiam ao PT contra o governo: “Lula ladrão”; “Chega de Corrupção”; “ou para a roubalheira ou paramos o Brasil”; “queremos escolas, hospitais no padrão Fifa”. (PINTO, 2018, online)³².

A construção da atmosfera que inflou as futuras manifestações teve sua origem em 2013. O entusiasmado brado “o gigante acordou”, inicialmente simpático inclusive ao espectro político mais a esquerda, transformou-se na narrativa constituinte do golpe de 2016. Nas palavras de Tiago Oliveira, “seja como for, 2013 parece representar o esgotamento da política de conciliação de classes, que será distendida a partir da corrida eleitoral de 2014” (Oliveira (2016, p.214).

Envolta num contexto de crise externa e interna, Dilma consegue se reeleger, porém não concluirá o seu segundo mandato. Em 2014, com uma pequena margem de votos no segundo turno, vence as eleições sobre o adversário Aécio Neves. O desgaste do modelo neodesenvolvimentista, dentro da reorganização do capitalismo neoliberal, torna-se terreno fértil para a atuação de setores da alta classe média, atraindo outros setores médios, descontente com a administração federal. Serão esses setores que coordenarão as manifestações “Fora Dilma” que se espalharam pelo Brasil entre 2015 e 2016, engendrando os argumentos político para o sucesso do impeachment de Dilma Rousseff.

Enfim, no palco da história sinistra do golpe de 2016 no Brasil

32 Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/ceci-pinto/2018/06/e-como-diria-quincas-borba-aos-vencedores-as-batatas/>> Acesso em: 18 junho de 2018.

operam, de modo intenso, interna e externamente, forças econômicas, político-ideológicas e geopolíticas ocultas – e algumas delas, nem tão ocultas assim – que coordenam os interesses estratégicos do Departamento de Estado norte-americano, o pólo hegemônico do império neoliberal, com elementos (partidos, movimentos sociais, *think tanks* e meios de comunicação de massa) da oposição neoliberal, reacionária e oligárquica brasileira (a direita fisiológica e ideológica que ocupou com o afastamento de Dilma, o governo Temer). (ALVES, 2016, online)³³.

O que levou os manifestantes saírem às ruas pedindo o *impeachment* de Dilma Rousseff? Por que há um descontentamento com o governo, sendo que havia um crescimento da renda de grande parte da população? Na visão de Céli Pinto, a ascensão das camadas mais excluídas pelo consumo, amparadas por ideários liberais amplamente propagados na grande mídia, com destaque para o discurso da meritocracia, acompanhada de uma falta de reflexão do PT a este fenômeno, explicam em parte o ocorrido.

(...) há um outro fenômeno, que deve ser pontuado que é a ascensão de vastas camadas da população à condição de consumidores de bens duráveis, que foram chamados inclusive de uma nova classe média, a classe C. Estes grupos, que consomem eletrodomésticos, viagens de lazer, compram seu primeiro carro, conseguem financiamento para casa própria, tendem a atribuir esta nova condição a seu esforço pessoal e ao trabalho de uma vida. Havendo aí um deslocamento discursivo importante: deixam de ser os trabalhadores excluídos, o povo do discurso do PT, para serem os indivíduos portadores de bens e de direitos. Este processo foi muito forte e pouco percebido pelo partido no poder. Não há dúvidas que individualmente as pessoas adquirem bens pelo esforço e trabalho muitas vezes de uma vida e sentem-se pessoalmente orgulhosas e recompensadas. O problema não está aí, mas sim no não reconhecimento que sem as políticas governamentais que aconteceram no período, os esforços pessoais não teriam tido recompensas. O sujeito político trabalhador excluído das possibilidades de acesso a bens e serviços se transforma em sujeitos individuais vencedores. (PINTO, 2018, online)³⁴.

33 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

34 Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/celi-pinto/2018/06/e-como-diria-quincas-borba-aos-vencedores-as-batatas/>>. Acesso em: 18 junho de 2018.

Acompanhando a reflexão acima, Cavalcante e Arias (2015), observam que existe em nosso país, um histórico de conservadorismo liberal da classe média, definida em valores como a “meritocracia” que se liga diretamente a aversão, demonstrada por esses setores, às políticas de inclusão social. “Isso explica como o componente ideológico potencializa, de forma mais aguda que o econômico, a revolta da classe média” (*apud* FIRMINO, 2016, p. 223). É um liberalismo conservador, que ganha espaço no debate público e tem inspirado o surgimento de grupos liberais e libertários (ou libertarianos) no Brasil.

A defesa dos princípios do livre mercado, portanto, parece combinar-se um conservadorismo próprio, “à la brasileira”, tendente a naturalizar a histórica e abissal desigualdade econômico-social do país. Nessa linha, mesmo as mais tímidas medidas adotadas para promover certo grau de distribuição de renda e inclusão social, enfrentam grande rejeição por parte dos setores médios da sociedade brasileira. A visibilidade e projeção alcançada, num curto espaço de tempo, por movimentos como o VPR e MBL³⁵ parecem se dever, portanto, a uma justaposição entre certas disposições político-ideológicas presentes em setores das classes médias, à qual se articula, na conjuntura recente, uma aguda crise (econômica e política) do ciclo petista. (FIRMINO, 2016, p. 223)

Essa combinação de conservadorismo e liberalismo faz com que esses mesmos movimentos preguem a liberdade econômica e o conservadorismo em relação aos direitos individuais, sociais e humanos.

Uma análise que não pode ficar fora quando estudamos esse período é o perfil dos participantes das manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, já que estas pessoas são as reprodutoras do discurso propagado sobre o imediato político do país. O estudo de FIRMINO (2016) apresenta os dados de duas pesquisas. A primeira foi coordenada pelos professores Pablo Ortellado (USP) e Ether Solano (Unifesp), referentes aos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015, acontecidas na Avenida Paulista, em São Paulo/SP; a segunda realizada pelo Instituto Data Folha:

Para facilitar a exposição, apresentaremos os percentuais das

35 Dos movimentos antipetistas que emergiram a partir de 2013, o VPR e MBL foram os que apresentaram maior capacidade de mobilização social e maior visibilidade nos meios de comunicação tradicionais (FIRMINO, 2016 p. 210).

pesquisas do Datafolha pela ordem cronológica das manifestações: 15/03/2015, 12/04/2015, 16/08/2015 e 13/03/2016. No que se refere à escolaridade, declararam possuir ensino superior, respectivamente, 76%, 77%, 76% e 77%. O índice dos entrevistados pelo Datafolha em que declararam possuir renda entre 5 e 10 salários mínimos mensais foi de 27%, 24%, 25% e 26%; na faixa entre 10 e 20 salários, 22%, 25%, 25% e 24%; entre 20 e 50 salários, 16%, 13% e 14%; e 3% alegaram receber mais de 50 salários mínimos mensais nas três primeiras medições, índice que chegou a 2% na quarta aferição. Os dados sobre ocupação, fornecidos pelo instituto, dão conta de que o número de assalariados registrados era, respectivamente, de 37%, 35%, 33% e 31%; empresários, 14%, 10%, 13% e 12%; profissionais autônomos regularizados, 11%, 15%, 13% e 12%; profissionais liberais de nível universitário, 7% nas três primeiras pesquisas e 8% em 13/03/2016; funcionários públicos, 4%, 6%, 7% e 5%. Quanto à cor da pele, os que se autodeclaravam brancos eram 69%, 73%, 75% e 77%; pardos: 20%, 18%, 17% e 15%; negros, 5%, 4%, 3% e 4%. O público masculino foi predominante nas quatro ocasiões: 63%, 56%, 61% e 57% (Datafolha, 2016). As pesquisas coordenadas por Solano e Ortellado, nos atos de 12/04/2015 e 16/08/2015, obtiveram resultados semelhantes. Em relação à escolaridade, declararam possuir ensino superior (completo ou incompleto), 80,1% dos entrevistados na primeira pesquisa e 77,5% na segunda. Respectivamente, aqueles que declararam renda entre 5 e 10 salários mínimos totalizaram 24,8% e 22,5% dos manifestantes; entre 10 e 20 salários, 28,5% e 28,9%; e 19,5% declararam possuir renda superior a 20 salários nas duas ocasiões. Quanto à cor da pele, os autodeclarados brancos totalizavam 77,4% dos entrevistados na primeira manifestação e 73,6% na segunda, enquanto aqueles que se declararam pardos eram 15,1% e 13,3%, e os pretos 4,9% e 5,7%. Mais uma vez o público masculino foi predominante: 52,7% e 57, 3% (Ortellado & Solano, 2015a; 2015b). (FIRMINO, 2016, p. 214).

Nas palavras de PINTO (2016), “após as eleições, o discurso anti-Dilma tomou imediatamente o *impeachment* como seu conteúdo central. Quem falava em nome do Brasil, quem dizia o que era o país, o que iria acontecer, era a oposição partidária e alguns grupos organizados nas redes sociais”. De junho de 2013, passando pelo fatídico domingo, 17 de abril de 2016, com a votação na Câmara dos Deputados, até o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República o golpe foi gestado, articulado e executado, e seus desdobramentos persistem.³⁶ É diretamente submerso na articulação desse cenário

36 O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma (Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em de jul. de 2018.

golpista, que o MBL se fortalece.

Embora com baixa popularidade devido à crise econômica e política pela qual o país passava, Dilma governava com uma ampla base aliada no Congresso, sendo o PT a segunda maior bancada. No dia 2 de dezembro de 2015, mesmo dia em que o PT declarou apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética, o ex-presidente da Câmara anunciou o acolhimento do pedido de *impeachment* contra a presidente. (SENADO FEDERAL, 2016, online)³⁷.

No texto *online* do *site* do Senado Federal, também é possível encontrar as seguintes palavras: “Após 6 dias de julgamento, o Senado concluiu, em 31 de agosto, o impeachment de Dilma Rousseff, cassando o mandato da presidente, mas mantendo os seus direitos políticos. Foram 61 votos favoráveis e 20 contrários no julgamento que ficará marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil” (SENADO, 2016, online).³⁸ Em uma análise da conjuntura nacional e internacional, a explicação para o *impeachment* é mais complexa, conforme a reflexão de ALVES (2018):

A crise do capitalismo global a partir de 2008/2009 colocou novas contradições – não apenas econômicas, mas inclusive geopolíticas – no manejo da programática neodesenvolvimentista que levou, no caso do Brasil, ao golpe de 2016.

Apesar de não ameaçar as relações de propriedade privada, o neodesenvolvimentismo, em sua fase terminal, teve que enfrentar a partir de 2013 o conflito pelo Orçamento Público, as necessidades empresarias pelo aumento da taxa de exploração e os interesses imperialistas no quadro de um capitalismo dependente. Com a queda da economia na última metade do ano de 2014 e os erros flagrantes do governo Dilma, intrínsecos à lógica lulista da conciliação de classe, criou-se o cenário necessário para a “aliança dos canalhas” – incluindo grupos do aparelho de Estado ligados a classe médias – sair vitoriosa com o *impeachment* de meados de 2016.” (Alves, 2018, online).³⁹

37 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> . Acesso em 27 jul. de 2018.

38 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> . Acesso em 27 jul. de 2018.

39 Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/02/01/desmedida-do-valor-estado-de-mal-estar-social-e-crise-do-capitalismo-global-reflexoes-criticas-sobre-o-fardo-do-tempo-historico/>>. Acesso: 29 julho de

Capítulo 2 - Rede Sociais, *Facebook* e o MBL

1. Redes Sociais e *Facebook*: Alguns conceitos.

Um episódio como um impeachment de um(a) presidente da República, como o caso que será aqui discutido, pode ser explicado sob diferentes pontos de vista. A perspectiva hegemônica é a produzida e partilhada pelas grandes corporações midiáticas do Brasil, que constituem verdadeiros oligopólios sobre as informações e narrativas acerca da realidade, em conluio com outros agentes, como os partidos políticos diretamente interessados na queda de Dilma Rousseff. A base dessa narrativa é caudatária de uma tradição liberal, conferindo à ação de indivíduos e suas redes de relações a causa e a responsabilidade pelos eventos ocorridos. O elemento base que dá significado ao conjunto de ações e aos seus efeitos é a moral, particularmente em torno de questões relativas à corrupção e apropriação ilegal sobre recursos públicos. Esses discursos criam uma pauta política limitada ao horizonte estreito de juízos de valores binários, numa luta eterna entre o bem e o mal, este sempre identificado com o adversário, tratado por inimigo. (OLIVEIRA, 2016, p.193).

As palavras de Oliveira escrevem com propriedade os tempos atuais no Brasil. É imerso nesse contexto que narrativas ascendem e tomam conta do debate sobre a HTP brasileira, encampadas pelos mesmos movimentos que organizaram as manifestações do *Fora Dilma*. Narrativas que têm obtido audiência nas Redes Sociais, espalhando versões manipuladas dos fatos e disputando a memória em construção sobre o tempo presente de nosso país. Para compreender o que são e como as redes sociais caracterizam-se, a análise de suas conceituações são necessárias.

Nas palavras de Ednéa Santos e Tatiana Rossini (2014), “o conceito de rede social da internet surgiu a partir da explosão de múltiplas conexões de computadores, primeiramente, e mais tarde, entre dispositivos móveis como *notebooks*, *tablets* e telefones celulares”. Para as autoras, ampliando-se a conexão pela *WWW (World Wide Web)*, as comunidades sociais passaram a se auto-organizar, propiciando conversas e narrativas para além do presencial, não havendo distinção entre as interações vivenciadas no *ciberespaço* e fora dele. “Com o advento da *Web 2.0*, as redes sociais se tornaram um espaço de encontros, desencontros, enunciações,

negociações e ativismos. Nesse sentido, práticas culturais anteriormente legitimadas estão sendo dinamicamente reconfiguradas pela sociedade conectada em rede”. (SANTOS; ROSSINI, 2014. p. 85)

O *Facebook*, nos últimos anos, tornou-se uma das principais redes sociais presentes no cotidiano da *cybercultura*, com considerável influência no ativismo político. “O *Facebook* no Brasil tem se configurado um dos principais ambientes de articulação política, onde a organização acontece desde os debates *on-line* até o compartilhamento dos registros e narrativas das mobilizações fora do *ciberespaço*.” (SANTOS; ROSSINI, 2014, p. 85).

Com mais de 1.15 bilhões de usuários ativos⁴⁰, o *Facebook* é o maior *software* social do mundo. Fundado por Mark Zuckerberg em 2004, o *Facebook* também é considerado o serviço mais popular em razão de seus recursos comunicacionais inovadores. Recursos como mural, presentes, botão curtir, cutucar, marcar amigos em mensagens de textos, fotos e vídeos, aplicativos, jogos, eventos, status, classificados, postagens de vídeos e mensagens via celular são diferenciais quando comparados à outros serviços similares. (SANTOS; ROSSINI. 2014. p. 85).

Segundo notícias publicadas em diferentes *sites*, em 2018 o número de usuários do *Facebook* no Brasil bate recorde, chegando a 127 milhões, apontando um crescimento em relação à última estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 2016.

O *Facebook* chegou a 127 milhões de usuários no Brasil. As informações são da própria empresa, apresentadas em um evento sobre eleições realizado hoje em Brasília. O número é relativo ao mês de abril de 2018. Destes, 120 milhões acessam a plataforma por meio de dispositivos móveis, como *smartphones*.

O número é maior do que a última estatística divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de usuários de internet no Brasil. Segundo análise da Pesquisa Nacional por Amostra de

40 Em 27 de junho de 2017, Mark Zuckerberg, presidente-executivo do Facebook, anunciou que a rede social chegou a rede social chegou a 2 bilhões de usuários.
Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml>>.
Acesso em 25 junho de 2018.

Domicílio (PNAD) contínua, havia 116 milhões de pessoas navegando na web no país. Contudo, os dados são de 2016, daí a diferença. (Agência Brasil, 2018, online)⁴¹

Peixoto (2014) afirma, que as redes sociais se “caracterizam pelo constructo de grupamentos de indivíduos que produzem – e reproduzem – identidades para fins de associação e, também, afinidades – sejam culturais, econômicas, políticas, comerciais, filosóficas, ideológicas e religiosas – no ambiente online”.

As mudanças no tecido social (PEIXOTO, 2014), onde o uso das redes sociais esteve presente nos últimos anos, são identificadas nos movimentos que ficaram conhecidos mundialmente como Primavera Árabe, com os levantes no Egito, Tunísia e em outros países do mundo árabe. Outros também ocorreram: a Revolução das Padeiras na Islândia, o movimento dos Indignados na Espanha, o *Occupy Wall Street*, iniciado no Canadá e posteriormente migrando para os EUA, e extremamente importante para o estudo exposto nesse trabalho, as chamadas Jornadas de Junho no Brasil. O autor destaca a contribuição dessas “nas mudanças qualitativas no tecido social, econômico, jurídico e político”, na perspectiva de radicalização da democracia⁴² ou, “em sentido contrário, resgatando valores e ideologias que ameaçam o convívio social – entidades racistas, nazistas, grupos religiosos fundamentalistas, intolerância às alteridades. A sociabilidade online nada mais é do que o reflexo dos confortos e desconfortos da sociedade contemporânea” (PEIXOTO, 2014, p. 222 - 223).

É indispensável compreender a influência das Redes Sociais no debate político e moral no imediato brasileiro.

Santaella (2013, p. 35) afirma que não se pode “[...] minimizar o papel que as redes digitais hoje desempenham na vida psíquica, social, cultural, política e econômica” do ser humano e dimensionar a

41 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/facebook-chega-127-milhoes-de-usuarios-no-brasil>>. Acesso em : 30 set. de 2018.

42 O sociólogo catalão Manuel Castells, um dos pioneiros no estudo da Internet, observa nas redes espaços de “comunicação autônoma, de muitos para muitos” (CASTELLS, 2013). O pesquisador sustenta que estas ferramentas são decisivas para, entre outras mudanças, a transformação da economia mediante a “ação do conhecimento sobre o conhecimento” (CASTELLS, 2010). Para além da economia, Castells acrescenta que: “Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção do significado e, portanto, a produção de relações de poder” (CASTELLS, 2013, p. 11; PEIXOTO, 2014, p. 223).

amplitude dessas redes e seus alargamentos, ou seja, identificar até onde pode chegar a influência do que é postado nas salas virtuais, nos ambientes colaborativos, e em outras áreas virtuais é tarefa complexa.” (SANTINELLO; VERSUTI, 2014, p. 186)

Em tempos de polarização, intolerância, e boataria compartilhadas freneticamente via *fake news*, patrocinadas por grupos ativos nas redes sociais com claras intenções políticas e eleitoreiras, colocando em risco o conhecimento e a pesquisa científica, afetando drasticamente o ensino de história, uma vez que o temas históricos sensíveis são pautas constantes tanto no *Facebook* quanto no *Youtube* (*youtubers*).⁴³

2. O ideário do MBL, surgimento e organização

Para compreender a dinâmica de surgimento e de organização do MBL, um mapeamento do surgimento, das primeiras manifestações da organização e das ações nas redes sociais é indispensável.

Uma rápida apresentação do MBL encontrada em seu perfil no *Facebook*, soa como um “canto da sereia” aos desavisados: “Um grupo de jovens com atuação política, sem vínculos partidários que querem um Brasil livre”. Não há como negar que a primeira vista um perfil assim pode parecer algo bastante sedutor, principalmente aos jovens. Porém, ao se debruçar sobre a história do movimento, a descrição anterior não verifica-se real. O que se apresenta aos nossos olhos é muito mais complexo.

A espontaneidade característica da juventude, não faz parte da origem desse movimento, já a intencionalidade sim. O MBL surge como resultado de uma intensa ação de grupos norte-americanos no Brasil, com foco principal na juventude, com objetivos comprometidos com a propagação dos ideais ultraliberais na América Latina, os chamados *think tanks*. Se o ápice desse movimento é o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, a história do MBL tem seu início nos primeiros anos da década de 2000.

43 Ver matéria “ Como o metaleiro bolsonarista Nando Moura deseduca jovens com um canal especializado em ódio e desinformação”; Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-metaleiro-bolsonarista-nando-moura-deseduca-jovens-com-um-canal-especializado-em-odio-e-desinformacao/>>. Acesso em: 30 set. De 2018.

Na atualidade, importantes *think tanks*, têm destaque nos Estados Unidos (FINGUERUT, 2008; TEIXEIRA, 2007; Matteo, 2011). dedicados a promoção de ideias liberais, estas instituições de formação de opinião, *think tanks*, são voltadas a persuasão e formação de novos consensos, intervindo nos campos da cultura, religião, economia, direitos civis, entre diversos temas. Estes grupos, exercendo influência internacional ganharam grande força e influência nos debates da opinião pública vinculadas nas mídias, com estruturas organizacionais, de comunicação e propaganda, muitas atuando em âmbito nacional e internacional. (BARBOSA, 2017, online)⁴⁴.

É na primeira década dos anos 2000 que uma onda de governos de centro-esquerda se estabelecem em diferentes países da América Latina: Venezuela, Paraguai, Honduras, Uruguai, Argentina e Brasil, são alguns exemplos. Mesmo com estratégias diferentes entre si, esses países sob a liderança de partidos com origens e programas governamentais diversos, tanto teoricamente quanto estrategicamente, compartilhavam várias características comuns, entre eles e talvez a mais sintomática seja o não alinhamento “compulsório” aos Estados Unidos, traduzido na política externa contra hegemônica desses países. Assim sendo, era tarefa urgente para as organizações ultra liberais com sede nos Estados Unidos cooptarem novas lideranças, com treinamento de jovens para atuarem nesse empreendimento. É dentro dessa lógica que o MBL, patrocinado por *think tanks* estadunidenses, surge:

(...) o MBL seria oficializado em novembro de 2014, logo após o fim do segundo turno das eleições presidenciais, conquanto sua primeira aparição digital tenha ocorrido em junho de 2013, sem maiores repercussões. Diversas evidências apontam que o MBL surgiu como um braço da organização “Estudantes pela Liberdade” (EPL), fundada em 2012, e que atua como a seção brasileira da *Students For Liberty*, organização de perfil “libertariano” criada em 2008 nos Estados Unidos, com o objetivo de descobrir e treinar jovens lideranças universitárias tendentes ao “libertarianismo”. (FIRMINO, 2017, p. 211).

44 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

Segundo matéria publicada no site *do The Intercept Brasil*, publicado em 14 de agosto de 2017, com o título “Esfera de influência: Como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana”, uma guinada à direita está em curso na América Latina, que no início do século XXI “implementaram políticas a favor dos pobres, nacionalizaram empresas e desafiaram a hegemonia dos EUA no continente” (Lee Fang, 2017).⁴⁵Entre os mais atuantes *think tanks* no Brasil encontram-se: Instituto Liberal e o Instituto Mises – Brasil, Estudantes Pela Liberdade e *Atlas Network*. Referente a esse último, Fang escreve no site *do The Intercept Brasil*:

As ideias de livre mercado – redução de impostos sobre os mais ricos; enxugamento do setor público e privatizações; liberalização das regras de comércio e restrições aos sindicatos – sempre tiveram um problema de popularidade. Os defensores dessa corrente de pensamento perceberam que o eleitorado costuma ver essas ideias como uma maneira de favorecer as camadas mais ricas. E reposicionar o libertarianismo econômico como uma ideologia de interesse público exige complexas estratégias de persuasão em massa. (FANG, 2017, online)⁴⁶.

Jefferson Rodrigues Barbosa (2017) descreve o MBL como um “projeto de mobilização para a difusão de pressupostos de uma pedagogia liberal e conservadora, para formação de novas gerações de lideranças orientadas pela perspectiva da defesa da sociedade de mercado, dos direitos individuais e de princípios jurídicos, que colaborem para uma sociedade de hegemonia burguesa, subalterna e dependente” (BARBOSA, 2017). Sobre os *think tanks*, o autor chama atenção:

A investigação dessas instituições de formação de opinião pública internacionais e fundações internacionais, como as aqui mencionadas *Cato*, *Atlas* e *Koch Foundation*, com antigos e novos movimentos de ativismo político de direita, como o MBL, EPL e os pioneiros Instituto

45 Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>>. Acesso em: 16 julho de 2018.

46 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Liberal, assim como, o Instituto Mises – Brasil, revelam dados oportunos sobre articulação e a correlação de interesses, entre grupos empresariais, *think tanks* e os intelectuais orgânicos da burguesia, revelando, assim, o caráter de classe destas organizações, entendidas na acepção gramsciana, como aparelhos privados de hegemonia da burguesia.” (BARBOSA, 2017, online)⁴⁷.

A atuação do MBL, que se inicia em 2013, nas chamadas jornadas de junho, assume protagonismo em 2014 nas manifestações do “Fora Dilma”. O grupo torna-se uma das principais forças mobilizadoras desse processo, propagando e mobilizando parte da opinião pública, via redes sociais, com a construção da narrativa sobre a HTP do Brasil, que junto aos demais setores do Judiciário, do Congresso Nacional, da mídia, do empresariado nacional e do capital internacional, articularam o golpe jurídico- parlamentar midiático de 2016.

O MBL estreia, como grupo organizado em manifestações, na cidade de São Paulo no dia 1º de novembro de 2014, seis dias após a reeleição de Dilma Rousseff. O ato Foi convocado via redes sociais, principalmente pelo *Facebook*, reunindo, segundo o IBOPE, em torno de 2,5 mil pessoas em frente ao saguão do Museu de Arte de São Paulo (MASP). Nesse momento, o discurso sobre o pedido de *impeachment* da presidenta, então recém-eleita, já era defendido pelo grupo. O segundo ato acontece no mesmo mês, dia 15, feriado da proclamação da República, com a participação de 10 mil pessoas, também em São Paulo. As manifestações se estenderam também a outras capitais, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador. Em 2015, no dia 15 de março, acontecem em todo o país as maiores manifestações contra o governo de Dilma. O número aproximado de manifestantes chega a 1 milhão de pessoas.

Segundo Ana Beraldo Farhat de Carvalho, Breilla Valentina Barbosa Zanon e Giulliano Placeres (2017), “o MBL – que a esta altura já dispunha de coordenadores em várias capitais - passa a ser reconhecido publicamente como um dos protagonistas desse novo contexto político” (CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017, p.05). No dia 24 de abril de 2015, a “Marcha pela liberdade” é promovida pelo MBL, saindo de São Paulo com destino a

47 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

Brasília. A marcha tem como objetivo o pedido de impeachment de Dilma Rousseff.⁴⁸ “Em 27 de maio do mesmo ano, o MBL, representado por Kim Kataguiri, protocola um processo de cassação contra a presidente. O requerimento foi entregue ao então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ)” (CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017, p.05). Nesse momento o movimento assume, de forma protagonista, uma das principais frentes pró-impeachment.

Tabela 1: Aos organizados pelo MBL na cidade de São Paulo entre 2014 e 2016:

Ato	Data	Público ⁴¹
Impeachment já!	01/11/2014	2.500 mil
Mais Brasil, menos PT / Impeachment de Dilma	15/11/2014	10.000 mil
Mais Brasil, menos PT – São Paulo na rua	06/12/2014	—
Impeachment de Dilma	15/03/2015	1 milhão / 210 mil
Impeachment de Dilma	12/04/2015	275 mil / 100 mil
Impeachment de Dilma / Contra Corrupção	16/08/2015	135 mil
Impeachment: com o povo na rua, agora vai	13/12/2015	30 mil / 45 mil
Mega Manifestação: Impeachment já	13/03/2016	1,4 milhão / 500 mil
Juntos pelo Impeachment	17/04/2016	800 mil / 250 mil
Festa do Impeachment	30-31/08/2016	-

Fonte: Elaboração a partir de Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015, p. 199; Folha de S. Paulo; G1, consultada em “SILVA, Ederson Duda. 2017 As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo.⁴⁹

Entre os coordenadores nacionais do movimento⁵⁰, destacam-se: 1) Kim Kataguiri (21 anos) que abandonou o curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do ABC para se dedicar à militância política. Atualmente, cursa Direito na Instituição de Direito Público (IDP) e é uma das figuras mais públicas do movimento; 2) Fernando Silva Bispo (20 anos), conhecido como Fernando Holiday, também estudante de direito da IDP, elegeu-se vereador

48

Ver: A marcha do MBL megalomania e o fiasco do *impeachment*. Disponível em: <[www.http://www.cartacapital.com.br/politica/a-marcha-do-mbl-megalomania-e-o-fiasco-doimpeachment-6557.html](http://www.cartacapital.com.br/politica/a-marcha-do-mbl-megalomania-e-o-fiasco-doimpeachment-6557.html)>. Acesso: 19 set. de 2018.

49 Disponível em: <<http://conferencias.fflch.usp.br/SDB/simposiodireitas/paper/download/2186/496.>>. Acesso 05 ago. De 2018.

50 Informações com base na referência bibliográfica citada: CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017.

pela cidade de São Paulo em 2016; 3) Renan Santos (33 anos), empresário, é um importante articulador dos bastidores do movimento.

Para Carvalho; Zanon; Placeres (2017), a caracterização do MBL apresenta os seguintes traços: 1. O movimento é constituído basicamente por homens brancos; 2. Integrantes do movimento se concentram em duas faixas etárias: ou muito jovens, entre 16 e 30 anos; ou entre 45 a 55 anos; 3. Possuem ensino superior completo e em sua maioria exercem profissões liberais e são, na maior parte das vezes, de classe média ou média alta; 4. O movimento se considera de direita, mobiliza um discurso a favor da meritocracia, contrário à intervenção estatal na economia e de combate à “ideologia de esquerda”; 5. O movimento funciona de forma descentralizada, com o núcleo nacional, núcleos estaduais e núcleos municipais; 6. Cada um dos núcleos é auto organizado, podendo ter a quantidade de coordenadores que melhor lhes convier, desde que seguindo os princípios básicos do movimento, existe uma grande autonomia para cada célula; 7. As organizações de reuniões e protestos são realizadas pela internet, e cada núcleo decide a frequência com que se encontra presencialmente; 8. O MBL se diz apertidário e autofinanciado, características que o afastariam, supostamente, da possibilidade de ser corrompido.

Além do ultraliberalismo, a pauta moral é dominante na narrativa do movimento: “as análises das mídias, das entrevistas e palestras indicam que o MBL se sustenta a partir de dois pilares fundamentais: o discurso de combate à corrupção e a defesa do Estado mínimo, que se justificam e se fortalecem mutuamente” (CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017, p.08).

Para Barbosa (2017), o MBL se caracteriza por um “movimento manipulatório, carente de um projeto político de curto ou médio prazo para o país, apresenta uma agenda política liberal com pressupostos generalizantes: a defesa do redução do Estado. A apologia das políticas privatistas (BARBOSA, 2017, online).⁵¹

Acessando o *site* <<https://mbl.org.br>>, há o *link* “Propostas do MBL” que reencaminha para outra tela chamada “*Propostas de Políticas Públicas do MBL*” e a opção de *download* do documento “PROPOSTAS APROVADAS NO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE EM NOVEMBRO DE 2015”. Para exemplificar o tipo de propostas apresentadas, o texto sobre o tema educação será reproduzido

51 Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso em: 01 de maio de 2018. Sobre minarquismo, ver as definições utilizadas no site Mises Brasil; Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2269>>. Acesso em: 21 nov. de 2018.

tal qual consta no documento:

Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência. Legalização do homeschooling. Apresentação do Projeto de Lei “Escola sem Partido” em legislativos estaduais e municipais. Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor. Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças. Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil. Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas. Diminuição da burocracia para o registro de patentes. Redução de impostos das escolas privadas. Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar. Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas. Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações. Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas. Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários. Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica. (MBL, 2015, online)⁵².

Também, na página do movimento no *Facebook*, existe um campo “PASSO A PASSO PARA FORMAR SEU NÚCLEO DO MBL” no qual encontramos um link para baixar o *Manual de Instruções para Filiais Municipais* (documento de resoluções e orientações organizativas).⁵³

Nas palavras de Barbosa (2017) o manual é “documento de resoluções e orientações organizativas, visando claramente com este intento, coordenar e orientar uma estratégia de formação de núcleos e células em nível nacional articulado” (BARBOSA, 2017, online).

52 Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso 21 set. de 2018.

53 Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>>. Acesso 21 set. de 2018.

Dividido em cinco itens, denominados: “1 – Programa ideológico, 2 – Organização formal, 3 – Atuação prática: ocupação de espaços. 4 – Encerramento formal dos líderes municipais, 5 – Parceiros.”, o manual de militância do MBL, já na introdução destas diretrizes voltadas para nortear a militância dos “ativistas pela liberdade”, explicita o chamado a tomada de posição, para, que a atuação política fundamentada numa práxis liberal, seja orientada para a intervenção do militante de forma coerente aos pressupostos da organização. (Manual de Instruções para Filiais Municipais, 2015, pg. 09 *apud* BARBOSA, 2017, online)⁵⁴.

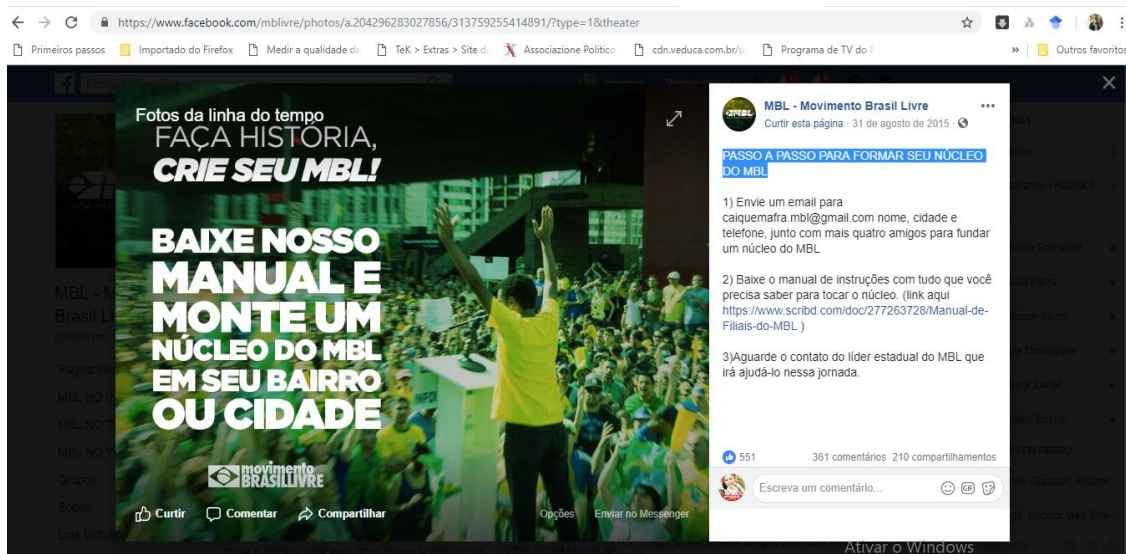
O documento apresenta as seguintes orientações: “Cada núcleo é considerado como uma célula de ativismo para a resolução dos problemas de suas municipalidades”.

Seu objetivo é não apenas difundir ideias liberais mas formar e congregar novos líderes, mas também impactar a realidade da política local por meio do ativismo político. Os núcleos municipais do MBL devem, por exemplo, trabalhar para a aprovação de projetos de lei que ampliem o espaço para a liberdade e a escolha do cidadão por meio da abertura ao setor privado de setores como saúde, educação, transporte, meio ambiente, etc...” (Manual de Instruções para Filiais Municipais, 2015, p.09 *apud* BARBOSA, 2017, online)⁵⁵

Figura 5: Manual MBL

54 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

55 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/313759255414891/?type=1&theater>

Ainda segundo a investigação de Barbosa (2017), dois critérios são colocados como fundamentais e inquestionáveis para aderir ao MBL e abrir uma filial municipal: 1. Proibição a candidatos a coordenadores municipais de serem filados a partidos políticos de esquerda ou estatistas; 2. Necessidade de que os membros e recrutas desenvolvam conhecimentos na doutrina liberal e seus autores.

Inicialmente, como já foi citado, o MBL apresenta-se como um movimento apartidário, no entanto, há orientação clara sobre partidos políticos de possíveis candidaturas militantes do MBL.

“O Manual de Instruções designa as siglas partidárias permitidas para possíveis candidaturas de seus militantes, são eles; PSDB, DEM, PMDB, PV, NOVO, PSC, PRP, PSB, PPS, PT do B e PRTB” (BARBOSA, 2017, online).⁵⁶

No item ‘Vinculação partidária: regras.’, afirma-se que o MBL não possui relação com partido algum. Entretanto, “Dá-se preferência membros efetivos desfilados, ou, filiados ao Partido Novo, ou aos demais citados”. Segundo o documento: “Apoiadores e colaboradores podem ter filiação com partidos diversos, excluindo-se, PT, PSOL, PCdo B, PSTU, PCO”! (BARBOSA, 2017, online)⁵⁷

56 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

57 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

Continuando a análise do documento, Barbosa (2017), escreve: “É afirmado que partidos da direita política brasileira como o Partido Social Cristão (PSC), o DEM e o Partido Novo, são apresentados como organizações que flertam com o programa liberal, mas são considerados ainda em processo de preparação e adesão para uma agenda liberal. Segundo o Manual, “acelerar esse processo é a meta do MBL” (BARBOSA, 2017, online)⁵⁸. Parece que essa meta foi atingida, já que em 2016 Fernando Holiday é eleito vereador pelo DEM, assim como outros quadros do movimento. “O MBL, em 2016 apoiou e elegeu candidatos em eleições municipais em algumas cidades”.⁵⁹

O MBL se consolidou neste ano de 2016 como uma nova força política, entre as novas organizações de direita. Inicialmente se apresentando como anti-partidário, o movimento lançou nas eleições municipais deste ano 45 candidatos, sendo um para prefeito e 44 para vereadores. A maior parte dos candidatos apoiados pelo MBL são do PSDB e do DEM. As vitórias foram alcançadas na prefeitura de uma cidade do interior de Minas Gerais, Monte Sião, e em sete cidades diferentes cidades, elegendo 7 vereadores, sendo dois no Rio Grande do Sul, nas cidades de Sapiranga e Porto Alegre, dois no Paraná, nas cidades de Londrina e Maringá e três em São Paulo, nas cidades de Rio Claro, Americana e na capital Paulista. Sendo as vitórias mais significativas, a eleição em duas capitais, Porto Alegre, elegendo o candidato Ramiro Rosário, com 4,6 mil votos e, em São Paulo, com Fernando Silva Bispo, o Fernando Holiday, 48 mil votos. (BARBOSA, 2017, online)⁶⁰

No processo eleitoral em curso (2018), Kim Katagari concorre à Câmara Federal pela mesma sigla que o seu colega de coordenação do MBL, vereador na cidade de São Paulo. Assim sendo, o discurso apartidário rapidamente se dissolve, mostrando os reais objetivos do

58 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

59 Disponível em: <<https://mbl.org.br/parlamentares/>>. Data de acesso: 20 out. de 2017.

60 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

movimento. “Nas dimensões da política e da cultura estas organizações estão atuantes, sejam em movimentos sociais regressivos, como o MBL e o EPL, sejam através da articulação destes movimentos com coligações com partidos liberais e conservadores para a candidatura de seus militantes” (BARBOSA, 2017, online).⁶¹

3. As redes sociais como o *habitat* do MBL

Sobre a atuação do MBL, é essencial para esse estudo a análise do uso da *internet* e das redes sociais pelo movimento.

A *internet* é a principal ferramenta do movimento. O MBL, desde o início, se utilizou das redes sociais e de novas formas de linguagem a elas adequadas para reunir adeptos a suas pautas. *Memes*, de tom jocoso ou irônico, acompanhados ou não de imagens são intensamente compartilhadas por usuários nas mídias sociais. Os memes são frequentemente utilizados de maneira estratégica pelo movimento, a fim de veicular informações e formar opiniões. A comunicação social se realiza a partir da nossa capacidade de transferir ideias e significados para os outros. Quando uma mensagem faz todo o sentido para nossa visão de mundo e para nossa estrutura de pensamento, ela tende a ser incorporada e replicada. Os memes nas redes sociais dialogam diretamente com o nosso senso comum. Ocorre que o senso comum é uma construção social, acumula explicações plausíveis e se altera no tempo. (SILVEIRA, 2015, p. 224, *apud* CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017, p.14).

Na análise de Carvalho; Zanon; Placeres (2017), “Um exemplo de *meme* é a frase “tchau, querida”, com que Lula se despediu de Dilma em um telefonema grampeado e divulgado pela imprensa durante o processo de investigação da operação lava-jato, o movimento ressignifica o diálogo, de forma a torná-lo cômico e reprodutível”. A linguagem utilizada também é destacada pelos autores:

61 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

Uso de termos que originalmente são considerados próprios das mídias e grupos de esquerda. Recentemente, palavras como “lacra” e “golpista” têm sido usadas nas postagens do movimento em sua página oficial do Facebook. Isso demonstra a livre apropriação da linguagem, a tradutibilidade de determinados termos e como eles atravessam concepções opostas (...) Assim, a informação passa a ser um ingrediente estratégico dentro do contexto político contemporâneo. Nessa disputa, ganha quem conseguir traduzir conteúdos de forma discernível para as partes envolvidas no jogo político, ou seja, na disputa por legitimidade ganha quem tiver inteligibilidade. (CARVALHO; ZANON; PLACERES, 2017, p. 15-16)

Figura 6: Meme Tchou Querida



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs>. Acesso em 13 ago de 2018.

Considerado como ferramenta fundamental do MBL, o uso do *Facebook* é destacado no Manual de Instruções para Filiais Municipais: “é indicada como um espaço para realização de cursos, debates, revisão de textos, atas, articulação de novos membros, através da criação de grupos fechados na referida rede social, nos núcleos municipais, com o nome oficial da filial;”

A aparição oficial do grupo dá-se na forma do lançamento de sua página, que deverá ser compartilhada por seus membros e apoiadores. Será também anunciada na página oficial do Movimento Brasil Livre e nas páginas de outros grupos municipais-irmãos, fortalecendo as ligações e criando sinergia. A página de *Facebook* é um importante instrumento de divulgação das ideias do movimento. Assim, poder-se-á compartilhar textos e imagens que possuem consonância com o ideário liberal do Movimento, ou que sejam de conteúdo exclusivamente municipal e/ou regional. Textos e iniciativas de outras filiais também são grandes fontes de material, assim como aquilo que é gerado pela página oficial do movimento. Recomenda-se trocar-se as cores do *banner* com regularidade bi-mestral, bem como afixar postagens na página que representem o cumprimento de metas de curtidas e realizações municipais importantes. [...] *Chats* de *WhatsApp* com diversos membros do grupo são importantes ferramentas de contato, porque permitem um acompanhamento em tempo real da atividade política do grupo, bem como dos acontecimentos do município e país. (Manual de Instruções para Filiais Municipais, 2015, p. 21 *apud* BARBOSA, 2017, online)⁶²

Na análise de Barbosa (2017), esses espaços virtuais são consideradas importantes trincheiras para o MBL, assim existe uma instrução aos adeptos do movimento para que atuem ativamente nas redes sociais, focando o combate com os considerados “esquerdistas” e a divulgação de pontos de vistas defendidos por eles como as soluções neoliberais sobre os problemas locais das cidades em que os núcleos estão estabelecidos. “Sugere-se que em casos de polêmicas acirradas em determinada cidade, grupos da organização, de outras localidades, mobilizem-se para ações coordenadas de intervenção nas redes sociais e comunidades virtuais do município alvo. “ (BARBOSA, 2017, online).⁶³

É importante que se reafirme a atuação ideológica, partidária e intencional do MBL, que surge e se estabelece como apoio e inspiração em modelos de *think tanks*, sendo um “projeto de mobilização para a difusão de pressupostos de uma pedagogia liberal e conservadora, para formação de novas gerações de lideranças orientadas pela perspectiva da defesa da sociedade mercado, dos direitos individuais e de princípios jurídicos, que colaborem

62 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

63 Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismo-politico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. De 2018.

para uma sociedade de hegemonia burguesa, subalterna e dependente” (BARBOSA, 2017, online). Ainda nas palavras do autor, o MBL apresenta-se como um movimento social regressivo, atuando na sociedade e como formador de opiniões: “Os dados apresentados sobre a história da gênese das organizações EPL e MBL, foram articulados de modo a evidenciar que estes aparelhos privados de hegemonia, são instituições de formação de opinião pública, mas, atuam na sociedade civil, nesta interpretação aqui argumentada, como uma modalidade de movimento social regressivo” (BARBOSA, 2017, online). Assim, as redes sociais, especificamente o *Facebook*, é o *habitat* natural do MBL, é o ambiente virtual que dissemina muitas das narrativas que se espalham via *web*. Baseadas em falseamentos e negacionismo histórico, com uma dose extrema de discurso moralizante e *fake news*, interferem no ensino da história da HTP.

Capítulo 3. Construção de narrativas e disputas de memórias nas redes sociais: HTP, História Pública e Ensino de História na página do MBL no *Facebook*.

Já discutidos anteriormente, como os fatores da conjuntura imediata do país, a ascensão do uso de redes sociais nas disputas políticas e o imediatismo em nossa relação com o tempo são fatores que, quando articulados, potencializam as narrativas com discursos maniqueístas, moralizantes, carentes cientificamente e imersos em *fake news* que falseiam a HTP brasileira. Tudo produzido e disseminado em poucos segundos.

A pesquisadora Ester Solano (2018), atenta às diferentes temporalidades que permeiam as relações entre o tempo tecnológico e o tempo da política: “Passamos da ‘democracia dos partidos’ à ‘democracia das audiências’ (Manin, 1997), com a substituição do espaço público de debate pelo protagonismo dos meios de comunicação de massa (...)” (SOLANO, 2018, p. 06). Portanto, a *internet* e as redes sociais, assumem o centro do “fazer político”, num quadro de aversão à política.

Tudo isso junto com a centralidade cada vez maior da Internet, que produz novos padrões de sociabilidade e comportamento político. As formas de organização online e seu impacto radical na democracia, até com efeitos não esperados e muito desconcertantes como o fenômeno das *fake news* ou boatos virtuais ou a utilização de *Big Data* em campanhas eleitorais, para influenciar as preferências políticas do eleito. (SOLANO, 2018, p.06)

Se o centro das discussões do político imediato do país agora são as redes sociais, o ensino de história é diretamente atingido por esse fenômeno, visto os inúmeros temas da HTP que habitam *posts*, *memes* e vídeos de páginas e perfis na *internet*. Não podemos negar a presença de um potencial pedagógico no crescimento do uso das redes sociais para o ensino, trazendo para a discussão os diferentes espaços que ensinam a história de uma forma crítica e emancipadora. Porém, outro fenômeno, inverso ao citado, tem crescido substancialmente nos últimos anos: um uso extremamente tendencioso das redes para atacar o conhecimento histórico e seus profissionais. Os objetos principais desses tipos de ataque, como já exposto, são os temas conhecidos como “temas sensíveis”: nazismo, ditadura civil-militar, socialismo/comunismo, direitos humanos, gênero, e obviamente os últimos quinze anos da história brasileira: governos Lula, Dilma e o golpe de 2016.

Além do debate sobre a HTP, que foi referido no capítulo anterior, o conceito de história pública contribui nas análises que seguirão. A narrativa histórica ocupa diversos espaços e audiências. Jurandir Malerba (2016) destaca: “A história não mais [...] se produz somente na academia; muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso. As plataformas digitais subverteram as bases da produção e circulação das narrativas sobre o passado.” (MALERBA, 2016, p. 11). É justamente nessa “subversão” que a história pública apresenta-se como um potencial problematizador. Milhares de pessoas tornam-se audiência e consumidores de uma diversidade de narrativas históricas tanto as mais afastadas no tempo quanto as sobre a HTP disponíveis em filmes, programas de televisão, rádio, eventos de comemorações, manifestações populares, *internet*, dentre outros exemplos.

Silva (2016) destaca, justamente, o cerne da preocupação que envolve o ensino de história na era das redes sociais os temas da ordem do dia, que influenciam as formas de pensar na formação do público comum.

Trata-se, portanto, de uma forma de ler a história que destaca as perfurações das vozes do público presentes no texto ou na aula de história, diante de um ideal de interesse público, a partir do qual o historiador público, o historiador profissional ou professor de história compartilham e interferem. Como consequência imediata, os temas priorizados de análise são aqueles que empreendem interfaces com temas da ordem cotidiana e contemporânea, isto é, “da ordem do dia”

capaz de afetar formas de pensar e agir politicamente; temas que, inevitavelmente, atuam na formação comum do público. (SILVA, 2016, p. 13-14).

Malerba (2014), também atenta para isso, questionando a autoridade de quem escreve essa história pública “...a perícia narrativa e as articulações mercadológicas parecem ser suficientes para garantir a qualquer leigo o domínio do ofício”. Ainda sobre isso, o autor pondera:

Conforme já observaram alguns autores importantes como Roy Rosenzweig, o lado bom da coisa é que existe uma demanda social enorme por história, ou seja, a história está “bombando” (ROSENZWEIG 2000, p. 35-38). Mas há também um lado sombrio desse fenômeno, que é justamente o da qualidade dessa história feita por pessoas sem treinamento profissional. (MALERBA, 2014, p. 32).

Complementando o raciocínio do autor, é necessária a atenção sobre as consequências para o ensino de história da qualidade, no mínimo questionável, de certas versões que povoam a história pública, principalmente em contextos de acirramento ideológico, *fake news*, ESP e de recuo democrático, como o que vivemos hoje.

Sobre os debates nas redes sociais, o jornalista e blogueiro Leonardo Sakamoto⁶⁴ em texto publicado em seu *blog* em agosto de 2017, intitulado “Contra a viralização da ignorância, temos que proteger o ensino de história”, escreve:

(...) precisamos proteger o ensino de História nas escolas contra a sanha estúpida de pessoas e movimentos que desejam que você saiba a data em que foi assinada a Lei Áurea, mas não um debate que esclareça porque o 13 de maio de 1888 não garantiu liberdade e autonomia aos negros e negras deste país. Ou que defendam que a criança aprenda que a Segunda Guerra Mundial começou quando a Alemanha invadiu a Polônia, mas reclama se professores discutem em

64 Jornalista e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Cobriu conflitos armados em diversos países e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Professor de Jornalismo na PUC-SP, foi pesquisador visitante do Departamento de Política da New School, em Nova York (2015-2016), e professor de Jornalismo na ECA-USP (2000-2002). É diretor da ONG Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão. Atuante nas redes sociais, autor do livro “O que aprendi sendo xingado na internet”.

sala sobre o que pregavam os capitalistas, socialistas e nazistas envolvidos no conflito. (SAKAMOTO, 2017))⁶⁵

O foco deste trabalhos são as narrativas da HTP nas redes sociais a partir de um recorte temporal que engloba os governos Lula, Dilma e golpe 2016 e seus desdobramento. Porém, vivendo os tempos de pós-democracia, não há como ignorar a memória do golpe de 1964 presente nos dias atuais. Portanto, o método para as análises das fontes (*posts* do MBL), guarda uma ligação intrínseca com as disputas de memória acerca da ditadura civil-militar brasileira que ocorrem nas diferentes plataformas *onlines*. O ensino de história e a história pública estão presentes neste universo, já que tanto redes sociais, como plataformas *wiki* e tantas outras formas de produzir conteúdos na *internet*, também são espaços que ensinam história e, portanto, espaços de disputa de narrativas, onde esses dois períodos da HTP do Brasil se destacam, ocupando fartamente as páginas do *Facebook*, do *Twitter*, da *Wikipedia* e inúmeros canais do *Youtube*.⁶⁶

É visível que a conjuntura do golpe de 2016 encontra diversas semelhanças com 1964, não é a toa que o discurso de “Intervenção Militar Já” ganha voz na conjuntura atual. Há um clima propício para isso, inflado muitas vezes em *post*, *memes* e *fake news*⁶⁷ nas redes sociais. Sobre isso, Caroline Bauer, em entrevista ao Sul 21, fala:

Essas manifestações que vemos hoje de defesa de uma intervenção militar e das práticas da ditadura não são uma criação de agora. Essas posições existem há muito tempo, mas ganharam mais visibilidade agora porque temos pontos de apoio na sociedade que legitimam esse curso. Quanto temos, na Câmara Federal, um deputado que faz a apologia de um torturador, abre-se um precedente para uma série de manifestações neste sentido, potencializadas pelas redes sociais e pela proliferação de um discurso de ódio. (Bauer, 2017, online)⁶⁸

65 Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/08/18/contra-a-viralizacao-da-ignorancia-temos-que-protetger-o-ensino-de-historia/>>. Acesso em: 19 set. de 2017.

66 Sobre canais do *youtube* que versam sobre história de uma forma bastante preocupante: Brasil Paralelo <<https://www.youtube.com/channel/UCKDjjeBmdaiicey2nImISw>>; Nando Moura <<https://www.youtube.com/user/MrNandomoura101>>.

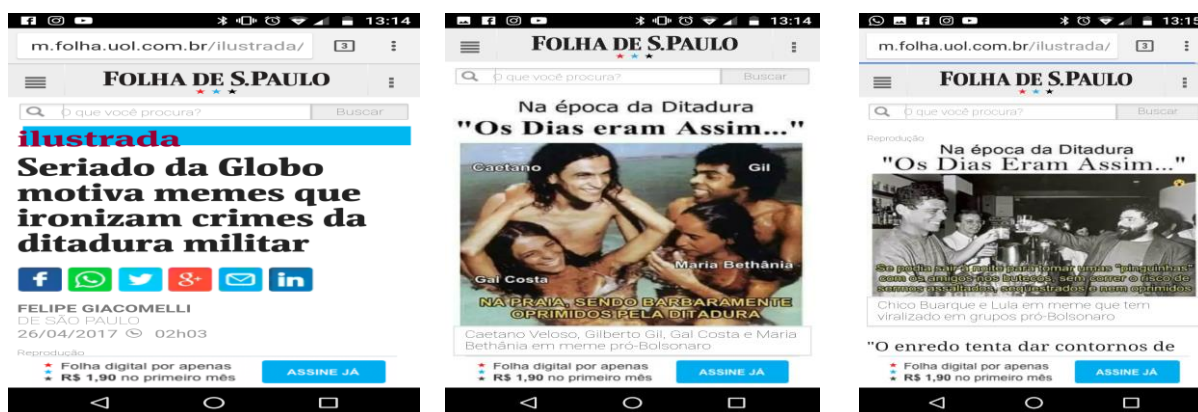
67 Ver: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/estudo-responsabiliza-site-de-opinio-politica-e-mbl-por-espalhar-fake-news-sobre-marielle/>>.

68 Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2017/10/o-golpe-de-2016-nos-ajuda-ver-como-construcao-de-64-e-da-ditadura-foi-paulatina/>>. Acesso em: 19 maio de 2018

A amplitude dessa relativização/descharacterização é tão evidente, que até a *Folha de São Paulo*, conhecida colaboracionista da ditadura, que tempos atrás referiu-se em um editorial sobre o período de 1964 a 1985 como “ditabranda”⁶⁹ publica matéria sobre os memes viralizados nas redes sociais:

As primeiras imagens ganharam a web tão logo a série foi ao ar, mas tiveram impulso quando o deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) publicou um vídeo pedindo a seus seguidores para usarem a hashtag com a expressão "Os Dias Não Eram Assim". Ele também incentivou montagens com fotos indicando que havia segurança, ordem e educação no governo militar e, do outro lado, assaltos e violência atuais.” (Folha de S. Paulo, 2017, online)⁷⁰.

Figura 7: “Na época da ditadura, os dias eram assim...”



Fonte: <<http://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1878571-seriado-da-globo-motiva-memes-que-ironizam-crimes-da-ditadura-militar.shtml>>

Esse tipo de narrativa tem sua raiz na impunidade que a Lei da Anistia assegurou aos torturadores e assassinos, agentes ou não do estado. Essa impunidade permanece tão presente, que é proclamada na Câmara dos Deputados, no dia da votação pelo “*impeachment*” da presidenta Dilma Rousseff, “(...) quando a tortura foi louvada nos microfones da Câmara dos

69 Ver <<https://www.cartacapital.com.br/politica/branda-ou-dura-ditadura>>.

70 Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1878571-seriado-da-globo-motiva-memes-que-ironizam-crimes-da-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 21 jan. de 2018

Deputados, como fez Jair Bolsonaro⁷¹, ao dedicar ao “terror de Dilma Rousseff”, o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra” (OLIVEIRA, 2016, p. 196), o seu voto favorável ao afastamento da presidenta. A exaltação de um torturador colocada no palco central do Golpe de 2016, indica a ligação entre esses dois eventos, bem como face de um discurso construído a partir da negação e da impunidade aos crimes de estado durante o período ditatorial no país. Tudo isso transmitido ao vivo em rede nacional⁷². É a disputa de memória da ditadura, na disputa da narrativa do período atual,

Um ponto impactante de como a memória sobre a ditadura civil-militar se torna uma questão sensível a uma “produção de narrativas” está na “ presença do discurso negacionista, a negação e do revisionismo. Esse discurso encontra na lei da Anistia seu principal fomento. “revisionismo e a negação brasileira são alimentados, em grande medida, pela impunidade (ausência de justiça, muito em função da permanência da Lei da Anistia) e pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje. (PEREIRA, 2015, p. 865)

Os laços entre 1964 e 2016 ficam mais explicitados a medida que os desdobramentos da derrubada de Dilma Rousseff vão se tornando realidade no que concerne a este estudo, é sentido dia a dia na pesquisa e no ensino de história. Nas palavras de Oliveira (2016) “ É possível e necessário traçar uma linha dos vínculos da ditadura militar com o processo que resultou no golpe de Estado de 2016” (OLIVEIRA, 2016, p.196), Não só ao processo que resultou no golpe de 2016, o pós-golpe nos mostra que esse vínculo permanece e é impulsionado por *posts* nas redes sociais.

Tanto no período da ditadura civil-militar, quanto na HTP, que compreende os governos Lula, Dilma e o golpe de 2016 e seus desdobramentos, as disputas de memória e de narrativas são expostas com vigor.

É explícita construção e disseminação de narrativas negacionistas nas redes sociais,

71 Em 14 de outubro, quando reviso esse texto, Jair Bolsonaro saiu em primeiro lugar na disputa presidencial no 1º turno das eleições presidenciais, com 46,03%, contra 29,07% de Fernando Haddad do PT. Os dois irão disputar o 2º Turno, em 28 de outubro de 2018.

72 Sobre a repercussão do voto de Bolsonaro, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762909-voto-de-bolsonaro-ganha-destaque-mundial.shtml>>.

igualmente caracterizando disputa de memória do imediato brasileiro. Para orientar as análises, os estudos do professor Mateus Pereira, “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”, publicado na Revista *Varia História* (2015)⁷³ e o dossiê apresentado no Seminário Brasileiro de História da Historiografia: “O Historiador brasileiro e seus públicos hoje “(UFOP, 2016)⁷⁴ serão utilizados e contribuirão na metodologia de análise do objeto de pesquisa desta dissertação.

Para as análises foram escolhidos *posts* e *memes* publicados na página do MBL no *Facebook* entre 2015 e 2018. A seleção dos *posts* ocorreram entre agosto e setembro de 2018 e obedecem os seguintes critérios por tema: 1. Publicações que remetem ao termo ditadura e ditadura militar no Brasil e fora; 2. publicações sobre o ex-presidente Lula. É importante destacar que os *prints* não serão apresentados em ordem cronológica, no entanto, todas as postagens selecionadas foram publicadas na página do MBL, de 2015 a setembro de 2018. Não há intenção neste estudo, em concentrar-se nos números das reações (curtidas e compartilhamentos), pois há tecnologias que permitem a “ação de automação”, também conhecidas com “robôs” ou “*boots*”, que promovem “interações” automaticamente.

O tema “ditadura” está muito presente nos *posts* do MBL, compondo a narrativa anti esquerda, anti socialista/comunista e, com uma voracidade ainda maior, *antiPTista*. Na página do grupo no *Facebook*, um dos assuntos mais publicados é sobre “a ditadura venezuelana”.

Post A- Fora Maduro

73 *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

74

Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/7z0ruuctpt6oqlx/9%C2%BA%20SEMIN%C3%81RIO%20BRASILEIRO%20DE%20HIST%C3%93RIA%20DA%20HISTORIOGRAFIA%202%20ed.pdf?dl=0>>.

Acesso em: 09 set. De 2018.

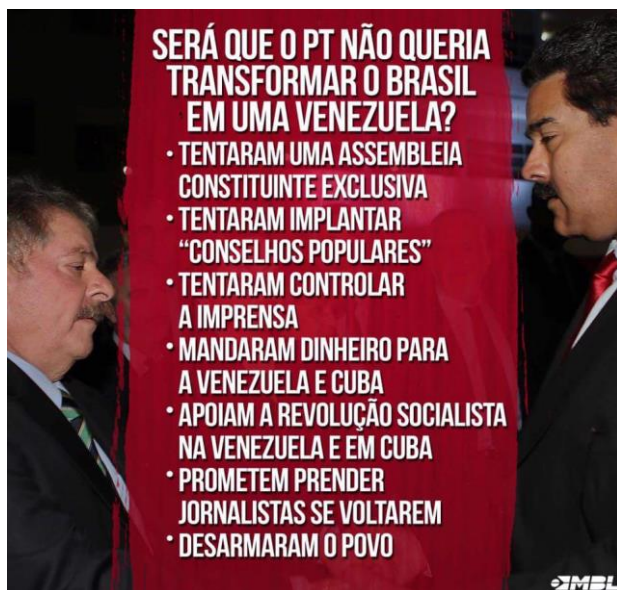


Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em: 13 ago. de 2018.

Há também menções que descrevem os governos Lula e Dilma como governos que almejavam implantar uma “ditadura” aos moldes venezuelano aqui no Brasil. Os *posts*, muitas vezes em formato de *memes*, são publicados na rede com frases curtas e imagens estratégicas, com o objetivo de impactar o público seguidor da página. Seguindo a lógica do argumento simplista, dualista, maniqueista, baseada no discurso “nós os bonzinhos” *versus* “eles os malvados”. Esse discurso moral, assumido pelo MBL, permeia toda a estratégia do grupo, que apesar de apresentar-se como ultraliberal, aposta nos temas morais e polêmicos.

Visto que o imaginário sobre os governos de esquerda na Venezuela já foi fabricado pela grande mídia, o MBL reforça esse estigma, ampliando a narrativa anti esquerda na conexão com os governos do PT.

Post B - Será que o PT queria Trnasformar o Brasil em uma Venezuela?”



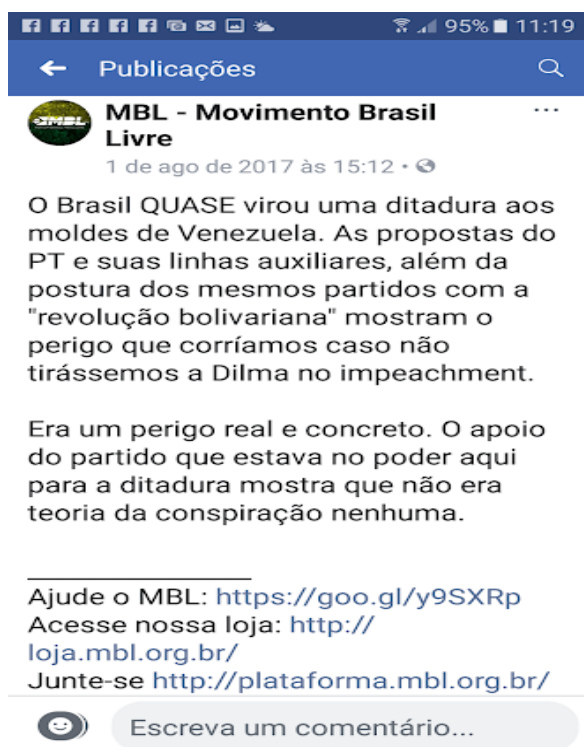
Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em: 13 ago. de 2018.

Lembramos que o MBL tem no *antiPTismo* seu DNA, já que desde os atos de 2013, o grupo assume o discurso “Fora PT”.

Depois que os protestos contra a alta nas tarifas de ônibus e metrô tomaram o país, em junho de 2013, uma juventude que não costumava se manifestar nas ruas começou a aparecer nos jornais. Os novos integrantes, logo apelidados de “coxinhas” pela juventude de esquerda, repudiavam as bandeiras vermelhas a pretexto de impedir a “partidarização” do movimento, e assumiam o verde-amarelo “de todos os brasileiros”. Condenavam os *black blocs* e exaltavam a polícia militar, que reprimira com violência os protestos convocados pelo Movimento Passe Livre. Suas principais bandeiras eram contra a “roubalheira” e contra “tudo isso que está aí”, paulatinamente substituídos por um simples “Fora PT”. (AMARAL, 2016)75.

Post C– “O Brasil quase virou uma ditadura”

75 AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. Artigo publicado no livro “Por Que Gritamos Golpe?” Disponível em: <<http://lelivros.love/book/baixar-livro-por-que-gritamos-golpe-ivana-jinkings-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 10 set.de 2018.



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em: 13 ago. de 2018.

É importante observar que o termo “ditadura” é apresentado pelo MBL de uma forma bastante generalizada, porém intrinsecamente percebe-se a intencionalidade de buscar a memória sobre a “ditadura militar, colocando a esquerda na mesma “vala” que a direita, apostando na narrativa de que “ambos são contra a democracia”. O MBL, por se autoproclamar um grupo liberal, não reivindica para si, de forma declarada, a narrativa a favor da ditadura militar ou do discurso de “intervenção militar Já”, se diferenciando de outros movimentos da “nova” direita. No entanto, por traz do discurso democrático, verifica-se ações um tanto antidemocráticas. O exemplo das mobilizações pelo fechamento de exposições artísticas, o caso da exposição *Queermuseu* em Porto Alegre, que foi encerrada após os atos capitaneados pelo MBL, o apoio ao ESP e mais recentemente, o alinhamento ao candidato Jair Bolsonaro, apoiador declarado da ditadura militar brasileira. Seguindo essa lógica, nota-se uma tentativa de abarcar um discurso nebuloso em relação ao golpe de 1964 e os 21 anos do período ditatorial. O movimento não posiciona-se de forma clara, adotando a estratégia de uso das referências a essa experiência histórica de acordo com as conveniências do momento, onde o estopim, normalmente é uma declaração dos considerados inimigos da democracia, leia-se PT, e mais especificamente Lula e Dilma.

Print C – “Lula, candidato a ditador”



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em: 14 set. de 2018

Post E – Lula diz que se eleito vai mandar prender jornalistas



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em: 13 ago. de 2018.

Analisando o *posts D* fica evidente a intencionalidade de unir a figura de Lula ao termo ditador, a partir do recorte de uma fala do ex-presidente sobre regulamentação da mídia. Na concepção do MBL, governos de esquerda que regulamentaram os meios de comunicação, são ditatoriais. Nesse caso novamente aparece a menção à Venezuela. Importante esclarecer que países como Inglaterra e Estados Unidos possuem legislações que regulamentam os meios de comunicação. O *post E* mantém a lógica do *post* anterior. No entanto, o *post E* apela para uma foto impactante e um texto que não explica o contexto histórico que a imagem se refere. O texto que acompanha a foto omite que o jornalista Herzog foi assassinado pelos agentes do Estado em 1975, a frase usada diz: “...jornalista que foi preso e morto no Brasil”.⁷⁶ Há, portanto, nessas publicações uma evidente tentativa de relativização/descharacterização do que significou a ditadura civil-militar no Brasil, baseado-se no negacionismo do que foi o período ditatorial no país.

Sobre essa estratégia, o *post* publicado na página do MBL, com *link* de um *blog* usualmente utilizado pelo grupo como fonte para suas pautas, evidencia a postura do MBL em relação a resistência à ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970. No texto do *post* é usado os termos “terrorista” e num tom irônico, relatando o ferimento de um militante ocorrido em uma manifestação, reinterando a narrativa negacionista em relação a 1964.

Post F - “Terrorista de Brasília poderá ser presidente um dia. Funcionou com Dilma”



25 de mai de 2017 às 00:03 •

Se o sujeito que feriu a mão for esperto o suficiente, poderá mentir um dia afirmando que lutou contra a ditadura instaurada no Brasil após o golpe de 2016. Basta ser frio e calculista como Dilma.

Eric Balbinus em **O Reacionário**



76 V

<a/vladimir-herzog/index.html>.

OREACIONARIO.BLOG.BR

Terrorista de Brasília poderá ser

Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs> Acesso em 14 de set de 2018

Barbosa (2016), atenta para uma informação que não pode ser negligenciada, que se relacionada criação de *think tanks* liberais, é o período em que estes institutos se fixam no Brasil, datam do início da década de 1980, coincidindo com a redemocratização lenta gradual e irrestrita, arquitetada pelo general Geisel. Figura notória nestas experiências pioneiras dos *think tanks* na história política nacional é Hélio Beltrão, um dos fundadores do Instituto Milenium e fundador do “Instituto Mises-Brasil”. O grupo Ultra, de origem norte-americana, deu suporte a repressão e violência do regime civil-militar brasileiro. “O Grupo Ultra, é um dos financiadores do MBL e estava no anúncio dos patrocinadores do segundo Congresso Nacional desta referida organização. O Instituto Mises – Brasil também é referenciado, ao lado do Instituto Liberal, como “parceiros” no documento “Manual de Instruções para Núcleos Municipais”, lançado em 2015 (...)” (BARBOSA, 2016, online)⁷⁷

Atestando a nebulosa relação do movimento com o tema ditadura civil- militar, um vídeo no canal do MBL no youtube, publicado em 19 de janeiro de 2018 <<https://www.youtube.com/watch?v=JjyyTqCqCU4>>, chamado “A verdade sobre os guerrilheiros do regime militar”, onde Kim Kataguirí ataca os movimentos de resistência a ditadura. Pereira (2016) chama atenção para o caráter não tão novo do discurso da “Nova Direita”:

Há alguns discursos que nos levam a crer que alguns de seus membros (anacronicamente?) ainda vivem no tempo da Guerra Fria, do anticomunismo; e outros mais conectados ao “tempo presente”, mas que, muitas vezes, fundamentam seus discursos em questões morais, ou “simplesmente” “abusam” na interpretação dos fatos para o combate político imediato. (PEREIRA, 2016, p. 27)

77 As referências desse texto já foram citadas em notas anteriores, por isso não serão mais citadas.

É justamente o que se verifica nos *posts* analisados. Um retorno ao discurso da “guerra-fria”, do anticomunismo, que utiliza questões morais e interpretações questionáveis do ponto de vista historiográfico, com claros objetivos: a produção de um discurso sobre a HTP, que sirva aos fins políticos defendidos pelo MBL. Essa confusão proposital entre discurso liberal e conservador, é construído com a intenção de cooptar o público, já que as pautas que defendem o Estado mínimo, não são hegemônicas na sociedade.

Segundo Ester Solano (2018), a reforma trabalhista e a reforma da previdência são rejeitadas pela população, a pesquisadora afirma que há dados suficientes que confirmam que não existe, no Brasil, um consenso a favor do minimalismo estatal e das reformas neoliberais, sendo a maioria da população contra. O MBL sabendo disso, estrategicamente, insere no centro do debate público os temas da agenda moral, a moralização da política, possibilitando maior permeabilidade do seu discurso, aumentando a sua popularidade, dialogando com grande parte da sociedade brasileira, que é conservadora. (SOLANO, 2018)⁷⁸

Vários *sites* de notícias publicaram matérias sobre a adesão do MBL a pautas morais, a matéria da edição brasileira do *El País* explica:

A artilharia contra a esquerda e qualquer tese defendida por grupos que eles vinculam a ela é o que mais se destaca em suas páginas. Só a do Facebook soma 2,5 milhões de curtidas. Mas de um tempo para cá o MBL vem se apropriando de pautas ultraconservadoras em diversos campos, firmando-se como porta-voz e tropa de choque desses setores. Com forte discurso punitivista, seus membros defendem, por exemplo, a redução da maioria penal e o fim do estatuto do desarmamento. Se antes se recusavam a comentar temas morais ou comportamentais, hoje participam ativamente da chamada "guerra cultural". Pregam contra o aborto, o feminismo, a "ideologia de gênero" e o "politicamente correto". Não raro dizem que negros, homossexuais e mulheres têm discursos "vitimistas" e "infantis". O "livre" que carrega em seu nome também se contradiz com uma das pautas preferidas do grupo: o Escola Sem Partido, que prega o que eles chamam de "o fim da doutrinação" nas escolas. (El País, 2017)⁷⁹

78 MBL e a estratégia das pautas morais - Esther Solano; Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cZj6QzQ7zKg>>. Acesso em 16 ago. De 2018.

79 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/26/politica/1506459691_598049.html>. Acesso 17 set. de 2018.

Precisa colocar um parágrafo de introdução a imagem

Post G – “A Moral Petista”



Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs>. Acesso em: 17 set de 2018.

Post H – Lula, a maior farsa da História Brasileira



MBL - Movimento Brasil Livre

4 de mar de 2016 às 16:04 • 🌐

A representação do Ministério Público Federal desmascara, finalmente, a maior farsa política da história brasileira, história esta pródiga em farsas.

A farsa chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, que nasceu no movimento sindical sob os auspícios da ditadura militar, floresceu na Nova República patrocinado pela esquerda intelectual e, no poder, embruteceu e espoliou o Brasil, cercado por uma organização criminoso com registro partidário e financiado por empresários corruptos.

Fonte: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs>. Acesso em: 17 set de 2018 .

As duas gestões de Lula à frente da presidência da República, apresentaram indicadores positivos em diversas áreas, e as pesquisas de avaliação mostravam um alto índice de aprovação, chegando a 80%, em dezembro de 2010, quando a sua segunda gestão chegava ao fim. Oito anos após sua saída do governo, passando pelo junho de 2013, o golpe de 2016, o linchamento moral, a manipulação e ilegalidade jurídica,⁸⁰ mencionada inclusive pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio de Mello⁸¹, o leva a sua prisão em 07 de abril de 2018, Lula ainda era o preferido entre as intenções de votos para presidente das pesquisas para o pleito eleitoral.⁸²

Não é possível ignorar a força do discurso *antiPTista*, que pode ser interpretado como sinônimo de *antiLulismo*, já que ex-presidente ainda é a liderança máxima do partido. Sendo o *antiPTismo* uma construção narrativa que traz consigo discursos que envolvem a história recente do país, ele está intimamente ligado as guerras de memória e disputas de narrativas e o revisionismo/ negacionismo abordados nesse estudo. A definição dessa categoria de narrativa relaciona-se aos diferentes momentos da HTP do país.

Entre o final da década de 1980, marcada pela primeira eleição direta pra presidente pós-redemocratização em 1989 e durante a década de 1990, o *antiPTismo* se constituiu no elitismo, no temor ao comunismo e ao preconceito ao candidato, líder sindical. c. Já nos governos *PTista*, o preconceito de classe permanece, fortalecendo-se na intolerância das elites às políticas de inclusão social e ao consumo dos mais pobres. Como já foi escrito, o ódio ao PT, desabafado no *antiPTismo* é o ódio a Lula, que Jessé de Souza define da seguinte forma:

O ódio ao Lula é o ódio aos pobres. Um ódio ao ex-escravo que a elite explora e precisa ser mantido humilhado no lugar ao qual essa elite quer que ele permaneça. O tema da corrupção é apenas um pretexto. Não existem provas contra ele. O Brasil vive uma doença, a doença do

80 Ver: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/prisao-de-lula-viola-a-constituicao-e-e-illegal-diz-juiz-do-stf-marco-aurelio-mello>>.

81 Ver: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/06/prisao-de-lula-viola-a-constituicao-e-e-illegal-diz-juiz-do-stf-marco-aurelio-mello>>.

82 Ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-lidera-intencoes-de-voto-seguido-por-bolsonaro-aponta-pesquisa-cnt.shtml>>.

ódio, do fascismo. Querem que nosso povo volte a ser escravo e não levante a cabeça. Mas depois de Lula os pobres desse país sabem que o ‘senso de lugar’ imposto a eles não é natural, mas sim um senso construído pela elite.” (SOUZA, 2018, online)⁸³.

Nos últimos anos, o *antiPtismo* é inundado pela pauta moralizante. A negação os direitos dos homossexuais, das mulheres, das populações negras e indígenas; a forte presença do discurso da meritocracia e da anticorrupção; o discurso autoritário e antidemocrático também aderem fortemente a essa narrativa. Junto a isso, a presença do revisionismo e negacionismo em relação aos 21 anos de ditadura civil-militar. Conforme citação feita por Pereira (2016): “O revisionismo absoluto é, em grande medida, um tipo de negacionismo puro ou literal (Cf. VIDAL- NAQUET, 1994, p. 119).”

Mantendo a fidelidade ao seu *antiPTismo* e binarismo moral, a página do MBL no *Facebook* aposta no ataque ao ex-presidente Lula. A postura agressiva e sarcástica do movimento tem contribuído para trazer à tona discursos de ódio, a demonização da política, a intolerância e a violência, fabricada nos últimos 15 anos, de ataque por parte da grande mídia ao PT, seus governos, e seu símbolo máximo, Lula, protagonizado por vozes a direita e também por parte considerável da esquerda (setores do PSOL, PSTU...) e aflorada pós 1º turno das eleições presidenciais de 2018.

Conclusão

Nas palavras de ROUSSO (2016), “o historiador do presente mantém relações conflituosas com o poder, seja religioso, seja político.” (ROUSSO, 2016, p. 282). Sendo assim, a HTP, no decorrer dos séculos, transitou por períodos de resistência, em maior ou em menor grau, até seu reconhecimento a partir da segunda metade do século XX. Ao iniciar o século XXI, na era das redes sociais, a HTP aproxima-se do público em geral, suscitando debates diretamente ligados à realidade política do país e do mundo.

No contexto nacional, o estudo do imediato brasileiro, com destaque para o período ditatorial entre 1964 e 1985, ganha os holofotes com a implantação da Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que institui a Comissão Nacional da Verdade, que entra em vigor na

83 Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/jesse-de-souza-visita-acampamento-lula-livre-em-curitiba/>>. Acesso em: 30 e set. de 2018.

data de sua publicação, tendo seus trabalhos encerrados em 16 de dezembro de 2014, complementada pelas comissões estaduais e setoriais. Da mesma forma, a conjuntura dos últimos 15 anos do nosso país, que envolvem a experiência histórica dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores, e o golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 é abordada em robustos e qualificados estudos no meio acadêmico e por parte de autores reconhecidos no campo da sociologia, da economia e da história. Entretanto, há também, a produção e disseminação de narrativas duvidosas sobre esses períodos, que sofrem um falseamento e manipulação histórica, espalhando-se ao toque de um clique, um digitar, um *touch*, atingindo milhares de pessoas numa audiência avassaladora.

Abordagens de diferentes temporalidades e processos históricos são tratados a partir de uma lógica moral e maniqueísta, com pitadas de fundamentalismo religioso, produzindo as “guerras de memória” (PEREIRA, 2016), polemizadas por grupos atuantes vinculados a *think tanks* internacionais. É nesse contexto que o MBL assume um papel central na propagação de versões da HTP. Com discursos inflados de *antiPtismo*, reforçam a negação da política e do estado de bem-estar social, promovendo um ideário ultraliberal e moralizante, atingindo o ensino e a aprendizagem histórica sobre a HTP. Nesse contexto, compreender as intenções e os interesses que se colocam na reforma do Ensino Médio, na BNCC e no ESP, é perceber a dinâmica histórica interferindo na realidade concreta de todos os sujeitos da educação básica. Essas reformas na educação capitaneadas pela BNCC, são mecanismos legais que buscam assegurar que essas narrativas saiam vencedoras, já que fragilizam o ensino de história tanto no currículo, quanto na prática em sala de aula, numa estratégia de aniquilação da autonomia docente e da escola pública democrática. Portanto, as reformas em processo de implantação no país estão diretamente ligadas ao imediato brasileiro.

Discursos de ódio, apologia ao extermínio dos diferentes, torturadores ovacionados como heróis, cartazes pedindo a volta da ditadura, justificados por versões da HTP brasileira fabricadas por um exército a postos no mundo virtual. Apostando nas guerras de memórias sobre a ditadura civil-militar, nas manipulações sobre geopolítica, na omissão dos índices socio-econômicos e nas *fake news* sobre os governos Lula, que ampliam e intensificam discurso *antiPtista* atuando, dentro e fora da rede mundial de computadores, utilizando estratégias que se assemelham ao macartismo da década de 1960, com toques de cruzada religiosa e moral. Trazer a tona práticas de um passado recente, que não fora solucionado de

uma forma justa, e que por isso permanece como um passado/presente, são práticas recorrente de grupos que atuam nas redes, entre eles o MBL como pode-se constatar nas análises dos *posts* desse grupo no *Facebook*, conforme apresentado nessa dissertação.

Arrisco-me a exercitar definições sobre esse tempo presente que nos bate a porta: o presente tornando-se história sob nossos olhos; o passado se sobrepondo no presente; o futuro não mais como expectativa, mas como uma repetição; o imediato inundado por mentiras e falseamentos históricos. Todas essas, guardam relações com o impacto das redes sociais no ensino de história. As mesmas redes que fazem história, movendo multidões como na primavera árabe, também são mecanismos manipulados por aqueles que espalham versões para negar o conhecimento histórico.

Agosto de 2016, 06 de agosto mais precisamente, um novo golpe atropela o país. Enredados por uma relação com o tempo profunda, que desvela um passado mal resolvido, que ressurgem num presente/passado: 1964 é 2016 e vice-versa, aproximando-se daquela temporalidade própria dos períodos de trauma “o passado que não passa”, o presente que não vai passar tão rápido. Passados dois anos do golpe de 2016, muitos foram os debates e enfrentamentos dentro e fora da sala de aula, já que a propagação dos falseamentos históricos e das *fake news* se intensificaram, chegando ao ápice no processo eleitoral de 2018. A sensação é de uma viagem no tempo, uma volta a cinquenta anos atrás. Um horizonte de expectativa mergulhado em um passado que teima em não passar. “(...) Paradoxalmente, o passado que não quer ou não pode passar implica um presente que igualmente, não passa, que continua, dura, resiste nos cerca, e cujo significante historiográfico é a história do tempo presente.” (Hartog e Revel (2001, p.12) apud, Cezar, 2014, p.31-320)

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Orgs.). Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. “MovimentoBrasil Livre (MBL)” e “Estudantes pela Liberdade (EPL)”: ativismo político, think tanks e protestos da direita no Brasil contemporâneo. Apresentado no 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, outubro, 2017, Caxambu -MG. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt11-15/11078-movimento-brasil-livre-mbl-e-estudantes-pela-liberdade-epl-ativismopolitico-think-tanks-e-protestos-da-direita-no-brasil-contemporaneo/file>>. Acesso 01 mai. de 2018.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História - Fundamentos e Métodos. São Paulo, SP, 2a Edc. Ed. Cortez, 2008.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 24, nº 1, p. 53-89, jan.-abr., 2018, p.

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração *Homo Zappiens* na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, M. Ensino de História, usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. A História na Base Nacional Comum Curricular pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.4, vol.3, p. 86-92, jan/jun. 2016

CEZAR, Temístocles. Tempo presente e usos do passado. In: VARELLA, Flavia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da. (org.). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 31-49.

CARVALHO, Alessandra; KNACK, Diego. Conhecimento histórico escolar, tempo presente e o uso de documentos audiovisuais no ensino sobre a ditadura militar na educação básica. Revista História Hoje, v. 6, nº 12, p. 98-121 – 2017.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DELGADO, Lucila. De Almeida Neves; Ferreira. Maria Marieta. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje.v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

FARHAT, Ana Beraldo de Carvalho; ZANON, Breilla Valentina Barbosa; PLACERES, Giulliano. A direita no brasil em um novo ciclo político: uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL). Apresentado no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia, julho/2017, Brasília, DF. Disponível em: <<http://sbs2017.com.br/anais/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0994-1.pdf>>. Acesso 01 mai. De 2018.

FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/517.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

FREITAS, Itamar; SEMEÃO, Jane; OLIVEIRA, Margarida. O Contemporâneo e o Tempo Presente nos Currículos Escolares de História nos EUA e no Brasil (2002-2012). Cadernos do Tempo Presente –ISSN: 2179-2143 Edição n. 11 – 10 de março de 2013.

FIRMINO, Gustavo Casasanta. CLASSES MÉDIAS E MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT NA CIDADE DE SÃO PAULO: uma análise dos movimentos e manifestantes. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, nº 47, Junho/Dezembro de 2017, p. 209-227.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 67-92, 2016.

HARTOG, François. Ordens do tempo, regimes de historicidade. In: Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: autêntica Editora, 2013, pp.17-41.

HOBSBAWM, E. O presente como história. In: HOBSBAWM, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 243-255.

JENKINS, K. A História Repensada. Trad. Mario Vilela. 3ed. São Paulo: Contexto, 2005.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. História e Historiografia., n. 15, p. 27-50, Ouro Preto, 2014.

_____. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. Rev. Bras. Hist. [online]. 2017, vol.37, n.74, pp.135-154. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102_01882017000100135&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 jul. de 2018

NETO, Sydenham Lourenço; RAMOS, Vinícius da Silva. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. Aedos, n°15, v.6, Jul./Dez. 2014.

NICOLAZZI, Fernando. Qual o partido da escola sem partido? Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.5, vol.3, jul/dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/79154/45987>> Acesso em: 23 jul. de 2018.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. Historiæ, Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016.

PADRÓS, Henrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004.

PEIXOTO, Zeca. O Facebook para além da rede social o usuário como consumidor-mercadoria. In: PORTO, C., and SANTOS, E., orgs. Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. FACEBOOK E EDUCAÇÃO publicar, curtir, compartilhar. p. 221-236, Campina Grande – PB, 2014.

PENNA, Fernando. “Proibido educar?” Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/escola-sem-ensino>>. Acesso em: 23 jul. de 2018.

PEREIRA, M. H. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Varia História. Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

_____. Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). In: Seminário Brasileiro de História da Historiografia. O Historiador brasileiro e seus públicos

hoje/ Júlio Bentivoglio , Bruna Breda Bigossi, Bruno César Nascimento, Hugo Ricardo Merlo, Luna Halabi –Ouro Preto: EDUFOP, 2016.

Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/7z0ruuctpt6oqlx/9%C2%BA%20SEMIN%C3%81RIO%20BRASILEIRO%20DE%20HIST%C3%93RIA%20DA%20HISTORIOGRAFIA%202%20ed.pdf?dl=0>>. Acesso em: 09 set. De 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: Temporalidades e produção de identidades no ensino de história. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 26(107), 22p, 2018. <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3494>.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. a 434 Revista Retratos da Escola v.11, n.21, p. 215-232 , julho a dezembro de 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. Tempos de pós-democracia: ausência do povo. [Debate]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 472 - 481, maio/ago. 2017.

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; RIBEIRO, Jaime; CIAMBARELLA, Alessandra (Org.) Ensino de História: usos do passado, memória e mídia Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014. 280 p.

RODRIGUES, Gabriela; PADRÓS, Enrique Serra. História Imediata e Pensamento Único: reflexões sobre a História e o ensino de História. In: HELFER, Nadir; LENSKIJ, Tatiana. Memória e ensino de história. Santa Cruz, RS: Ed. UNISC, 1999.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

SADER, Emir (org). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. Disponível em: <<https://edebcufabc.files.wordpress.com/2017/07/sader-2013.pdf>>. Acesso em: 17 jun. de 2018.

SANTINELLO, Jamile; VERSUTI, Andrea. Facebook conectividade e reflexões da rede social para o contexto social do século XXI. In: PORTO, C., and SANTOS, E., orgs. Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. FACEBOOK E EDUCAÇÃO publicar, curtir, compartilhar. p. 185-198, Campina Grande – PB, 2014.

SANTOS, Ednéa; ROSSINI, Tatiana. Comunidade REA-Brasil no Facebook. In: PORTO, C., and SANTOS, E., orgs. Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 445 p. ISBN 978-85-7879-283-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. FACEBOOK E EDUCAÇÃO publicar, curtir, compartilhar. p. 85-112, Campina Grande – PB, 2014.

SEFFENER, F; PEREIRA, Nilton M. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes em sala de aula. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008.

SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, ensino de História e o projeto “Escola sem partido”. Revista Transversos. “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 11-34, Ano 03. set. 2016.

_____. O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 99 - 129. jan./abr. 2017. jan./abr. 2017.

SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP. Disponível em: <<http://conferencias.fflch.usp.br/SDB/simposiodireitas/paper/download/2186/496>>. Acesso 05 ago. de 2018.

SILVA, Marco Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perda. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33, 2010.

SINGER, André. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. Novos Estudos 85, Novembro de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000300004>. Acesso em: 17 jun. de 2018

SOLANO, Ester. Crise da Democracia e extremismos de direita. ANÁLISE Nº 42/2018.

TIBURSKI, Eliete Lucia. A escrita da história e o tempo presente no Brasil oitocentista. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/90171>>. Acesso em: 17 nov. 2018.

VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena Miranda; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; MATA, Sérgio da (orgs.). Tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2012, 198 p.

Artigos, matéria e entrevistas em sites e blogs onlines

ALVES, Giovanni. O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal. Blog da Boitempo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em: 17 jun. De 2018.

_____. Desmedida do valor, Estado de “mal-estar” social e crise do capitalismo global: reflexões críticas sobre o fardo do tempo histórico. Blog da Boitempo, 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/02/01/desmedida-do-valor-estado-de-mal-estar-social-e-crise-do-capitalismo-global-reflexoes-criticas-sobre-o-fardo-do-tempo-historico/>>. Acesso em: 17 jun. De 2018

CARTA MAIOR. O editorial de Roberto Marinho que exaltou a Ditadura Militar, 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-editorial-de-Roberto-Marinho-que-exaltou-a-Ditadura-Militar/4/27682>>. Acesso em: 03 ago. de 2018.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. Como o metaleiro bolsonarista Nando Moura deseduca jovens com um canal especializado em ódio e desinformação, 2017. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-metaleiro-bolsonarista-nando-moura-deseduca-jovens-com-um-canal-especializado-em-odio-e-desinformacao/>>. Acesso em: 20 set. de 2017.

EMILIANO, José. Branda ou dura? Carta Capital, 2009. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/branda-ou-dura-ditadura>>. Acesso em: 19 mai. De 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do Ensino Médio é retrocesso para a educação. CNTE, 2018. Disponível em: <<http://www.cnte.org.br/index.php/cnte-informa/1756-cnte-informa-817-31-de-julho-de-2018/20109-reforma-do-ensino-medio-e-retrocesso-para-a-educacao.html>>. Acesso em: 05 set. de 2018.

GAUCHA ZH. Os melhores *memes* da condenação de Lula. CLICK RBS, 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/07/os-melhores-memes-da-condenacao-de-lula-9839686.html>>. Acesso em: 12 out 2017.

GIACOMELLI, Felipe. Seriado da Globo motiva *memes* que ironizam crimes da ditadura militar. Folha de S. Paulo, 2017. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1878571-seriado-da-globo-motiva-memes-que-ironizam-crimes-da-ditadura-militar.shtml>>. Acesso em: 21 jan. de 2018.

LONGO, Ivan. Jessé de Souza visita acampamento “Lula Livre” em Curitiba. Forum, 2018. Disponível em : <<https://www.revistaforum.com.br/jesse-de-souza-visita-acampamento-lula-livre-em-curitiba/>>. Acesso em: 30 e set. de 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Transição à ditadura. Blog da Boitempo, 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/28/transicao-a-ditadura>>. Acesso em: 18 ago. de 2018.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro, 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 03 agosto de 2018.

_____. Facebook atinge os 2 bilhões de usuários. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/facebook-atinge-os-2-bilhoes-de-usuarios.ghtml>>. Acesso em: 25 junho de 2018.

PESSOA, Gabriela de Sá. Lula lidera intenções de voto, seguido por Bolsonaro, aponta pesquisa CNT. Folha de S. Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-lidera-intencoes-de-voto-seguido-por-bolsonaro-aponta-pesquisa-cnt.shtml>>. Acesso em: 20 set. de 2018.

PINTO, Céli_E, como diria Quincas Borba, “aos vencedores, as batatas”_Sul 21, 2018. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/colunas/celi-pinto/2018/06/e-como-diria-quincas-borba-aos-vencedores-as-batatas/>>. Acesso em: 18 jun. de 2018.

PRAGMATISMO POLÍTICO. Relembre: editorial de O Globo celebra golpe militar de 1964, 2013. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/03/editorial-globo-celebra-golpe-militar-de-1964.html>>. Acesso em: 03 ago. de 2018.

REDE BRASIL ATUAL. Prisão de Lula viola a Constituição e é ilegal', diz juiz Mello a TV de Portugal. RBA, 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/201>>

[8/06/prisao-de-lula-viola-a-constituicao-e-e-ilegal-diz-juiz-do-stf-marco-aurelio-mello](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762909-voto-de-bolsonaro-ganha-destaque-mundial.shtml)>. Acesso em: 20 de set. De 2018.

SÁ, Nelson de. Voto de Bolsonaro ganha destaque mundial. Folha de S. Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762909-voto-de-bolsonaro-ganha-destaque-mundial.shtml>>. Acesso em: Acesso: 19 set. de 2018.

SAKAMOTO, Leonardo. Contra a viralização da ignorância, temos que proteger o ensino de História. UOL notícias, 2017. Disponível em: <<https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/08/18/contra-a-viralizacao-da-ignorancia-temos-que-protoger-o-ensino-de-historia/>>. Acesso em: 19 set. de 2017.

SARDINHA, Edson. Estudo responsabiliza site de opinião política e MBL por espalhar *fake news* sobre Marielle. CONGRESSO EM FOCO, 2018. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/estudo-responsabiliza-site-de-opinioao-politica-e-mbl-por-espalhar-fake-news-sobre-marielle/>>. Acesso em: 01 mai. De 2018.

SAYURI, Juliana. Crise Política aumenta o interesse pela chamada história do tempo presente. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/08/1908986-crise-politica-amplia-interesse-pela-chamada-historia-do-tempo-presente.shtml>>. Acesso em: 19 set. 2017.

SOBRINHO, Wanderley. Marcha do MBL: a megalomania e o fiasco do impeachment. Carta Capital, 2015. Disponível em: <[www.http://www.cartacapital.com.br/politica/a-marcha-do-mbl-megalomania-e-o-fiasco-do-impeachment-6557.html](http://www.cartacapital.com.br/politica/a-marcha-do-mbl-megalomania-e-o-fiasco-do-impeachment-6557.html)>. Acesso: 19 set. de 2018.

TAVARES, Flávia; AMORIM, Daniele. Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição *Queermuseu*. Revista Época, 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

THE INTERCEPT BRASIL. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. 2017. Disponível em: <<https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/>> Acesso em: 16 julho de 2018.

WEISSHEIMER, Marco. O golpe de 2016 nos ajuda a ver como a construção de 64 e da ditadura foi paulatina. Sul 21, 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/entrevistas-2/2017/10/o-golpe-de-2016-nos-ajuda-ver-como-construcao-de-64-e-da-ditadura-foi-paulatina/>>. Acesso em: 19 mai. De 2018.

VALENTE, Jonas. *Facebook* chega a 127 milhões de usuários. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/facebook-chega-127-milhoes-de-usuarios-no-brasil>>. Acesso em: 0 set. de 2018.

Legislações, Manuais e Pesquisas *online*s

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 set de 2017

CAMARA DOS DEPUTADOS. LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>>. Acesso em: 30 set. de 2018.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. TIC Kids online Brasil 2015 = Survey on internet use by children in Brazil: ICT Kids online Brazil 2015 / Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, [editor]. - São Paulo: CGIbr, 2016. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_Kids_2015_LIVRO_ELETRONICO.pdf>.

ESCOLA SEM PARTIDO. Objetivos. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/objetivos>>. Acesso: 09 de jul. de 2018.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. Juventude Conectada. Escola do Futuro da USP, IBOPE Inteligência e Instituto Paulo Montenegro, 2016. Disponível em: <http://cdn-fund.fundacaotelefonica.org.br/wp-content/uploads/pdfs/juventude_conectada-online.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Disponível em: <<https://mbl.org.br>>. Acesso: 09 jul. de 2018.

MANUAL DE FILIAIS DO MBL. Disponível em: <<https://www.scribd.com/doc/277263728/Manual-de-Filiais-do-MBL>>. Acesso: 09 jul. de 2018.

MEMÓRIAS DA DITAURA. Biografias da Resistência: Vladimir Herzog. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/vladimir-herzog/index.html>>. Acesso em: 20 set. de 2018.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Nossa História. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 17 jun. De 2018.

PROPOSTAS APROVADAS . MBL, 2015. Disponível em: <<http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>>. Acesso: 09 jul. de 2018.

SENADO FEDERAL. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias, 2016.

Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em de jul. De 2018.

Videos e posts em redes sociais.

KATAGUIRI, Kim. A verdade sobre os guerrilheiros do regime militar. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JjyTqCqCU4>>. Acesso em 16 ago. de 2018.

Movimento Brasil Livre. Página do Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/?ref=br_rs>. Acesso em: 17 set. de 2018 .

MOURA, Nando. O Prof. de História MENTIU para VOCÊ!! (E MUITO!!).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cZj6QzQ7zKg>>. Acesso em 16 ago. de 2018.

SOLANO, Ester. MBL e a estratégia das pautas morais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cZj6QzQ7zKg>>. Acesso em 16 ago. de 2018.

Anexos

Anexo A: Crise política aumenta o interesse pela chamada história do tempo presente - reportagem do site da folha de São Paulo.

UOL HOST PAGSEGURO CURSOS UOL RESOLVE  BUSCA BATE-PAPO EMAIL

FOLHA DE S. PAULO

o que você procura? Buscar

folhashop Livraria Cultura 2  Pro Evolution Soccer... R\$ 78,30

ilustríssima

Crise política amplia interesse pela chamada história do tempo presente

JULIANA SAYURI
11/08/2017 15h17

Leandro Moraes - 17 Jun 2013/UOL



Manifestantes no largo da Batata no quinto ato contra aumento da tarifa de ônibus em São Paulo

RESUMO Corrente surgida na França nos anos 1970 e que ganhou força no Brasil duas décadas depois, a história do tempo presente atraiu ainda mais adeptos a partir dos eventos de 2013. Análises a quente inspiram desconfiança em setores acadêmicos, mas têm o mérito de explicitar o caráter provisório do conhecimento.

"Primeiramente... Fora, Temer", disse o mestre de cerimônias ao abrir o 29º Simpósio Nacional de História no fim de julho, arrancando aplausos dos mais de 600 historiadores apinhados num auditório da UnB (Universidade de Brasília).

O encontro, o maior do gênero na América Latina, reuniu mais de 4.000 historiadores. Durante cinco dias de comunicações e debates, diversas vezes a atualíssima conjuntura política ocupou o centro das atenções –um fenômeno novo.

A palavra história foi por muito tempo sinônimo de passado. O historiador, por sua vez, era visto como um profissional afeito a antiguidades, mausoléus e "memorabilia", destinado a se debruçar exclusivamente sobre fatos de um passado longínquo.

Atualidades e disputas políticas candentes não faziam parte de suas inquietações intelectuais. Acreditava-se que era preciso esperar o tempo passar para estabelecer distanciamento capaz de garantir um olhar objetivo sobre a realidade. De um lado, o historiador, a história e o passado. Do outro, o presente.

Nas últimas décadas, porém, historiadores de vários países vêm encampando uma transformação teórica nas universidades: a defesa da história do tempo presente, uma linha que se dedica a estudos do passado próximo, dos séculos 20 e 21, dialogando com antropologia, ciência política e sociologia.

A [Comissão Nacional da Verdade](#) e a Lei de Acesso à Informação, instituídas em novembro de 2011, descortinaram diversas possibilidades de pesquisa para historiadores brasileiros, o que impulsionou o estudo do tempo presente.

"O contexto atual lança um convite inevitável para pensar o tempo presente", afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, num intervalo no encontro brasiliense. "As intervenções dos historiadores aumentaram consideravelmente, em especial diante da situação política que vivemos [desde 2013](#)."

Segundo o professor da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e ex-presidente da ANPUH-BR (Associação Nacional de História), "a disputa eleitoral de 2014, que coincidiu com o aniversário do golpe de 1964, também pautou discussões sobre democracia e ditadura". Disso resultou a superação do longo preconceito acadêmico contra o presente.

NOVOS ALVOS

Num contexto de polarização política, historiadores têm tomado a dianteira de debates públicos sobre, por exemplo, o impeachment de Dilma Rousseff (PT) em 2016 (que alavancou o movimento Historiadores pela Democracia, uma página do Facebook que se tornou livro da editora Alameda) e o programa Escola sem Partido (que mira a suposta doutrinação ideológica em sala de aula).

Nesta **Folha**, a mobilização dos historiadores em torno de Dilma (àquela altura apenas afastada) foi criticada pelo [colunista Demétrio Magnoli](#) no dia 25 de junho de 2016. "O historiador indaga o passado, formulando hipóteses que orientam a investigação e reconstrução da trama dos eventos", disse ele, que é sociólogo e doutor em geografia humana.

Motta [discorda](#). "História não é a ciência do passado. É a ciência dos homens no tempo, que busca compreender o passado pelo presente e o presente pelo passado", disse, citando Marc Bloch (1886-1944), uma das mais importantes referências na historiografia francesa.

A corrente que se interessa por análises históricas a quente nasceu num laboratório do CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), na França: o IHTP (Instituto de História do Tempo Presente), fundado em 1978 e que aglutinou intelectuais como François Bédarida (1926-2001), François Dosse e Henry Rousso.

"A história do tempo presente nasceu de uma demanda social para responder a um 'passado que não passa', para usar a expressão de Rousso. Isto é, um passado cujas consequências e traumas se fazem sentir de modo muito vivo no presente, sendo alvo de usos políticos e distorções nas disputas atuais", diz Mariana Joffily, da Udesc (Universidade do Estado de Santa Catarina), um dos principais polos de estudos dessa linha e que realizará o 3º Seminário Internacional História do Tempo Presente no fim de outubro.

No Brasil, passou-se a discutir história do tempo presente a partir da década de 1990. "Antigamente, existia uma interdição, uma resistência ao tempo presente, pois acreditava-se que a proximidade temporal pressupunha problemas para a objetividade científica", lembra Marieta Moraes Ferreira, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"Os estudantes tiveram papel importante: os jovens historiadores ficaram cada vez mais interessados em temas contemporâneos ao longo dos anos 1990 e 2000. Em suas teses, apresentavam propostas de estudos [acerca de temas] muito recentes, sobre ditaduras militares e repressão política, por exemplo", afirma ela, co-organizadora do livro "História do Tempo Presente" (FGV).

DISPUTAS

A profusão de pesquisas dessa natureza fomentou a discussão teórica nos bancos da universidade e ajudou a legitimar a corrente da história do hoje.

A inserção dos novos historiadores no debate público, entretanto, ainda enfrenta pressões. Por um lado, persiste certa resistência no circuito acadêmico. Por outro, há que lidar com a reação dos atores estudados, que podem concordar ou discordar das análises. Em outras palavras, a história não é uma ciência só dos mortos, mas também dos vivos – e estes têm voz.

Os ecos são muitos. Estudos sobre escravidão repercutem nos debates contemporâneos sobre racismo, enquanto trabalhos sobre ditaduras militares influenciam discussões sobre direitos humanos.

"Um debate muito forte marcou a Europa nos últimos tempos: o negacionismo, ou seja, a negação da existência do Holocausto e dos campos de concentração. Historiadores precisaram se posicionar publicamente para contestar essas teses", diz Ferreira.

"Estamos vivendo um momento 'presentista', de divulgação desenfreada de informações que aparecem e desaparecem nas mídias sociais sem compromisso com a verdade. Mais do que nunca, a investigação histórica, comprometida com a fidedignidade das informações, é fundamental", analisa a professora da UFRJ.

O filme "Negação" (2016), dirigido por Mick Jackson, ilustra como essa guinada epistemológica sacou os historiadores da zona de conforto para lançá-los em discussões disciplinares e políticas com a mídia, a Justiça e a sociedade, esta última frequentemente representada por vítimas de acontecimentos traumáticos, como o Holocausto.

Baseado em fatos reais, o longa-metragem confronta uma historiadora norte-americana a um negacionista (um historiador britânico autodidata). Perante uma corte inglesa, ela precisa provar que seu antagonista estava errado – e que, portanto, suas críticas a ele não eram caluniosas.

A produção mostra como a história passou a disputar espaço com outros atores e disciplinas na queda de braço pela narrativa que prevalecerá no futuro.

MÉTODO CIENTÍFICO

"Quem controla o passado controla o futuro", escreveu George Orwell (1903-50). Para Mariana Joffily, a frase sintetiza um dos desafios da história do tempo presente.

"Uma contribuição desse campo é justamente a de admitir algo que, no ofício do historiador, é visto como uma fragilidade: a consciência das possibilidades, limites e instabilidades da construção de um conhecimento sobre o passado", diz.

A possibilidade de interpretações inéditas e revisões diante da descoberta de documentos permite repensar certos capítulos da história. "Isso, evidentemente, aliado a um instrumental, construído desde o século 19, de análise crítica e cruzamento de fontes, de metodologias de análise e arcabouço teórico", pondera Joffily.

"Sempre lembro uma frase de François Bédarida: a história do tempo presente é feita de 'moradas provisórias'", afirma Marieta Moraes Ferreira. "Na verdade, todo conhecimento científico tem uma dose de provisoriabilidade. Isso se manifesta mais claramente nessa linha, pois muitas vezes trabalhamos com



☰ **FOLHA DE S. PAULO** ☰

🔍 Buscar

histórias que ainda não tiveram seu fim", afirma.

Recentemente, um meme que faz um aceno à interminável crise política brasileira se espalhou pela internet feito rastilho de pólvora. Ele estampava os seguintes dizeres: "Tenho pena é dos historiadores, que vão precisar explicar esse rebosteio todo no futuro".

"A frase é interessante, pois remonta à ideia clássica de um historiador 'do futuro', distante, que poderia explicar o que aconteceu no passado", analisa Rodrigo Patto Sá Motta. "A diferença agora é que nós, historiadores, também somos convidados a explicar o que está acontecendo no presente", diz.

Convite aceito.

JULIANA SAYURI, 31, jornalista e historiadora, é autora de "Diplô: Paris - Porto Alegre" (Com-Arte).

★ ★ ★

Edição impressa

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/08/1908986-cri-se-politica-amplia-interesse-pela-chamada-historia-do-tempo-presente.shtml>

Anexo B: “Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu” - Reportagem do site da revista Época.

Como movimentos ultraconservadores conseguiram encerrar a exposição Queermuseu

De um post de um site local, a controvérsia sobre a mostra em Porto Alegre se converteu num movimento de ameaças

FLÁVIA TAVARES COM DANIELE AMORIM

15/09/2017 - 19h48 - Atualizado 15/09/2017 20h02



Colagem com obras da exposição do Santander Cultural. A mostra ficou aberta 26 dias Foto: ÉPOCA)

Eram 8h21 da quarta-feira, dia 6 de setembro, quando Cesar Augusto Cavazzola Junior publicou um texto no site Locus, com o título "Santander promove pedofilia, pornografia e arte profana em Porto Alegre". Dias antes, Cesar visitara, com três amigos, a exposição *Queermuseu*, no Santander Cultural, na capital gaúcha. Algumas das 263 obras da mostra sobre o universo LGBTQ o chocaram. "Fiz as imagens e escrevi o texto porque algumas crianças e adolescentes circulavam pelo local e não havia qualquer restrição ou indicação do teor sexual da exposição", ele diz. Cesar, um jovem advogado e professor de Direito que escreve para o portal conservador de Passo Fundo cuja página no Facebook tem pouco mais de 1.900 seguidores, discorreu em seu post sobre o que considerou "os mais variados ataques à moral e aos bons costumes que se possa imaginar". É possível que Cesar desejasse que sua opinião repercutisse, como deseja a maioria dos que se expressam em rede. É improvável que ele imaginasse o tamanho da reverberação que sua publicação, rastreada como a primeira da celeuma que viria a seguir, causaria. Postagens e comentários contrários à exposição se alastraram. Grupos liberais e ultraconservadores passaram a se manifestar. O Santander decidiu encerrar a exposição no domingo, dia 10. Artistas e militantes se manifestaram em frente ao centro cultural do banco contra o fim da mostra. O debate na imprensa e na virtualidade de caixas de comentários e redes sociais se acirrou e se concentrou na questão dos limites da liberdade de expressão. No plano real, o embate envolveu ameaças, agressões e medo.

A exposição, com obras de Lygia Clark, Candido Portinari, Alfredo Volpi e Adriana Varejão, foi aberta no dia 15 de agosto. O material de divulgação da mostra incluiu 2 mil catálogos de 400 páginas com reproduções das obras e explicações sobre elas. Até o dia 6 de setembro, não houve incidentes – a média de público era de 700 pessoas por dia. Quando amigos o informaram do texto de Cesar, o segurança patrimonial Felipe Diehl, uma dessas figuras que prosperam com videocomentários em páginas do Facebook e conhecido em Porto Alegre por sua devoção ao ideário do deputado Jair Bolsonaro, do PSC do Rio de Janeiro, e do filósofo ultraconservador Olavo de Carvalho, resolveu visitar a *Queermuseu* na própria quarta-feira. Trajando uma camiseta com os dizeres "Sou machista, sim", Diehl, um também jovem ex-militar, gravou um vídeo com uma câmera pequena, a pilhas, classificando as obras como "p...ria" e "sacanagem". Depois de perguntar a funcionários da exposição se eles eram "tarados" ou "pedófilos" e para alguns adolescentes que estavam ali se eles gostavam de pornografia, Diehl foi convidado a se retirar do local. A exposição ficou fechada na quinta-feira, como já estava programado por causa do feriado de Independência. Ao reabrir, na sexta-feira, o instituto informou que não eram mais permitidas filmagens. Diehl voltou ao Santander Cultural. Ele interpelou o artista Gilberto Perin, que conversava com o público. Diehl perguntou ao artista se ele era pedófilo. Seu amigo Rafinha BK, outro blogueiro da mesma linha, também filmou as obras com comentários indignados sobre o conteúdo da mostra. Diehl e Rafinha BK têm um histórico de atritos com movimentos e militantes de esquerda. Em 2016, Diehl promoveu um "rolezinho reaçã" na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que acabou em pancadaria. Rafinha BK é proibido de entrar na Assembleia Legislativa de Porto Alegre por agredir a deputada estadual Juliana Brizola, neta de Leonel Brizola. Ambos postaram seus vídeos na sexta-feira, dia 8. Somadas, suas páginas individuais em redes sociais têm em torno de 25 mil seguidores. Diehl ainda é um dos fundadores da página Direita ao Vivo, seguida por 122 mil pessoas. Os vídeos viralizaram. No sábado, eles voltaram à exposição. Diehl confrontou o curador Gaudêncio Fidelis. "Ele me perguntava se eu sou pedófilo, se sou pederasta, se fui criado em casa de p...ria", diz Fidelis. No domingo, a exposição não abriu.

Entre a postagem do advogado Cesar e a manhã de domingo, quando a direção do Santander decidiu encerrar a mostra, as caixas de e-mails de funcionários do banco passaram a ser inundadas por mensagens de repúdio

ao conteúdo da *Queermuseu*. Algumas dezenas com o mesmo endereço de remetente, de entidades religiosas, por exemplo, mas com assinaturas diferentes. A página do Santander Cultural no Facebook também recebeu um volume muito além do normal de comentários. Um levantamento interno do Santander mostrou que o nome do banco teve o dobro de menções nas redes em três dias do que tem na média mensal. O banco não confirma esse dado oficialmente. Mas fontes reconhecem que a explosão virtual de barulho sobre o caso foi tamanha que dá a quase certeza de que tenha sido gerada por robôs. Na prática, isso quer dizer que as menções são fruto de pessoas reais reagindo a posts e notícias sobre o caso. Mas que para tanta gente ter conhecimento do assunto esses posts foram impulsionados por máquinas. Não é incomum blogueiros e sites de todos os matizes ideológicos recorrerem a essa trapaça para aumentar o alcance de suas posições online. Endossadas por um falso volume de opiniões similares às suas, pessoas reais passam, então, a compartilhar esse conteúdo. O efeito pode ser real, mas é gerado artificialmente.

Rapidamente, antes mesmo que o Santander decidisse encerrar a exposição, já havia postagens em todo o país sobre a mostra. Como o Facebook tem restrições a alguns conteúdos publicados em suas páginas, o WhatsApp foi a plataforma mais utilizada para que grupos da sociedade civil se mobilizassem. Foi assim que o Movimento Brasil Livre, o MBL, entrou na história. No Facebook, a primeira postagem do grupo sobre o caso foi na tarde de domingo, quando a exposição já havia sido encerrada. Mas segundo Renan Santos, um dos fundadores do MBL, no WhatsApp a mobilização começou antes. Células do movimento em todo o país receberam avisos sobre a exposição e um foi repassando para o outro. Sem que nenhum membro do MBL visitasse a *Queermuseu*, eles decidiram espalhar o apelo pelo boicote ao banco. “Eu não preciso ir à exposição, poderia estar na Groenlândia e ser contra o pressuposto do uso de dinheiro público numa exposição que vilipendia imagens religiosas”, diz Santos. Agora, Diehl, que classifica o MBL como um grupo “socialista fabiano” – ou seja, de esquerda moderada –, reclama que o grupo “levou o crédito” que era seu por ter conseguido fechar a mostra. Um dos parceiros de Diehl na Direita ao Vivo, Caio Bellote, de Belo Horizonte, fez uma postagem com a notícia de que o secretário de Cultura da cidade, Juca Ferreira, queria levar a *Queermuseu* para lá: “Se isso for verdade, haverá aqui em BH uma resposta mais rápida e radical que em Porto Alegre. Estamos preparados para a guerra!”. A própria página Direita ao Vivo comentou que “se for para quebrar essa p... toda, nós vamos!!”.

As ameaças às obras e à integridade física de funcionários do Santander não se limitaram ao virtual. Fontes do banco afirmam que ao menos três diretores foram ameaçados de morte, por telefone e telegrama. Houve ao menos um caso de agressão física a um funcionário de agência em Porto Alegre. Alguns outros, por medo, entraram com mandado de segurança para não trabalhar. Dezenas de agências foram pichadas e apedrejadas em todo o país. Essas ameaças foram, segundo essas fontes, a razão da decisão de encerrar a exposição antes da data prevista, que seria no dia 8 de outubro. O Santander não confirma esses detalhes. A Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul e o Ministério Público também não tinham informação de registro de boletim de ocorrência ou inquérito para investigar os casos. O curador da mostra, Gaudêncio Fidelis, questiona a versão de fontes do banco. Para ele, que presenciou a ação de Diehl e seus colegas na mostra, o encerramento da exposição aumentou a truculência dos grupos mais conservadores. “Havia a alternativa de aumentar a segurança e manter a exposição aberta. Eu passei a receber ameaças – e recebi mais de 100 – justamente depois que ela foi encerrada”, diz Fidelis. O promotor Julio Almeida, da Vara da Infância e Juventude de Porto Alegre, também disse que passou a receber notificações sobre o conteúdo da exposição no domingo. Na segunda-feira, dia 11, o promotor visitou o Santander Cultural. “Não houve o crime de

pedofilia", diz o promotor. "Foi a primeira vez em 23 anos de Ministério Público que eu deparo com questionamentos sobre exposições em museu."

Felipe Diehl disse a *ÉPOCA* que nunca incentivou ninguém a agredir nem agrediu ninguém. "Quem me conhece sabe. Quem se sentiu ofendido por mim tem direito de registrar boletim de ocorrência. Não concordo com agressão, com ameaça, nem com ovada. Nós ganhamos o Santander em rezas de terços e orações. Aí é que se concentra a luta. Mas como é que nós vamos trazer à tona? Dando a cara a tapa, indo lá, correndo risco de vida, de ser preso por alguma alegação falsa." Diehl ainda admitiu que já foi segurança do próprio Santander e conhece o sistema de monitoramento do prédio e alguns vigilantes do local. "Eu jamais iria denegrir colegas. Não compactuo com agressões, ainda mais com gerente de banco, que não tem nada a ver. Isso aí vem lá de cima, do George Soros, que financia o Santander e é da pauta globalista, do establishment, da pauta esquerdista mundial." Renan Santos, um dos fundadores do MBL, também negou que o movimento tenha tido conhecimento de agressões e ameaças. "Você tem de perguntar isso do lado de lá. A gente nem esteve in loco. Estamos há três anos na estrada e estamos sempre apanhando, somos vítimas de agressão sempre."

Fonte: <http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/09/como-movimentos-ultraconservadores-conseguiram-encerrar-exposicao-queermuseu.html>

Anexo C: “Contra a viralização da ignorância temos que proteger o ensino de história”

Texto publicado no Blog do Sakamoto

Leonardo Sakamoto

Contra a viralização da ignorância, temos que proteger o ensino



de História

Pichação em São Paulo. Foto Ernesto Rodrigues/AE

Um dos maiores saltos da humanidade foi o momento em que sua esmagadora maioria passou a aceitar que o planeta não é chato como uma pizza, mas redondo feito uma laranja. Não nego que, lendo os discursos que defendem uma Terra plana, torço para que seus apoiadores um dia encontrem a borda da tal pizza e lá tropecem, caindo no vazio no esquecimento.

Sempre me lembro disso quando vejo alguém torcer o nariz ao ouvir uma resposta mais longa diante de uma pergunta complexa. O insatisfeito, incrédulo, lança ao ar algo como: "Se gastou tudo isso de tempo para explicar, é porque deve ser mentira". Ou seja, só é verdade algo que pode ser detalhado em poucas palavras, utilizando apenas o conhecimento básico que todos detém sobre o mundo.

Não admira que Darwin enfrentou charges comparando-o a macacos em jornais e revistas. Qual teoria é mais simples de assimilar: que somos resultado de milhões de anos de seleção natural, em um processo lento e tortuoso, um processo mal-ajambrado de várias espécies que contaram com o meio ambiente e a sorte, ou que uma força divina criou tudo a partir de sua imagem e semelhança?

Não é só uma luta contra a tradição e os costumes. É uma luta inglória. O que é mais fácil e menos desesperador de entender? A evolução do universo conhecido, por mais de 13 bilhões de anos, do Big Bang ao surgimento do Homo Sapiens? Ou a criação de tudo em sete dias?

O mesmo tem acontecido com o ensino de História, tarefa difícil frente às campanhas para explicar o mundo de forma rasa. Porque a caminhada humana tem muitos poréns, contudos, entretantos, veja-bens. Não anda em linha reta, não tem bandidos e mocinhos bem definidos, tudo depende do ponto de vista. Às vezes, as explicações para alguns fatos levam páginas e mais páginas e, ainda assim, são incompletas. E como não são autoexplicativas, demandam treino do senso crítico e de capacidade de interpretar o mundo.

Mas ao ver qualidade do revisionismo histórico rastaquera utilizado como argumento em debates na internet percebemos que isso não é fruto apenas da formação distorcida. É sacanagem mesmo. De grupos que sabem que suas versões alternativas para a realidade não colam e apelam para inventar fatos a fim de cooptar muita gente para seu lado.

Pior ainda quando vemos Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, atuar em nome desse revisionismo, tentando defender racistas e neonazistas.

Diante do exército de zumbis que estamos criando, não me estranharia se, em breve, começemos a queimar na fogueira os que defendem que a História seja contada em sua complexidade, levando em conta os pontos de vista dos vencedores e dos derrotados. Ou livros que complexificam a trajetória humana virem cinzas em fornalhas a céu aberto.

Antes, se alguém me mostrasse uma imagem de pessoas enlouquecidas em torno de montanhas de livros em chamas, eu me lembraria de "Fahrenheit 451", de François Truffaut (1966), baseado na obra de Ray Bradbury. No filme, livros são proibidos, sob o argumento de que tornam as pessoas infelizes e improdutivas. Quem lê é preso e "reeducado". Se uma casa tinha livros, "bombeiros" eram chamados para queimar tudo.

Hoje, se me mostrassem uma imagem assim, logo me perguntaria: onde desta vez? Algum grupo fundamentalista islâmico, cristão ou judeu? Racistas no interior dos Estados Unidos? Neonazistas europeus? África? Coreia do Norte? China? Malucos de São Paulo, Rio ou uma grande cidade brasileira?

Um casal de amigos conta que circulou na lista de WhatsApp de seus filhos mensagens sugerindo que jogassem fora os livros "comunistas" de seus pais. Relatos de pessoas que foram assediadas por carregarem livros de Marx e, principalmente, Gramsci não são raros na rede.

No dia 10 de maio de 1933, montanhas de livros foram criadas nas praças de diversas cidades da Alemanha. O regime nazista queria fazer uma limpeza da literatura e de todos os escritos que desviassem dos padrões que eles queriam impor. Centenas de milhares queimaram até as cinzas. Einstein, Mann, Freud, entre outros, foram perseguidos por ousarem pensar diferente da maioria. A Alemanha "purificou pelo fogo" as "ideias imundas deles", da mesma forma que, durante a Contra-Reforma, a Santa Inquisição purificou com fogo a carne, o sangue e os ossos daqueles que ousaram discordar.

A opinião pública e parte dos intelectuais alemães se acovardaram ou acharam pertinente o fogaréu nazista, levado a cabo por estudantes que apoiavam o regime. Hannah Arendt explica. Deu no que deu.

Hoje, vemos muitos se acovardarem diante de ondas intolerantes frente à diversidade humana, a universalização de direito e à própria história.

Colegas da imprensa me contaram histórias de membros de igrejas e templos do interior que pediram a seus fieis – após a polêmica envolvendo a divulgação do 3o Programa Nacional de Direitos Humanos – que destruíssem publicações que tratassem do tema. E políticos batem palmas para isso. Nesta quinta (17), o pastor Silas Malafaia afirmou em evento reunindo líderes evangélicos que quem apostar no "politicamente correto" [alcunha pejorativa dada aos direitos humanos] pode "seguir seu caminho" em 2018, longe do apoio deles. João Dória e Geraldo Alckmin, ao seu lado no evento, consentiram.

Passamos tanto tempo nos preocupando em garantir que os mais jovens decorassem datas de "descobrimientos" e locais de batalhas que não fomentamos o pensamento crítico. Muito menos mostrar a eles por que é tão fundamental aprender História.

E que História não se absorve através de apenas uma única fonte de informação, mas de várias, e que ela mesma vai ficando mais sólida à medida em que temos mais elementos para reafirmar ou contrapor as antigas certezas. E de preferência, fontes que tenham passado pelo crivo de discussões acadêmicas e sociais e não gestadas no banheiro de alguém.

Um amigo te disse que o Holocausto judeu na Segunda Grande Guerra nunca existiu? Isso é um erro grave, porque há milhões de corpos para mostrar o contrário. Mas se informe por outras fontes antes de tirar uma conclusão – livros, documentários, reportagens. E lembre-se que nem tudo é uma questão de opinião. Como não é opinião o fato de que negros e negras no Brasil e nos Estados Unidos ainda sofrem com a herança de um passado escravista não resolvido.

De acordo com o sociólogo Bernard Charlot, um saber só tem valor e sentido por conta da relação que ele produz com o mundo. Não é o livro que tem valor em si, mas o que a pessoa fará dele. Ou seja, muitos leem mal e porcamente um livro de História porque acham que não precisam dele para poder seguir sua vida.

Se o debate público fosse mais qualificado, a pessoa se sentiria motivada a ler determinados textos até para não ser humilhada coletivamente no Facebook ou no Twitter ao expor argumentos ruins, preconceituosos e superficiais. Como dizer que o nazismo é de esquerda por conta do nome do partido alemão (Hitler se revira no inferno quando alguém o chama de comunista); que a Terra é plana e é o centro do universo, apesar de séculos de provas científico e imagens; que a vacinação adoce crianças e serve apenas para a indústria farmacêutica ganhar dinheiro; que a ação humana não impacta o clima. Isso é um bom pacote de sandices, mas não resume toda a ignorância.

O que temos contudo, é que o discurso violento e simplificador – mais palatável e que mexe com nossos sentimentos mais primitivos e simples – ecoa e repercute. Esse discurso basta em si mesmo. Não precisa de nada mais do que si próprio para ser ouvido, entendido e absorvido. Vale ressaltar que esse discurso não é de hoje e nem monopólio desta porção tropical do mundo.

Em um debate qualificado quem usa esses argumentos toscos nem seria ouvido. Contudo, fazem sucesso na rede. Colam rápido, colam fácil. Pois, vale lembrar, quanto mais qualificado o debate em um universo que não sente a necessidade de um debate qualificado, menor a arena para consumi-lo.

Lembrando que "qualificação" não significa elitização, muito pelo contrário. Não é algo chato, hipercodificado, barroco ou acadêmico e sim que ajude o leitor a perceber a complexidade do mundo em que vive e o ajude a construir o seu sentido das coisas.

O problema é que não se qualifica o debate apenas através de ações individuais. Você precisa de uma ação em escala, o que teríamos – na minha opinião – através do Estado – que é o espaço que regula a concepção de educação e os parâmetros educacionais. Ou seja, precisamos repensar o ensino para melhorar o debate público.

Mais do que isso: precisamos proteger o ensino de História nas escolas contra a sanha estúpida de pessoas e movimentos que desejam que você saiba a data em que foi assinada a Lei Áurea, mas não um debate que esclareça porque o 13 de maio de 1888 não garantiu liberdade e autonomia aos negros e negras deste país. Ou que defendam que a criança aprenda que a Segunda Guerra Mundial começou quando a Alemanha invadiu a Polônia, mas reclama se professores discutem em sala sobre o que pregavam os capitalistas, socialistas e nazistas

envolvidos no conflito. Não podemos deixar que uma Escola sem Cérebro viralize e emburreça nosso futuro.

Lembrar é fundamental para que não deixemos certas coisas acontecerem novamente.

Que a História do sofrimento humano, que moldou a forma como nos relacionamos com o mundo e com as outras pessoas hoje, seja conhecida e contada nas escolas até entrar nos ossos e vísceras de nossas crianças e adolescentes a fim de que nunca esqueçam que a liberdade do qual desfrutam não foi de mão beijada. Mas custou o sangue, a carne e a saúde de muita gente

Fonte: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2017/08/18/contra-a-viralizacao-da-ignorancia-temos-que-protoger-o-ensino-de-historia/>

Anexo D: “Como o metaleiro bolsonarista Nando Moura deseduca jovens com um canal especializado em ódio e desinformação” – Texto publicado no site Diário do Centro do



The screenshot shows the top navigation bar of the DCM website with the logo and categories: POLÍTICA | BRASIL | MUNDO | MÍDIA | COMPORTAMENTO | CULTURA | ECONOMIA | ESPORTE | ESPECIAIS DCM. Below the navigation is a banner for Claro 4G MAX with the text "NA CLARO, TUDO É NOVINHO. ATÉ AS IDEIAS. E AÍ, TÁ DENTRO?" and a "TÔ DENTRO" button. The main article title is "Como o metaleiro bolsonarista Nando Moura deseduca jovens com um canal especializado em ódio e desinformação" by Diário do Centro do Mundo, dated 23 de agosto de 2017. The article has 4.7 mil likes and is shared on various social media platforms. A video player shows a conversation between Nando Moura and Bolsonaro. To the right, there is a search bar and a vertical advertisement for Protex perfume, labeled "FRAGRÂNCIA DELICADA" and "RECOMENDADO POR ESPECIALISTAS".

Mundo.

Alguns canais do YouTube estão incitando seus seguidores a ignorar sistematicamente a opinião de especialistas dizendo que nazismo é "socialista".

O canal do Nando Moura, por exemplo, tem 1,5 milhões de seguidores, em sua maioria adolescentes, que estão sendo doutrinados para desconsiderar sistematicamente os livros de história e o fato do nazismo ser de extrema direita.

Ele argumenta que o MEC e as universidades (brasileiras e internacionais) são totalmente dominadas por "esquerdistas" mal intencionados tentando manipular os dados a seu favor.

Eleitor de Jair Bolsonaro, repete como papagaio as ideias de seu ídolo Olavo de Carvalho.

Os fãs de Nando comportam-se verdadeiramente como seguidores de um líder religioso, ignorando completamente a lógica e a realidade.

Isso é perigosíssimo, pois esse indivíduo, indiretamente, está os estimulando a não confiarem em escolas e universidades, dizendo que TODOS os professores são mal-intencionados dispostos a implantar o comunismo e comer criancinhas.

Pode ter consequências graves, como jovens abandonando universidades no futuro, por exemplo, por acharem que a universidade transmite ensinamentos partidários.


A salvação, segundo Nando, é a doutrinação da Escola Sem Partido.

É falsidade ideológica sendo sistematicamente despejada sobre crianças que ainda não têm senso crítico para saber o que é verdade ou mentira, tudo em nome de views e do ódio ilimitado a uma determinada ideologia.

Esse público, inclusive, está inundando outros canais e sites de notícias com essa idéia de que nazismo é de esquerda.

São em sua maioria menores de 18 anos, que copiam e colam trechos retirados do Instituto Mises Brasil, o que dá a falsa idéia de que eles têm algum saber na área.

Mas, quando começamos a conversar, é visível que a principal "fonte" é o Nando Moura.



Diretor do Uber é agredido no Senado

Em Nova York, caminhonete invade ciclovia, mata ao menos 6 e deixa vários feridos

Brasil cai de 123º para 125º em ranking de 190 países sobre ambiente de negócios

Mais Lidos

ÚLTIMOS POPULAR

VIDEO: Feliciano convoca para ato contra palestra em SP de filósofa americana cujos livros não leu e cujo nome não sabe

Concentração da mídia no Brasil é a pior entre 11 países, incluindo Gana e Mongólia, diz estudo financiado pela Alemanha

No Rio, a polícia é sócia do crime, diz Ministro da Justiça. Por Fernando Brito

Estadão apela para fake news, diz que Temer "não compra o Congresso" e desmente o próprio Estadão

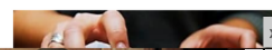
A juíza que proibiu Caetano e a intimidade com um laranja do PCC. Por Joaquim de Carvalho

Recomendado para você



Pílula natural zera a fome, faz secar e choca Canoas

Corpo Slim



Recentemente, ele foi desmascarado pelos youtubers Leon Martins e Nilce Moretto, do canal Coisa de Nerd.

Mas é pouco, perto do estrago que ele causa diariamente sobre meninos e meninas espalhando ódio e burrice.



Acompanhe as publicações do DCM no Facebook. Curta aqui.

Clique aqui e assine nosso canal no youtube

TAGS COISA DE NERD COMUNISMO HITLER JAIR BOLSONARO LEON E NILCE
NANDO MOURA NAZISMO ROQUEIRO YOUTUBE

COMPARTILHAR



Consumidores invadem novo website de pechinchas para conseguir iPhones por R\$ 280

MadBid.com



Sucesso profissional: A verdade por trás do fracasso da maioria hoje

Férias Sem Fim



Fonte: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-o-metaleiro-bolsonarista-nando-moura-deseduca-jovens-com-um-canal-especializado-em-odio-e-desinformacao/>